



**Violações dos direitos humanos e territoriais dos  
Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988):  
Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade**

**Centro de Trabalho Indigenista - CTI  
Outubro de 2013**



## **Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná (1946-1988): subsídios para a Comissão Nacional da Verdade**

|                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução .....                                                                            | 4   |
| Territorialidade e presença Guarani no oeste do Paraná .....                                | 7   |
| Alguns marcos históricos: a colonização do oeste do Paraná no início do século XX.<br>..... | 14  |
| Os anos 40, 50 e 60 no oeste do Paraná .....                                                | 25  |
| O Serviço de Proteção ao Índio no oeste do Paraná.....                                      | 39  |
| A Ditadura Militar e a Usina Hidrelétrica de Itaipu .....                                   | 53  |
| O caso de Oco'y-Jakutinga e de Colônia Guarani (município de Foz do Iguaçu)..               | 60  |
| Conclusão e panorama da situação atual dos Ava-Guarani no oeste do Paraná.....              | 91  |
| Recomendações.....                                                                          | 100 |
| Anexos .....                                                                                | 101 |
| Bibliografia .....                                                                          | 103 |

## Índice de Figuras

Figura 1- Mapa do oeste do Paraná..... 6  
Fonte Arquivo CTI/Oeste do Paraná.

Figura 2 - O avanço da colonização e da fronteira agrícola no Paraná (1860-1960).. 22  
Fonte: CARDOSO, J. A & WESTPHALEN, C. M. Atlas Histórico do Paraná, Segunda Edição Ampliada, Livraria do Chain Editora, 1986. Páginas 58-6. Apud CARVALHO, Maria Lúcia Brant *Laudos Antropológicos Vol. I, 2ª parte: O processo de desterramento da população indígena Ava-Guarani da imemorial terra de ocupação tradicional denominada Oco'y-Jakutinga e o reassentamento na atual Terra Indígena Ava-Guarani de Oco'y/São Miguel do Iguaçu – PR: aspectos antropológicos e jurídicos*. Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, São Paulo, 2005

Figura 3 - Mapa preliminar com a localização dos *tekoha* guarani no Oeste do Paraná, incluindo as antigas aldeias esbulhadas com a colonização a partir dos anos 40 ..... 36  
Fonte: Carvalho (2005) e Arquivo CTI/Oeste do Paraná.

Figura 4 - Legenda dos *tekohas* esbulhados no Oeste do Paraná..... 38  
Fonte: HELM, Cecília *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang*. UFPR: Tese de livre docência: 1974.

Figura 5 - Índio Kaingang mostrando como era usado o tronco. Posto Rio das Cobras, Laranjeiras do Sul - PR. Foto de Edison Helm. .... 47

Figura 6 - Limite da Faixa de Fronteira de 150 km em território paranaense ..... 54  
Fonte: MYSKIW, A. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense, 1961-1966*. UFF, Niterói-RJ, 2002.

Figura 7 - Principais destinos de fuga dos Guarani Expropriados por Itaipu ..... 77  
Elaboração do Mapa: Centro de Trabalho Indigenista/Oeste do Paraná. Dados de campo: FUNAI, 2013.

Figura 8 - Lideranças Guarani protestam contra construção da UHE Itaipu, em 1981 ..... 87  
Fonte: DEPRA, Giseli. *O lago de Itaipu e a luta dos Ava-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados: UFGD, 2006.



## **Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná (1946-1988): subsídios para a Comissão Nacional da Verdade <sup>1</sup>**

*Inácio Martins: Essa cidade [Guaíra] está quase toda em cima de cemitérios (...)*

*Pedro Alves: Por isso que até hoje Itaipu fala que só encontrou 5 famílias, que são as 5 famílias que têm direito a ter terra. Mas tinha bastante, que correu tudo quando o Incra veio botar fogo nas casas, ficou 4, 5 famílias. Ficou aquele que tem coragem né? aquele que não correu...*

*Santiago Morales: Sim, acabou! Os fazendeiros nos tiraram e colocaram nome em todos lugares. Antigamente quando era floresta aqui em Guaíra, era chamado de Ka'aguy Marae'y [Floresta imperecível]. Os Brancos dizem ser donos e a gente tem medo deles (...) vamos deixar eles loucos se a gente for contar toda a verdade*

### **Introdução**

O objetivo desse relatório é subsidiar a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com informações a respeito das graves violações dos direitos humanos cometidas contra o povo Guarani entre 1946 e 1988 no oeste do Paraná.

As violências praticadas nesse período pelo Estado brasileiro e por agentes privados contra os Guarani que vivem na região levaram ao não reconhecimento de seus direitos territoriais, o que está na origem da situação extremamente precária em que suas comunidades se encontram ainda hoje, sofrendo muitas pressões da sociedade envolvente para se retirarem de seus últimos locais de ocupação.

A compreensão do que ocorreu com os Guarani no oeste do Paraná depende ainda de um considerável esforço do poder público e da sociedade brasileira em abrir arquivos e rever a atuação de certos órgãos públicos no que se refere aos direitos humanos e territoriais dos Guarani, que sofreram enormes prejuízos por viverem nas

---

<sup>1</sup> Este relatório foi elaborado por Ian Packer, antropólogo e pesquisador associado do Programa Guarani do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a partir de pesquisa de campo realizada junto às comunidades Guarani do oeste do Paraná em 2012 e 2013 e de pesquisa bibliográfica e documental. Contou com apoio da Embaixada da Noruega.



regiões mais industrializadas e economicamente mais desenvolvidas do país<sup>2</sup>. É notável o esforço iniciado há algumas décadas por historiadores e antropólogos em aprofundar o conhecimento sobre a história dos povos originários do continente visando assim restituir a forma como esses povos lidaram e lidam ainda hoje com o avanço da sociedade nacional sobre seus territórios. Como afirmou o historiador John Monteiro, “*de certa forma, a historiografia brasileira tem sido cúmplice na tentativa de erradicar os índios*” (MONTEIRO, 1991: 1), infligindo-lhes um segundo genocídio ao apagá-los da história. No que se refere à população, ao período e à região das quais iremos tratar aqui, é digno de nota pesquisas recentes que põem por terra a tese de que o oeste do Paraná seria um “vazio demográfico” (MOTTA, 2004, RIBEIRO, 2002, 2007 & OLIVEIRA, 2013 e 2014) e mostram a presença contínua de índios Guarani na região por todo o século XX (e desde muito antes disso). A concepção de um “sertão vazio” e a ser “desbravado” e ocupado permanecia forte ainda nos anos 70, quando o senador Mattos Leão manifestou-se sobre a importância de Itaipu para o Brasil e para a região dizendo que o extremo oeste do Paraná era uma “fronteira morta” (DE LIMA, 2006: 274).

Ainda assim, contudo, a maior fonte de informação sobre a ocupação Guarani no oeste do Paraná permanece sendo a memória dos Guarani, dos *xamoĩ kuery* (anciãos) e *xaryi kuery* (anciãs) que vivem ali e que ainda se lembram das violências sofridas e têm clara consciência do prejuízo que elas trouxeram ao seu modo de vida e do sofrimento que trouxeram a si e aos seus familiares. Em sucessivas visitas à região em 2012 e 2103, o Centro de Trabalho Indigenista realizou pesquisa de campo junto aos Guarani que vivem em ínfimos pedaços de terra nos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena, Santa Rosa do Oco’y, São Miguel do Iguaçu e Diamante do Oeste, sobre suas histórias de vida na região desde os anos 40, período em que se acelerou a invasão de seus territórios pelos motivos que se verá a seguir.

---

<sup>2</sup> Destaca-se que o Estado Paraguaio reconheceu oficialmente a sua “dívida histórica com as comunidades indígenas Avá-Guarani afetadas pela Hidrelétrica de Itaipu-Binacional”, bem como a procedência das reclamações por danos e prejuízos, comprometendo-se a promover e acompanhar ações para contemplar a reivindicação territorial, bem como a fomentar a cooperação institucional para dar cumprimento destes dispositivos legais e administrativos. Cf. Resolução I.N.D.I. n° 120/2013. Disponível em: [http://www.conapi.org.py/documentos/28/resolucion\\_a\\_favor\\_de\\_los\\_ava\\_paranaenses\\_2.pdf](http://www.conapi.org.py/documentos/28/resolucion_a_favor_de_los_ava_paranaenses_2.pdf) - acesso em 01 de abril de 2014.

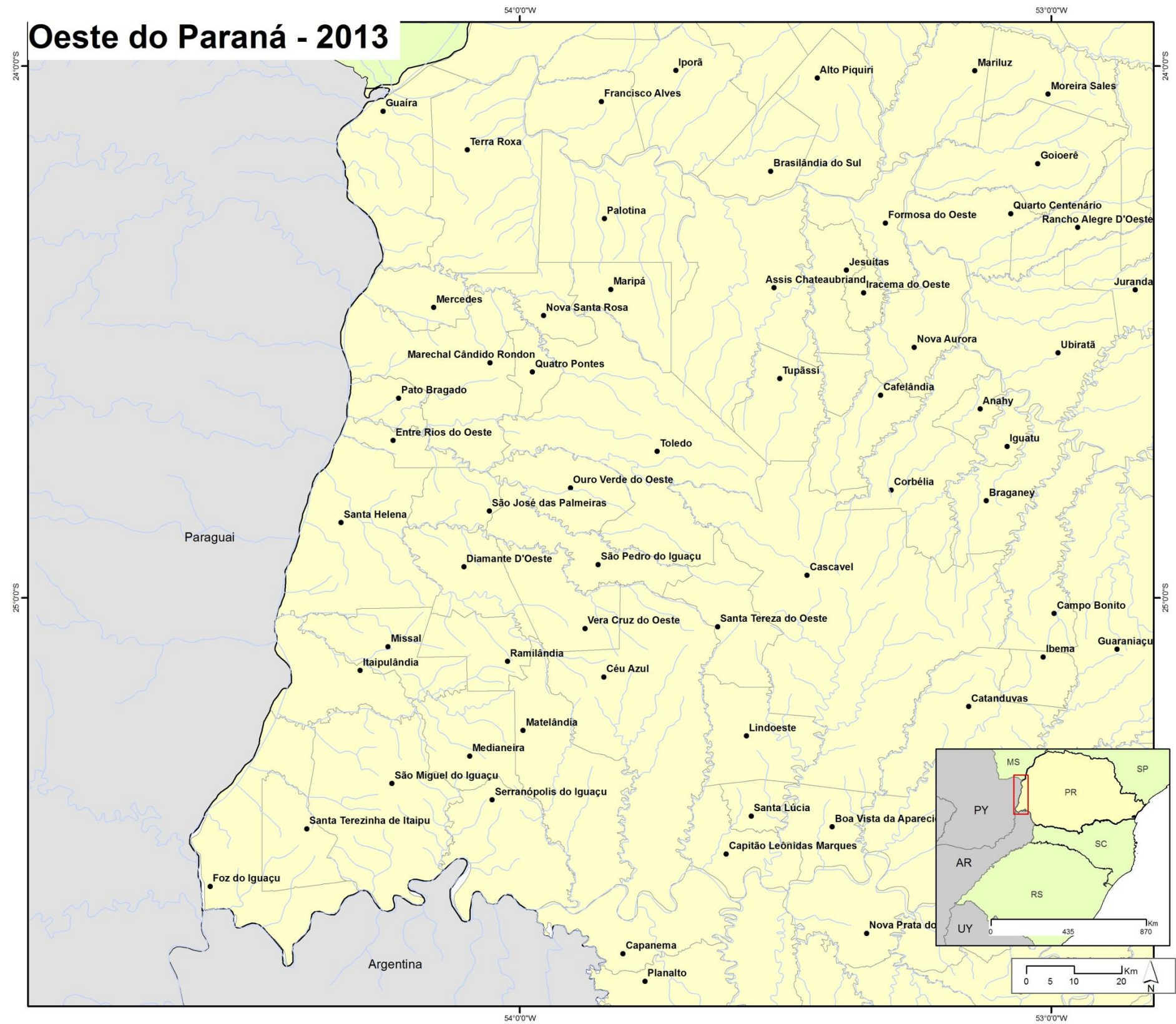


Figura 1- Mapa do oeste do Paraná



## **Territorialidade e presença Guarani no oeste do Paraná**

A região focalizada nesse relatório compreende o território localizado entre os atuais municípios de Guaíra e Foz do Iguaçu, região de fronteira que faz limite a oeste com o Paraguai e ao sul com a Argentina. Como se verá ao longo de todo esse relatório o caráter fronteiriço dessa região é de fundamental importância para a compreensão da forma como se deu o avanço da fronteira colonial nos séculos XIX e XX sobre o território guarani e a forma como o Estado brasileiro tratou a presença indígena ali.

A maioria dos grupos Guarani que habitam essa região do oeste do Paraná se autodenominam como pertencentes à parcialidade “Ava-Guarani” ou “Nhandeva”, também conhecidos na literatura histórica e antropológica pelas denominações Ava Katu Ete, Chiripá, entre outras<sup>3</sup>. A região se caracteriza, assim, por um grande dinamismo histórico guarani, cujos coletivos se articulam por meio de uma complexa rede de parentesco que se estende para além das atuais fronteiras com o Paraguai e com a Argentina e, dentro do território brasileiro, para os estados do Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sobressai-se, contudo, o reconhecimento por parte dos Guarani de que pertencem todos ao mesmo povo, afirmando com muita ênfase suas particularidades sociais e culturais frente à sociedade nacional envolvente. Da mesma forma, identificam com clareza a extensão de seu território tradicional de ocupação, dentro do qual continuam a se deslocar, segundo redes de troca e de parentesco bastante intrincadas, apesar das inúmeras dificuldades econômicas e sociais que enfrentam diariamente. Os Guarani possuem profunda consciência dos eventos e agentes que os expropriaram de suas terras e de seus meios de subsistência, o que os levou a situação de extrema penúria em que vivem hoje.

Tendo isso em vista, é de fundamental importância, a fim de se compreender o histórico da presença Guarani no oeste do Paraná, caracterizar, ainda que brevemente, o modo como os Guarani ocupam o território que reconhecem como seu.

---

<sup>3</sup> Há muita documentação dos séculos XVI e XVII a respeito da presença guarani na região hoje conhecida como de tríplice fronteira. Esse *corpus* bibliográfico formado por relatos de viajantes, missionários e bandeirantes que percorreram a região em diferentes períodos e com diferentes propósitos não será examinado aqui.

A territorialidade guarani se caracteriza pela mobilidade dos núcleos familiares, e das famílias extensas formadas por eles. Essa mobilidade pode ter diferentes motivações (amplamente caracterizadas na literatura histórica e etnológica sobre os Guarani), todas elas expressões do *teko*, os costumes, modo de vida ou normas que fundamentam a socialidade Guarani. Dentre eles, cabe ressaltar a autonomia das famílias para escolherem seus lugares de ocupação, e a necessidade de se manter uma distância espacial entre si como forma de evitar conflitos. Essa independência é relativizada e complementada, contudo, por uma circulação constante dos indivíduos ou famílias guarani por esses locais de ocupação tradicional, com o intuito de visitar parentes, encontrar parceiros (as) estabelecendo assim novas relações de parentesco, trocar produtos e participar de festas e rituais <sup>4</sup>. Desse modo, de forma alguma a referida mobilidade dos grupos guarani pode ser vista como um suposto “nomadismo”, com que tão frequentemente são taxados pela sociedade brasileira e pelo poder público — e sempre como forma de rebaixá-los, e de anular sua relação e seus direitos à terra. Ao contrário, a lógica indígena de ocupação deve ser compreendida em seus próprios termos, expressos de maneira clara pelos *xamoĩ* e *xaryi* por meio de algumas noções fundamentais. Como nota Bartomeu Meliá, os Guarani “são povos que se movimentam numa ampla geografia....com frequentes deslocamentos dentro de uma região. Não são propriamente nômades, mas colonos dinâmicos. Os Guarani ocupam terras com características ecológicas bem constantes...Estas terras oferecem um horizonte ecológico muito bem definido cujos limites dificilmente são rompidos. Pode-se falar com muita propriedade de uma ‘terra guarani’ que raramente se desmente” (MELIA, 1981: 186).

O *xamoi* Claudio Barros, nascido em Guaíra, hoje com 96 anos, todos eles vividos na região, ao ser indagado sobre o nome de antigas “aldeias” que percorreu quando era jovem, diz que:

Nesse tempo se chamava *tapy’i* (...) não punha nenhum nome separado, só *tapy’i*. *Tapy’i*... índio estava lá. Só nome que mudou [hoje] né?!, Tekoha Porã, Tekoha Marangatu [nomes das aldeias Guarani em Guaíra – PR]. Daí vai para outro lugar,

---

<sup>4</sup> Esses aspectos da territorialidade Guarani se enraíza na própria concepção guarani de pessoa e possui assim ancoramento em suas concepções cosmográficas e cosmológicas, sendo o caminhar (*-guata*) uma forma fundamental de reprodução desses coletivos. A caminhada é uma forma de manter os vínculos na grande rede que formam os coletivos Guarani, por meio da qual se encontra os parentes e se cria novos parentes.



para onde você vai? Vou lá no *tapy'i*. Não é assim agora, agora chama Tekoha Porã, né?! (OLIVEIRA, 2013: 9)

Informação sobre a forma Guarani de ocupação e uso dos espaços que é complementada por uma *xaryi*, Irma Almeida (65 anos):

Antigamente o índio morava aonde queria...se queria morar pra lá, ia, entrava, fazia casinha...naquele tempo não tinha, assim, FUNAI que cuida... a gente andava por conta....tinha só *oporai va'e* [liderança espiritual e política em torno da qual se organizam as famílias extensas Guarani]...que curava...só pajé que curava...não tinha posto que nem agora, que o branco cuida <sup>5</sup>.

E também por Damião Acosta (55 anos), Guarani que vive em Guaíra e viveu muito tempo na região de Foz do Iguaçu:

O que me contaram foi que na época não existiam vilas aqui. A gente fazia as casas aonde a gente queria, aonde tinha mais peixe. Agora os brancos não deixam mais a gente ir. Meu pai me contava que na época não tinha limites, então a gente podia fazer a casa aonde a gente queria. A gente morava um, dois meses em um lugar, e depois ia pra outro. Na época não tinha os brancos pra impedir <sup>6</sup>.

Temos, assim, primeiramente a noção de *tapy'i*, indicando os locais em que as famílias guarani estabeleciam seus assentamentos, segundo critérios de ordem ecológica (presença de recursos naturais) ou sociológica, conforme suas redes de parentesco. Há também a presença da noção de *tekoha* nos depoimentos coletados, que se refere ao lugar onde é possível realizar o modo de vida (*teko*) guarani ou ao local no qual eles desenvolvem seus modos de ser segundo suas próprias regras. A noção de *tekoha* é frequentemente traduzida por eles como “aldeia” mas, ao mesmo tempo, é por meio dessa noção que criticam a acepção que os brancos têm de “aldeia” como um território circunscrito, fechado, limitado, e que já é resultado do processo de redução e confinamento territorial a que foram sendo submetidos com o avanço das frentes colonizadoras sobre suas terras. Isso fica claro quando, juntamente com o termo *tekoha*, empregam o aumentativo *guasu* para se referir a seu território como um todo, para além dos pequenos pedaços de terra em que se encontram hoje, e que englobam todos os *tekoha* de uma região, as matas, os caminhos que levavam de um

---

<sup>5</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 16 de junho de 2013, na TI Ava-Guarani do Ocoí, município de São Miguel do Iguaçu - PR. Alguns dos depoimentos foram coletados pelos próprios Guarani; nesses casos, o nome dos interlocutores são indicados antes de cada fala.

<sup>6</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado em língua Guarani dia 21 de julho de 2013, na Tekoha Y Hovy, município de Guaíra - PR. Tradução de Nelson Nheery.



*tapy'i* a outro. Como nota Rubem Thomas de Almeida, “a complexidade e variedade das relações entre os Guarani não se reduz (...) à área exclusiva do *tekoha*; se estendem pelo espaço territorial de ocupação antiga/tradicional (*ymaguare*), onde operam as relações entre famílias extensas que compõem os *tekoha* de uma região” (ALMEIDA, 2006: 32).

Essa liberdade de ocupação e uso de seu território ganha contornos ainda maiores quando se atenta para o fato de que, para os Guarani, as fronteiras nacionais entre Brasil, Paraguai e Argentina são fronteiras artificiais, que lhes foram violentamente impostas num passado relativamente recente. Os Guarani manifestam assim com muita ênfase que sua sociedade e a territorialidade que lhe é inerente são anteriores a essa fronteiras e independe delas.

Assim, por exemplo, nos conta Lúcia Antônia Gonçalves, *xaryi* de 71 anos, a respeito de sua infância por volta dos anos 40 no oeste do Paraná:

Naquele tempo aqui era puro mato, era mato mesmo. Tem dia que eu penso assim, “mas ninguém ia dizer que isso ia ficar limpo como está”. Naquele tempo o Paraná era bem estreito<sup>7</sup>, não era desse jeito. Eu a Rufina, que é a enteada do tio ali...a tia dizia assim “vão buscar as coisas lá e vem logo”. Nois se mandava. Arrumava um bote velho e passava lá pro lado do Paraguai, do Mato Grosso do Sul. Andava daquele jeito (...). Naquele tempo dava gosto porque era mato e a gente andava pra tudo quanto é lado, e era lugar bonito...<sup>8</sup>.

A essa liberdade no trânsito entre as fronteiras num passado recente e ausência de colonos, cidades e estradas, somava-se ainda a abundante mata que havia na região, que oferecia aos Guarani condições de vida que, segundo eles, contrastam de maneira radical, com a forma que passaram a viver dos anos 40 em diante, com a chegada massiva de colonos. Assim, por exemplo, Alfredo Centurión, senhor com cerca de 60 anos de idade e importante liderança Ava-Guarani nos anos 80, conta sobre como era a vida na região de Foz do Iguaçu e Santa Helena há algumas décadas:

Naquele tempo nós tinha mato virgem, bonita...não era capoeirão como esse. Tem mel, tem remédio, tem fruta, tem tudo. E hoje é difícil pra achar mel, fruta, porque

<sup>7</sup> Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o curso do Paraná foi barrado, transformando-se num lago artificial de grande extensão e inundando vastas porções de terra do lado paraguaio e do lado brasileiro.

<sup>8</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado no dia 22 de julho de 2013, na Tekoha Porã, município de Guaíra – PR.

não tem mais mata que nem antigamente, só capoeirão. Mas fazer o quê? Tinha água limpa, não passava veneno pela roça e vem tudo...hoje já vem tudo, veneno que solta na roça quando chove vem na água. Por isso que nós não tomamos água, só banho...nós tinha caça, hoje já não tem mais. Se começar a matar o bichinho ai vai acabar de novo...<sup>9</sup>

Descrição que se replica nos depoimentos de Santiago Morales, *xamoï* de 96 anos, em sua conversa com Damásio Martinez (83 anos):

Santiago: Antigamente, a gente trazia água nas folhas do *pindó* pra nossas crianças beberem...

Damásio: Na *takuara* e no cipó...

Santiago: Quando eles estão com sede, tem cipó-amarelo no mato e essa era a nossa água, era nele que a gente bebia. Quando a pessoa morre, a gente tirava casca de árvore e embrulhava o corpo e amarrava e enterrava. Eu me lembro ainda de tudo isso. Hoje em dia é tudo diferente, tudo mudou...A gente conhece tudo, sobre tudo isso, quando a gente estava com sede a gente bebia ali mesmo. Esse tipo de coisa a gente não tem em casa, a gente tem uma casinha velha, a gente ficava um mês e depois a gente se mudava, a gente não parava. Na beira do rio tem um pedaço queimado que era aonde a gente plantava..... *mangará*, milho roxo, *tajaó*, era isso o que a gente plantava, não faltavam as coisas do mato.....nossa comida era *arapeju* que a gente cozinhava pra comer, farinha de milho também. Assim a gente vivia...

Damásio: Coquinho (*pindo'a*), jabuticaba, guabiroba. Essas eram as nossas frutas.

Santiago: A gente vivia da lavoura. A nossa enxada era um pau

Damásio: [risos]. É verdade

Santiago: A gente não trabalhava igual aos brancos, como eles fazem as lavouras deles hoje.

Damásio: É verdade. Os antigos eram assim.

Santiago: Antigamente a gente vivia assim. O mel a gente tirava e colocava no porongo. Com a cera a gente fazia uma conchinha e dava pras crianças de manhã, meio-dia e à tarde.

Damásio: É verdade. Os nossos bichos do mato também acabaram! A nossa floresta acabou!

Santiago: Sim, acabou! Os fazendeiros nos tiraram e colocaram nome em todos lugares. Antigamente quando era floresta aqui em Guaíra, era chamado de *Ka'aguy Marae'ỹ* [Floresta imperecível]. Os brancos dizem ser donos e a gente tem medo deles.

Damásio: Era assim mesmo.

---

<sup>9</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 26 de junho de 2013, na Tekoha Anhetete, município de Diamante D'Oeste – PR.

Santiago: Vamos deixar eles loucos se a gente for contar toda a verdade <sup>10</sup>.

A relativa autonomia que possuíam para estabelecer os *tapy'i* aonde lhes era mais conveniente — e segundo os modos próprios da socialidade Guarani —, somadas à liberdade de mobilidade e de travessia para o outro lado do rio Paraná e à abundância de recursos naturais permitiam assim aos Guarani, até um passado recente, uma vitalidade cultural muito grande, exercendo seus rituais, que por sua vez reforçavam ainda mais sua territorialidade. Assim conta Pedro Alves (56 anos), com certa nostalgia:

Antigamente, como eu sempre falo, a nossa cultura também foi...depende de toda a natureza....na época a gente seguia o *nhemongarai* [ritual de batismo da erva-mate, do mel, do milho e de outros produtos], plantava o nosso produto mesmo, tinha que produzir todas as coisas pra gente fazer o *nhemongarai*. O mel, as frutas...naquele época a gente continuava bem mesmo a cultura. E daí convidava os parentes....<sup>11</sup>

E também Eduardo Luís, Guarani que vive em Guaíra:

A festa do índio é a chicha [bebida fermentada à base de milho, muito apreciada pelos Guarani em seus rituais] ! É um cocho grande, igual o do seu Cláudio aí...mas não é pequeno, é grande! A nossa festa, eu vou falar a verdade...mata anta, queixada, veado....faz festa. Chama toda os familiar..."eu vou chamar lá no Mato Grosso", vem tudo..."eu vou chamar lá em Diamante", vem tudo aqui também..."eu vou chamar lá no Oco'y". Antigamente era assim a nossa festa, e ia de a pé. Tem que chegar antes...por exemplo, chego lá e aviso. No mesmo dia a pessoa tem que estar preparada pra vir de a pé, de cavalo, pra fazer a festa. A nossa vivencia era assim antigamente. A festa indígena. Não é o fazendeiro que dá boi pra matar não...festa indígena mata anta, veado, cateto, queixada e faz assado. Faz a dança...assim que é nossa festa. O Guarani é assim. Fazia festa assim...ai tem o jerokey [dança ritual] (...)! E agora pra convidar?! Ia a pé e pelo mato. Mas demora. Aí vai. E quando escurecer, tem aquele pindó, coqueiro né? Pega aquela, tire aquele, derruba aquele coqueiro pra fazer o fogo e ia embora...Ai com três, quatro dias chega lá. Assim que era a nossa vivência antigamente, agora acabou! Aonde que vai viver agora? Acabou....por isso a nossa cultura o branco terminou tudo...esse que é a nossa festa antigamente...e agora não tem mais nada. O povo guarani está sofrendo porque não tem mais cultura. Não tem nem mais passarinho pra matar. Se matar passarinho nós vamos preso na cadeia. Por que? Esse passarinho é nossa cultura, comer ele assado com mandioca né?! Essa é a nossa vivencia...e agora? Não tem mais nem sapo pra matar...não tem nada...e é

<sup>10</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado em língua guarani, dia 2 de julho de 2013, na Tekoha Y Hovy, município de Guaíra – PR. Tradução de Adilson Laurindo.

<sup>11</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 14 de junho de 2013, na Tekoha Vy'a Renda, município de Santa Helena – PR.

por isso que o povo indígena está sofrendo (...) Agora tá complicado...os donos das chácara vê que tem um índio e já que matar já...por que?<sup>12</sup>

Também Honório Benites, *xamoï* com 77 anos, e Irma Almeida, já referida acima, fornecem descrições sobre a mobilidade guarani e a realização de seus rituais:

Honório Benites: Então, antigamente não tinha trânsito de carro, então vamos supor, um exemplo, então eu convidava pra fazer uma cerimônia, uma festinha espiritual, em que tinha aquela repartição de bolo...

- Em Guarani como vocês chamam essas festas?

*Aty Guaçu... mbojapé* [bolo de milho], *mbojapé karaí*...tem a banana nanica que é batizada também, então quando a gente ir fazer uma festa espiritual, um batizado de bolo, então já convida daqui pra lá. Então às vezes nós caminhava 2 dias pra chegar na outra aldeia, pra participar da cerimônia. Na cerimônia tinha o batismo de criança, tinha o batismo de bolo, de mel, de mandioca, batata-doce, milho, essas coisas...então era tudo batizado...

- E duravam quantos dias essas festas?

Durava três dias, quatro dias. Depois voltava. Então quando a gente, naquele momento, a gente já convida aquele pessoal de lá pra vir pra nossa aldeia, pra nossa cerimônia de novo...então faz a mesma coisa, se tiver outra aldeia pra frente, então é convidado e nós temos que chegar até lá. Então a gente saía de Toledo, de Campina, pra aldeia Memória pra participar de um batizado de bolo. Então era tudo isso...A gente convidava o pessoal do Rio Branco, da aldeia do Karumbe'y a gente saía com turma pra vir pra aldeia do Rio Branco pra participar do batizado, do batismo de bolo, pra alguma cerimônia. De Guaíra também a gente saía pra Terra Roxa. De Terra Roxa pra Cidade Real<sup>13</sup>

Irma Almeida: Os Guarani tinham suas casas de reza, né?! Tinha milho verde, erva, qualquer coisa que a gente quer batizar. Então a gente coloca no *amba, tucambi*...a gente junta ali...e depois o pajé canta e pede pra Deus que abençoe esse milho verde, essas coisas...pra gente comer, pra não fazer mal pra gente. Por exemplo essa fruta, a guabiroba, pra gente chupar...antigamente tem que batizar primeiro. Ou tirar milho-verde. Antigamente, era assim...Se tem aldeia longe, tem que vir já sábado de tarde, se ajuntar tudo ali, pra dançar...a mulherada, a moçarada, os homens. Era assim...hoje em dia os índios tem que se reunir e falar e pedir não sei quantas vezes...tem que ter um cacique que sabe discutir pra poder conseguir um pedaço de terra pro povo....agora é difícil pra nós. Quem nem essa aldeia, é pequena pra nós, não tem bicho pra caçar, pra comer...animal selvagem, do mato, veado...não tem mais pra matar pra comer. Antes não, antes tinha bastante.

<sup>12</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 20 de junho de 2013, na Tekoha Porã, município de Guaíra – PR.

<sup>13</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 14 de junho de 2013, na Tekoha Itamarã, município de Diamante D'Oeste – PR.



- Pescavam bastante no rio?

Sim, no rio. Não é que nem agora, esse lago [referência ao que se transformou o rio Paraná após a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu]. Antes não, tinha o Paraná, muito peixe...

Assim, percebemos nesses depoimentos o reconhecimento claro por parte dos Guarani do oeste do Paraná da forma como suas vidas foram impactadas à partir dos anos 40 pela invasão de seus territórios por sucessivos eventos que, irrompendo de maneira abrupta e violenta, impuseram-lhes uma outra lógica territorial, encurralando-os em esguios pedaços de terra, sem condições ecológicas e espaciais mínimas para a manutenção e desenvolvimento de seu modo de vida. Esses impactos são frequentemente expressos pelos Guarani pelo termo *sarambi*, traduzido por eles para o português como “esparramo, confusão, divisão”, que aponta para a desorganização de sua territorialidade e de suas práticas culturais e redes de parentesco em função avanço da fronteira agrícola e da invasão dos brancos sobre seu território, processo que se descreverá em mais detalhes nas páginas seguintes.

### **Alguns marcos históricos: a colonização do oeste do Paraná no início do século XX.**

No que se refere à história contemporânea dos Guarani do oeste do Paraná, é de fundamental importância que se tenha em mente algumas balizas históricas, por constituírem um pano de fundo importante para os eventos que são narrados pelos Guarani — e sobre os quais os mais velhos nos falam ainda hoje.

Um marco importante na presença do Estado brasileiro na região foi a criação, em 1892, da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Como aponta o historiador Antônio Myskiw (2009), a intenção de fundar uma Colônia Militar no encontro entre os rios Paraná e Iguaçu vinha desde o período imperial, e obedecia a estratégias militares de fazer frente aos soldados de Solano Lopes durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Finda a Guerra e garantida a posse oficial daquele território, a necessidade de implantação da Colônia se impunha como forma de garantir sua posse real, coibindo a presença de ervateiros e madeireiros argentinos e paraguaios que trabalhavam na região escoavam seus produtos por meio do rio Paraná. Até então, o último município



em solo paranaense era Guarapuava, ainda muito distante do rio Paraná, que marca a fronteira natural entre os dois países<sup>14</sup>.

É preciso notar que muitos dos militares e viajantes que participaram das sucessivas expedições organizadas no início do século XX para se chegar até o rio Paraná, seja junto à foz do rio Iguaçu, seja mais ao norte, junto às Sete Quedas, localizada na então vila de Guaíra testemunharam que a região era habitada pelos índios Guarani, o que lhes deveria ter sido informado também pelos próprios índios Kaingang, inimigos históricos dos Guarani e com quem os brancos já tinham certa familiaridade, visto que esses possuíam um aldeamento em Rio das Cobras (Laranjeiras do Sul) criado em 1901<sup>15</sup>. Assim, lê-se, por exemplo, nas memórias de José Maria de Brito, sargento que participou de uma das primeiras expedições rumo ao rio Paraná, que

(...) a partir de 7 léguas de picada de Chagú, ‘aparecem vestígios de picada de índios selvagens, fato que ocasionou ter sido o explorador abandonado por alguns operários da turma e descontentamento do ânimo dos que ficaram’. Coube ao Tenente Firmino dialogar com maior intensidade junto aos militares e trabalhadores para ‘levantar o ânimo de seus dos seus homens, que viam índios em todos os sítios’. Os índios selvagens (...) eram índios guaranis, inimigos dos índios Kaingangs e arredios à presença de homens brancos (Apud MYSKIW, 2009:126).

Fundada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu — precedida ainda da fundação das Colônia de Chopim e Chapecó (1881) — foi, contudo, extremamente difícil mantê-la em função de sua distância em relação às vilas e cidades à leste e de seu isolamento, ainda cercada por muita mata, hostil ao tipo de ocupação que pretendiam efetuar<sup>16</sup>. Myskiw (2009) descreve assim o alto grau de deserção dos soldados e do contingente militar enviado para a Colônia, assim como algumas das providências tomadas pelos militares para assegurar sua ocupação. Primeiramente, os próprios militares lotados ali passaram a comercializar os bens extraídos das matas, como forma de conseguir meios para se sustentar naquela região, estabelecendo, portanto,

---

<sup>14</sup> Nessa região, também localizavam-se muitos grupos Kaingang e alguns aldeamentos imperiais, que faziam fronteira assim com o território guarani que se prolongava à oeste. Nas memórias de Telêmaco Borba, sertanista que apoiou as primeiras incursões oficiais pelas matas e rios para além de Guarapuava e Laranjeiras do Sul, lê-se que na viagem que fez pelo rio Piquiri rumo às Setes Quedas contou em sua expedição com tripulantes “cayguás, guaranis e coroados” (Apud MYSKIW, 2009, p. 87).

<sup>15</sup> Aldeamento que a partir de 1910 se torna reserva indígena do Serviço de Proteção ao índio.

<sup>16</sup> Assim, o Tenente Coronel, dizia em seu diário: “O Mato (...) cingindo estreitamente por todos os lados, constitui-se o principal fator, em minha opinião, do estado de barbárie em que ainda se encontra esta colônia”. Apud MYSKIW, 2009, p. 163.

uma relação ambígua com a economia local e com os ervateiros e madeireiros estrangeiros que pretendiam coibir. Em seguida, eles passaram a ceder lotes de terra a seus próprios familiares e aos argentinos e paraguaios que exploravam a erva e a madeira da região — que, segundo o Coronel Torres Melo, “faziam dela mais um apêndice do território argentino ou paraguaio” (MYSKIW, 2009:161) — visando integrar sua produção à economia nacional e estabelecer certo controle sobre ela. Depreende-se, assim, do estudo de Myskiw, que a estratégia de ocupação daquela região foi bastante ambivalente, oscilando entre uma nacionalização da terra por meio da expulsão de seus ocupantes estrangeiros, e uma nacionalização dos próprios exploradores argentinos e paraguaios e de suas atividades econômicas, garantindo-lhes a posse da terra e integrando-os à nascente economia e estrutura fundiária da região. Myskiw retrata assim inúmeros casos de ervateiros que se autodeclaravam argentinos, paraguaios ou uruguaio e que ainda assim obtiveram a regularização das terras que ocupavam nas proximidades da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Tome-se, por exemplo, o caso de dois grandes exploradores argentinos de erva-mate, Pedro Nuñez e Lazaro Gibaja que, conforme aponta Myskiw, adquiriram, em 1904, 50.000 hectares de terra próximas ao rio Paraná. Myskiw comenta, assim, que “para um grupo seleto de pessoas, a Colônia Militar foi vista como uma terra de oportunidades na área do comércio” (MYSKIW, 2009: 176). A aproximação dos militares com comerciantes argentinos promoveu, assim, uma intensificação da exploração de imensas áreas de florestas fora dos limites territoriais da Colônia Militar, via contratos de exploração”, de forma que “os militares, ao selarem contratos com os ervateiros e madeireiros argentinos, acabaram por permitir que ocorresse o avanço sobre novas áreas de florestas e terras em diferentes pontos do extremo-oeste paranaense. Assim, antes de haver uma participação efetiva do governo paranaense em expandir concessões de terras por tempo determinado a empresas argentinas, ou ainda, antes de se praticar a comercialização de terras através de sociedades mistas (brasileira-argentina), coube aos militares que estiveram à frente da Colônia Militar facilitar a presença e a exploração das matas por estrangeiros” (MYSKIW, 2009: 226).

Isso posto, é preciso notar o fato paradoxal que, tanto a documentação produzida pelos militares da região, quanto a própria historiografia da região, falam bastante sobre os militares e os grandes empresários da erva-mate e da madeira que



exploravam a região, ao passo que nada ou muito pouco se diz ou se procura refletir a respeito da força-de-trabalho que movia essa economia — os chamados “peões ervateiros” — que trabalhavam nas matas da região e que, como se lê no diário de Arthur Martins Franco, engenheiro que viveu no início do século na região, “passavam por situações desumanas e até mesmo a condições de semiescravos” (MYSKIW, 2009: 227). O próprio Myskiw nota que “a semiescavidão mencionada por Arthur Martins Franco, está ligada a uma dinâmica implementada pelos empresários ervateiros quando da contratação de peões que residiam próximos às margens dos rios Paraná, na Argentina, no Paraguai e em território brasileiro. Na época de poda das árvores de erva- mate, os peões eram contratados e recebiam adiantado pelo serviço que iriam realizar (...). Os empresários ervateiros edificaram armazéns para os peões adquirirem seus produtos e, estrategicamente, os peões que não tinham dinheiro passaram a se endividar. A dívida era cobrada com o trabalho, ou com a vida” (MYSKIW, 2009: 175). Em seguida, é preciso ressaltar outro fato, igualmente paradoxal, que, mesmo quando é descrita a forma como se sustentava essa economia, via de regra se silencia sobre a composição da mão-de-obra que ela empregava (MYSKIW, 2009: 227).

Ora, como diversos historiadores e antropólogos demonstraram com muita clareza (BRANDT, 1993; FERREIRA, 2007), as concessões de terras aos empresários da erva-mate e da madeira sempre incidiram sobre regiões habitadas pelos povos guarani, de modo que o chamado sistema *obragero* fez amplo uso de sua força de trabalho. Essa situação é mais conhecida no Mato Grosso do Sul, onde a exploração da erva-mate ocorreu sob o controle da grande empresa extrativista, a Companhia Mate Laranjeira, cujo proprietário, Thomas Laranjeira, obteve o monopólio ainda durante o Império (1877), tendo suas concessões de exploração renovadas e ampliadas durante a República e totalizando 5 milhões de hectares de terra já em 1895, incidindo também sobre terras paranaenses (atuais municípios de Guaíra e Terra Roxa). No Mato Grosso do sul, além das concessões de terra, o Estado brasileiro buscou apoiar o ciclo de exploração da erva-mate também por meio do próprio Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, estabelecendo postos e criando reservas indígenas na região à partir de 1915, os quais

eram conhecidos como “postos hervateiros”, visto que sua função era concentrar e organizar a mão-de-obra indígena para os trabalhos nos ervais.

Assim, é preciso ter clareza que, assim como no Mato Grosso do Sul, também no oeste do Paraná o ciclo de exploração de erva-mate fez largo uso da mão-de-obra indígena guarani, que era explorada em condições sub-humanas e de forma violenta. Essa violência, inclusive, marcou de forma perene a relação da sociedade local com os Guarani na região, sendo a marca também dos ciclos econômicos que sucederam o ciclo da erva-mate nas décadas seguintes: invisibilização e exploração econômica dos índios Guarani.

Apesar da Colônia Militar ter sido extinta em 1910, consolidou-se a ocupação da região por parte de colonos, que passaram a se dirigir em número cada vez maior para a região nos anos seguintes, dando origem a cidade de Foz do Iguaçu. Assim, o Estado brasileiro passou a ampliar a estrada que ligava Foz do Iguaçu à Guarapuava e as picadas que a ligavam as outras vilas e portos (Porto Ocoí, Itacorá, Santa Helena, Porto Britannia, Porto Mendes) que margeavam o rio Paraná até Guaíra, e também a ampliar a malha férrea. Nos anos seguintes seriam ampliadas também as estradas que ligam Foz do Iguaçu a Santa Helena e essa a Guaíra, assim como a saída de Guaíra para Umuarama, em cujas obras os Guarani foram violentamente empregados (cf. adiante). Vale lembrar que nessa época, Guaíra era apenas um porto, fundado pela própria Cia. Matte Laranjeira, por onde escoava os sacos de erva e as toras de madeira que eram extraídas das matas da região e da região do cone sul do Mato Grosso. Nas décadas de 20, 30 e 40, a vila de Guaíra e seu entorno também seriam foco de expedições de viajantes e militares, sempre imbuídos do objetivo de conhecer melhor a região a pedido de organismos estaduais e federais. Ressaltava-se aos olhos desses viajantes, o conjunto de corredeiras no rio Paraná, conhecidas como Sete Quedas — e que mais tarde seriam alagadas pela formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1982) — assim como a presença de índios Guarani na região, que se refugiavam nas matas da região quando os Brancos se aproximavam.

Assim, por exemplo, lê-se nas memórias do Tenente Coronel José de Lima Figueiredo, que percorreu a região em 1937, já sob o Estado Novo e atendendo a pedido do Governo Federal que assim queria obter mais informações sobre os aspectos geográficos, sociais, étnicos e culturais das fronteiras do país:

“Parti de Guaíra numa lancha a gasolina, seguindo o canal entre a ilha de Sete Quedas e o território paranaense. Neste trecho se veem duas boias, onde são presas as sirgas, para se puxarem os navios e chatas que, devido aos seus pesos, não possam vencer a correnteza (...).A existência de selvícolas aí é atestada por duas velhas canoas, que estão no porto apodrecendo”

(...)

Hoje esta estrada [Guaíra-Umuarama] só é trafegada até Santa Cruz, sendo o trecho restante incorporado ao patrimônio da mata, do que se aproveitaram os índios guaranis para ao longo dela organizarem suas malocas” (FIGUEIREDO, 1937: 110)

(...)

De Santa Cruz saíam: uma estrada para Central-y, outra para Centenário, ambas fechadas pela mata e uma estrada para o rio Piquirí, também completamente atravancadas por paus que caíram durante as tempestades. Consegui dois animais: um de sela e outro cargueiro e em companhia de dois crioulos reforçados... Depois de uma marcha de uma hora, chegamos a dois toldos de índios guaranis. Infelizmente não pude entrar em entendimento com eles. Mal chegávamos às malocas, fugiam para a mata, abandonando tudo que estavam fazendo. Visitei assim mesmo as palhoças onde viviam, deixando alguns presentes para mostrar-lhes as minhas boas intenções. Num cocho se achava a “quirera” do milho, que ainda não fora totalmente socada; dependurados numa tripeta, molhos de erva-mate sapecados pelo fogo e num canto do toldo raízes de aipim...A fuga fora precipitada, pois encontrei uma cabaça com chimarrão ainda quente. A bomba é substituída por um caniço (...). Disse-me o Ramiro que os índios sofreram muito com a Revolução e por isso agora tudo temem. Possuem alguma plantação de milho, mandioca e banana. Debalde chamamos os selvícolas fugitivos que, com certeza, da mata ocultamente nos espreitavam...” (FIGUEIREDO, 1937: 70)

É importante a referência que o tenente faz à “Revolução de 1924” e ao sofrimento que ela trouxe aos índios Guarani pois, com efeito, a Coluna Prestes passou pela região entre os anos de 1924 e 1925, tendo incorporado muitos índios Guarani às suas forças. Como nota John Monteiro, em seu *Guia de Fontes para a História Indígena* (MONTEIRO, 1994: 262), “consta que há um fundo, RJ6.2 “*Forças em Operações no Paraná e Santa Catarina (comandadas pelo Gen. Rondon)*”, que contem "um série de documentos sobre o uso de índios, tanto pela Coluna Prestes quanto pelas forças legalistas, na abertura de picadas, no abastecimentos das tropas, na rede de espionagem e inclusive como combatentes. Destacam-se a 'Conferência telegráficas' (caixa 13, livro 1, pasta 1) com informações sobre o índios Clementino, que esteve entre os rebeldes em Catanduva e depois, acompanhado de três Guarani, aliciava índios para abertura de uma picada até Barracão, a serviço da coluna (...); 16 relatórios confidenciais (cx. 32, ref. 157), entre os quais o da missão reservada na Argentina e Paraguai com o objetivo de infiltração



nas tropas rebeldes em área de fronteira, com dados sobre o SPI [Serviço de Proteção ao Índio] e o estabelecimento de um posto de vigilância no toldo dos Guarani próximo a Guaíra, chefiado pelo cacique Aquiterê; registro das mortes dos índios Domingos, Damasceno e José Gonçalves, executados pelos rebeldes; vários mapas assinalando toldos de índios, trilhas e picadas dos Guarani (...)"<sup>17</sup>.

A passagem da Coluna Prestes pela região e a tomada de conhecimento de suas riquezas foi um dos motivos que levou Getúlio Vargas a, nos anos 30, tomar providências quanto à colonização da região e de sua estrutura fundiária. Assim, primeiramente, deu autonomia administrativa ao extremo oeste do Paraná, criando o Território do Iguaçu e nomeando como interventor o General Mario Tourinho. Em seguida, por meio do decreto No. 300 de 1931 e da Lei n. 46 de 1935, iniciou um processo de concessão de terras consideradas devolutas para empresas nacionais e privadas, processo que culminaria com a anulação, em 1943, dos direitos da Mate Laranjeira sobre a exploração dos ervais da região de Guaíra e Terra Roxa e de seus contratos de concessão de terra, transferindo todos os seus bens para o Serviço de Navegação Bacia do Prata (SNBP). Da mesma forma, o Governo federal criou diversos órgãos visando interferir no controle e na ocupação das terras da região, como o Departamento de Geografia, Terras e Colonização e a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Esses órgãos ficam encarregados de abrir estradas e organizar a ocupação da região por parte dos colonos gaúchos, paulistas e mineiros.

Outra medida do governo de Vargas que implicou em grandes mudanças na estrutura fundiária do oeste do Paraná e que teve consequências extremamente negativas para os Guarani foi a criação do Parque Nacional do Iguaçu (PNI), em 1939, por meio do Decreto-Lei N. 1035. O decreto do PNI previa a retirada de toda presença humana de uma área com extensão de 185.262 hectares, o que ocorreu oficialmente a partir de 1967, já durante a Ditadura Militar (1964-1988), quando se iniciou o processo de levantamento de desapropriação dos colonos que viviam ali. No que se refere aos Guarani, contudo, esse processo foi levado a cabo já nos anos 40, quando os índios foram violentamente expulsos da área que constituiria

---

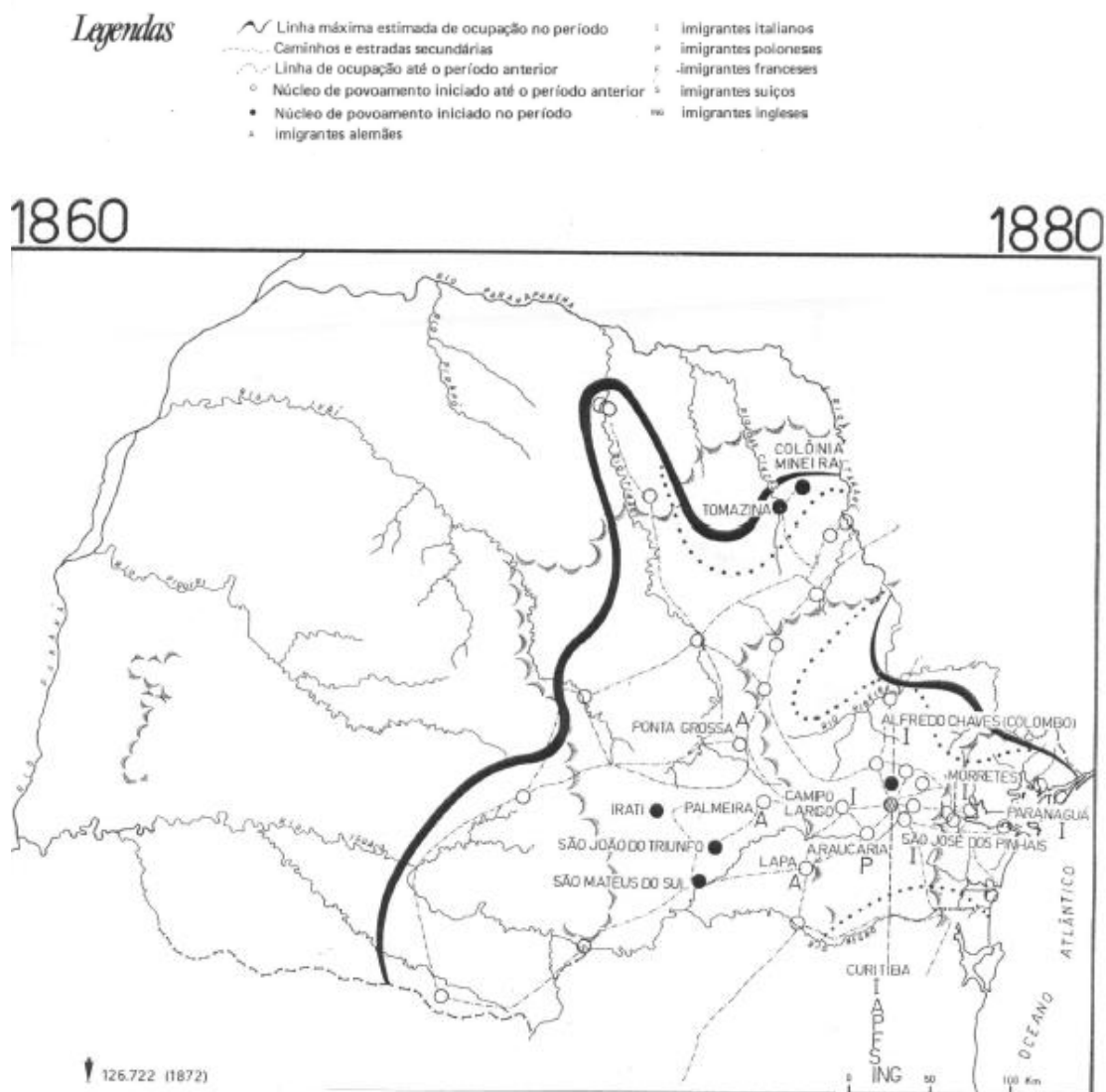
<sup>17</sup> O Centro de Trabalho Indigenista solicitou à Comissão Nacional da Verdade a obtenção desses documentos, de suma importância para a história dos Guarani, conforme indica o ofício no Anexo 3.



posteriormente o PNI. Esse episódio é relatado por uma *xaryi*, que faleceu recentemente aos 90 anos de idade:

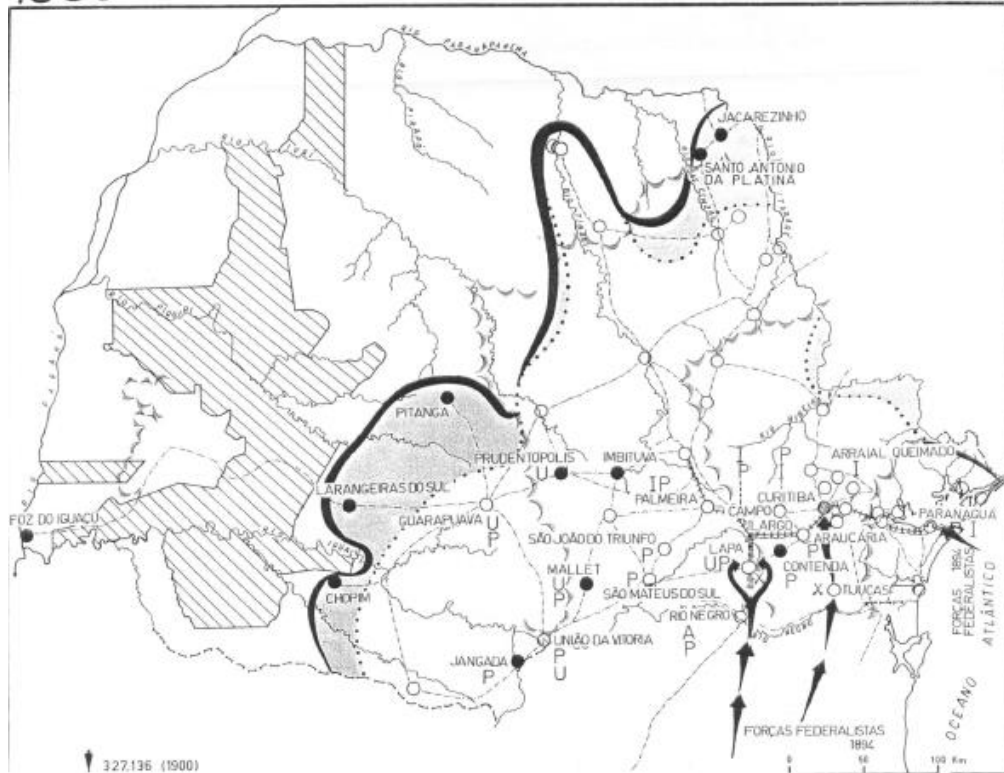
Nasci no Oco'y-Jakutinga em 1924. Fui morar na aldeia Guarani em 1934. Morei ali até 1943. Morava 50 famílias na aldeia Guarani, perto do rio Iguaçu, lá onde hoje é o Parque Nacional do Iguaçu. Teve guerra com os índios para tirar os Guarani da terra: eu vi, eu vi! Mataram tudo! Jogavam os índios nas Cataratas, abriam a barriga com facão e jogava depois nas Catarata! Era para o corpo não boiar, pra afundar! O cacique da aldeia Guarani, Téve, e a mulher dele foram tudo morto e jogado nas Cataratas. A Catarata é cemitério Guarani! (CARVALHO, 2005: 32)

Figura 2 - O avanço da colonização e da fronteira agrícola no Paraná (1860-1960)



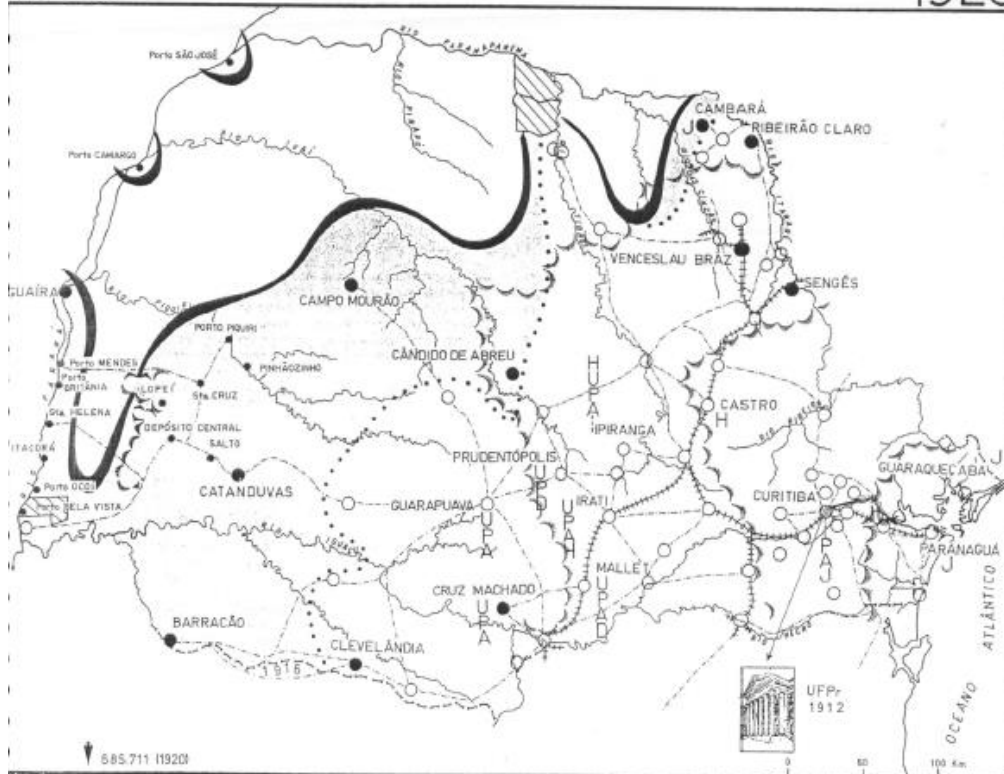
1880

1900



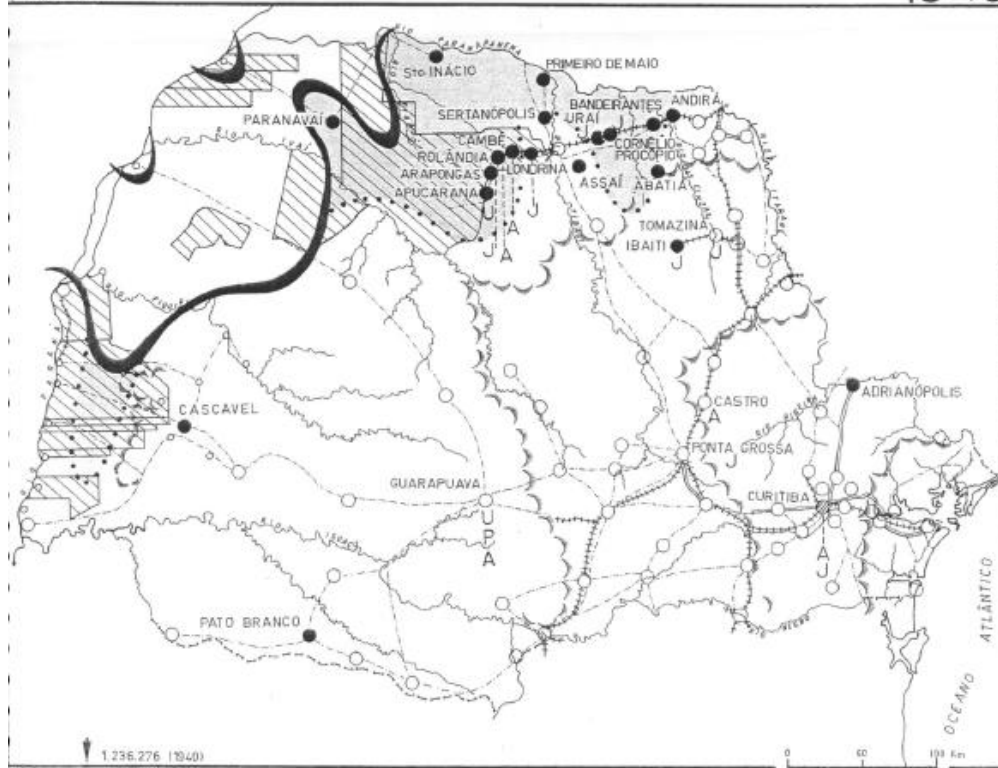
1900

1920



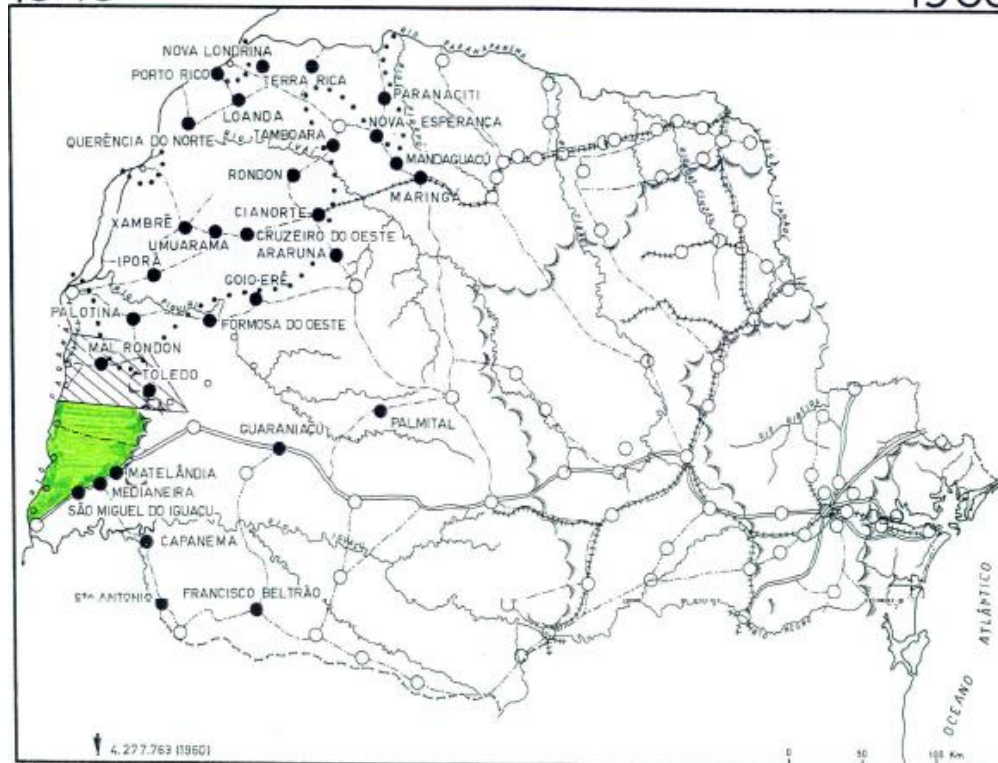
1920

1940



1940

1960





A criação do Parque Nacional do Iguaçu gerou, assim, uma grande pressão fundiária na região em função do tamanho da área a ser desapropriada e que incidia diretamente sobre o território guarani, situação que ficará ainda pior nos anos 70 com a criação de Itaipu e o alagamento do rio Paraná (cf. adiante), e cuja “resolução” irá novamente incidir sobre território Guarani.

Essas medidas realizadas sob a ditadura de Vargas marcaram numa nova fase na exploração econômica da região, com uma reformulação abrupta e violenta de seu território, o que transparece de maneira clara no depoimento dos Guarani a respeito do esbulho territorial que sofreram dos anos 40 em diante. Esse ponto é importante ressaltar. Ao passo que a presença indígena na região foi insistentemente ignorada pelo Estado Brasileiro ao longo de todo o século XX, os índios têm plena consciência da forma como ocorreu o avanço deste sobre seu território e de como foram sendo privados dele e de seus meios de subsistência.

### **Os anos 40, 50 e 60 no oeste do Paraná**

Passemos agora a um longo trecho do depoimento do *xamoï* Honório Benites, ao qual já fizemos menção acima, a respeito de sua história de vida, que nos servirá de guia na compreensão da forma como se deu esse processo do ponto de vista dos Guarani e nos ajudará a desdobrar outros aspectos históricos importantes para a compreensão da região.

Eu nasci no território de Guaíra [em 1936], em Porto Mendes. Me criei ali até a idade de 18 anos, depois eu voltei pra Guaíra, fui pro quartel. Daí dei baixa e fui pra Curitiba. Daí, depois eu voltei de Curitiba, eu fiquei em Foz do Iguaçu, na antiga Usina São João. Ouviu falar? Ali tinha uma aldeia chamada Guarani. Uma aldeia indígena, ali perto...próximo a Foz do Iguaçu. Depois tinha outra aldeia no Jakutinga, que é na Barra do rio Paraná (...) Então tinha uma aldeia ali, depois, passando...não sei se ouviram falar, o tal do Porto Britannia que se fala, fica perto de Pato Bragado. Então, daí nos andemos por ali. Tinha uma aldeia ali pelo quilômetro 5 (...) Tinha 30 famílias de índio.

- Como vocês chamavam aquele lugar?

Rio Branco. Então, tinha o Rio Branco que passava ali naquela terra dos espanhóis, ali pra baixo, e ia até lá no São Francisco. Então eu trabalhei em Porto Mendes, cortei lá pra Guaíra. Naquele tempo tinha uma aldeia ali em Guaíra também. Ali na Karumbe'y. Era uma aldeia que pegava do [rio] Tatury pra cima, perto do quartel.

Inclusive, quando eu estava no quartel, às vezes a gente ia passear, a gente colheu uma fruta ali no mato, que era jabuticaba, tinha bastante jabuticaba e às vezes a gente ia juntar aquele caroço de ....de....como é que se fala? *Mutiá*. Então a gente juntava o caroço daquele, levava pra casa e batia e tirava o *mbocajá*, o côco. Então, depois eu parava ali, eu trabalhava pra Cia. Mate Laranjeira, como...ali embaixo tinha uma usina. Eu trabalhava ali, quando chegava domingo a gente pegava o bote e subia lá em cima na Terra Roxa, onde tinha uma aldeia grande lá, onde a gente ia pegar banana e laranja. Ia até lá perto da Cidade Real (...) na barra do Piquiry com Paraná, na Cidade Real, pra baixo um pouquinho. Ali onde tem agora essa usina de areia, então ali também tinha uma aldeia, que eu conheci também. Então ali tem por tudo, que a gente sabe.

- Isso era em que ano mais ou menos, o senhor sabe? Em que ano o senhor andava por ali?

Isso em 1953. Em 1954, 1955 eu fui no quartel. Daí dei baixa em 1956 (...) Tinha mais 7 índios que foram pro quartel junto. Tinha o Jailton, ele tirou o diploma de cabo. E o Carneiro também pegou o diploma de sargento. Tudo era índio. Terra Roxa eu conheço tudo de quando estava no quartel, porque nós fazia caminhada até Terra Roxa e ali pro lado de Cidade Real. Então por ali eu fui conhecendo...Inclusive, depois uma companhia entrou lá pra fazer aquela estrada de Guaíra até Foz do Iguaçu. Depois que eu saí do quartel eu trabalhei naquela estrada. Os outros índios também trabalhou. Derrubava madeira assim com machado, cortava com machado. E onde tinha uma serrinha assim a gente emparelhava com a enxada, com o enxadão. Então era tudo isso que a gente conheceu lá.

- E em Porto Mendes também tinha aldeia?

Tinha uma aldeia ali perto de Santa Maria ali. Nós chamávamos de aldeia de Santa Maria. Fica bem na barra do Iguazúzinho. Depois tem o...ali, indo pra Guaíra tinha São Vicente, Dois Irmãos, depois tinha aquela cidadezinha que chamasse...antigamente chamava Vila Sororó. E agora não sei como...mudaram o nome. Outras turmas trabalhava lá em cima, na erva, em Presidente Prudente, Campina. Então ali por tudo eu conheci. Então depois eu sai daquele serviço e em 1960 fui trabalhar ajudante de um navio que puxava gado lá do Mato Grosso. Como se chama...como se chama...Iguatemi. Pelo rio Iguatemi puxava gado pra Guaíra. Morava ali bem pra baixo da prefeitura (...) Então a gente conheceu tudo aí.

- E seu Honório, você conhece o Cláudio Barros, que mora lá em Guaíra?

Conheço demais. Ele é um pouquinho mais velho do que eu. Nós sempre trabalhava junto, cortando erva, cortando roça assim do vizinho, e depois saímos fomos pra Toledo, trabalhemos juntos, fomos até Rio das Cobras, plantemos uma roça lá e depois voltamos....Então por isso até agora quando eu vou pra lá eu visito ele, conversamos, tudo isso aí. Se você falar do meu nome lá pro Cláudio, ele vai dizer, “poxa esse é meu amigo”...

Vários aspectos desse longo depoimento transcrito aqui devem reter a atenção e ser objeto de comentário. Note-se que a história de vida desse *xamoï* guarani e os deslocamentos que ele realizou durante sua vida ilustram de maneira clara aspectos da



mobilidade Guarani, da mesma forma que mostram como os *tekoha* Guarani se distribuíam por todo o oeste do Paraná — dentro de um triângulo que pode ser imaginado onde hoje são os municípios de Foz do Iguaçu, Toledo e Guaíra — e estavam ligadas entre si pelas relações de parentesco dos Guarani. Também vemos claramente no depoimento dele a participação do Guarani nas atividades econômicas da região, desde o trabalho na extração da erva-mate e em navios que vinham do Mato Grosso do Sul trazendo gado e madeira pelo rio Paraná, até o alistamento no quartel e a abertura de estradas. Compreende-se, assim, que esses deslocamentos atendiam tanto a motivos externos, em razão dos sucessivos esbulhos que sofreram à partir dos anos 40 e do emprego de sua mão-de-obra na economia local e regional, quanto a motivos internos, segundo a dinâmica de seus rituais, como já se indicou acima.

Detenhamo-nos, inicialmente, na informação de que o quartel fazia divisa com uma área de ocupação dos Guarani, atualmente conhecida como Tekoha Karumbe'y. A informação é relevante porque, como se sabe, nessa época Guaíra era apenas um porto, administrativamente ainda pertencente ao município de Foz do Iguaçu, por onde escoava a erva e a madeira extraída da região, conforme afirmam os índios que nasceram e viveram ali. Assim, Nabor Martins conta que em Guaíra:

Não tinha cidade, tinham poucos brancos. Naquela época era tudo mato (...). Tinha muito pouco Branco, tinha mais índio do que branco. Só tinha mato e a gente comia peixe, a gente pescava. Comia peixe assado...<sup>18</sup>

Assim, do ponto de vista dos Guarani, a implantação do quartel do Exército brasileiro na região em 1947, que deve ser compreendida como consequência das medidas adotadas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, foi muito significativa e muitos se lembram desse episódio. Conforme é complementado por outros Guarani, como Pivo Benites, 63 anos, e Lídia Antônia Gonçalves, 82 anos, a própria área onde foi implantado o quartel era área de ocupação Guarani, que possuíam suas casinhas de taquara e sapé, chamadas também de “ranchos”, por toda a margem do rio Paraná, e que foi parcialmente inundada com a formação do lago de Itaipu, mais tarde nos anos 80:

---

<sup>18</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 20 de junho de 2013, na Tekoha Porã, município de Guaíra – PR.

Pivo Benites: Eu nasci naquela mata em que hoje é o Exército, o quartel, o exército brasileiro. E ali viviam muitos índios, que ocupavam aquela mata em que hoje é o Exército [atual Tekoha Marangatú]. E descia pra baixo, pegava a faxinha, tinha o Taturi. Daí pegava o Taturi, o Cachimbeiro, Água do Bugre (...) Daí os índios se espalharam, com a chegada do Exército. Uns foram pra cá, e outros foram pro Mato Grosso do Sul e outros foram pro Paraguai (...). Então esses Guarani, como o Honório né, eram os Guarani mais velhos, que deviam ter lá uns 20 ano, e que foram pra trabalhar no quartel, porque precisava de pião né?!<sup>19</sup>

Lídia Antônia Gonçalves: o quartel era daqui [atual tekoha Porã, vizinha à tekoha Karumbe'y] pra baixo...daqui até Porto Mendes era cheio, era rancho, mais rancho...aí passava a estrada que vinha de Porto Mendes...naquele tempo aqui era bom. Não pegou tudo a água né [referência à inundação provocada por Itaipu]?!

A informação de Honório Benites de que trabalhou no quartel de Guaíra juntamente com outros Guarani é também bastante importante, pois mostra não apenas que quando ele foi criado, em 1947, incidiu sobre território guarani, como a mão-de-obra de muitos Guarani foi incorporada nos serviços militares e de colonização da região, abertura de estradas, etc. Fato semelhante também ocorreu, aliás, no quartel de Foz do Iguaçu, sobre o qual um ancião guarani, Guilherme, que sempre viveu na região, e cujos familiares dizem ter mais de 100 anos, conta:

Depois de grande, me levaram pro quartel. Eu sempre trabalhei no quartel com caminhão, com carro...e depois de sair do quartel trabalhei com carro de boi...trabalhei sempre na beirada do rio Paraná. Sempre trabalhei na beira do Paraná com os brancos. Quando acabava o serviço num lugar me levavam pra outro. Eu morei muito pouco com meu pai e minha mãe. Estava sempre trabalhando e voltava a cada 15 dias pra visitar eles...depois morreu minha mãe, meu pai e meus avós...e assim eu fiquei vivendo (...)<sup>20</sup>

Sobre os serviços prestados pelos índios aos militares em Foz do Iguaçu, há também um trecho do depoimento de Pedro Alves que é importante, em que conta o que ouviu de seus pais, informações que ecoam o relato acima:

Na época do Exército, quando começaram Foz do Iguaçu, abrindo o caminho, até Guaíra né, aí pegaram os indígenas Guarani, aonde eles estão, pra trabalhar né?! Naquela época não tem trator né?! Então eles pegaram os índios Guarani pra abrir o caminho, com machado, pra abrir estrada.

<sup>19</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 3 de julho de 2013, na Tekoha Araguaçu, município de Terra Roxa – PR.

<sup>20</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 17 de junho de 2013, na TI Ava-Guarani do Ocoí, município de São Miguel do Iguaçu – PR.



Vê-se, assim, como foi recorrente o uso de mão-de-obra Guarani no oeste do Paraná por parte da estrutura militar que se instalou na região desde fins do XIX até o século XX e da economia local. Esse uso da força de trabalho guarani era realizado, via de regra, em condições de semiescravidão. Conforme relatam os Guarani, eles muitas vezes não apenas eram enganados quanto à remuneração prometida e muitas vezes acabavam por não receber nada em troca do serviço, como eram assassinados quando o concluíam. Ao se conversar ainda hoje com os mais velhos, é com muita tristeza que falam desses episódios, e se constata uma recorrência muito grande em seus depoimentos, o que indica para o caráter sistemático dessas práticas e como elas atingiram amplamente as famílias guarani de todo o oeste do Paraná nesse período. Assim, Maria Gonçalves, *xaryi* com 48 anos, conta que:

De Guaíra pra Terra Roxa e Umuarama não tinha estrada, só uma picada...naquela picada eles construíram a estrada, abriram espaço pra entrar um carro (...). Essa estrada que está agora com asfalto é tudo construção dos índios. Eram eles que trabalhavam antigamente <sup>21</sup>

Há também outro trecho do depoimento de Damásio Martinez que traz informações importantes a esse respeito:

Damásio: Levaram a gente pra trabalhar numa companhia que se chamava Sinope. Antigamente, chamava de companhia Sinope. Ficava perto de Cascavel e Piquiry. Levaram a gente no meio desses jagunços, pra gente trabalhar.

Paulínia: E vocês trabalhavam em quê?

Damásio: A Companhia Sinop fazia estrada. Num lugar chamado Amuque, era aonde os jagunços estavam. E levaram a gente lá. Levaram a gente em 6 pessoas. E aí que quase mataram a gente. As pessoas que iam trabalhar, os jagunços matavam no Piquiry. Foi nesse caminho que eu quase fui morto. A Cia Sinope agora é Tapejara, perto de Umuarama.

Paulínia: Você tem que contar direito como isso aconteceu?

Damásio: A gente já tinha terminado nosso trabalho. Iam pegar 18.000 cruzeiros pra cada um de nós. Depois eles falaram que a gente ia pra Maringá.

Paulínia: De Piquiry queriam mandar vocês pra Maringá?

---

<sup>21</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 15 de junho de 2013, na Tekoha Jevy, município de Guaíra – PR.

Damásio: Sim, outra cidade cheia de jagunços. E lá em Maringá também tinham os patrões. A gente pegou o nosso documento, a gente subiu no ônibus, e fomos. Depois a gente chegou lá no escritório deles. Eles disseram, “agora a gente não tem dinheiro”. Como que a gente ia voltar sem dinheiro? A gente conseguiu só pra passagem (...). Eles pegavam alguns e falavam que iam pagar, mas só matavam. Levavam para o caminho de Foz do Iguaçu e matavam. Fizeram muito isso com os paraguaios, com os índios, com os brancos mesmo. Naquele tempo era mais perigoso por causa dos jagunços, eles gostavam de matar. E quando levavam famílias pra matar, matavam todo mundo, e não deixavam pista.

E também por Isabel, que se lembra do que lhe contava seu sogro:

O meu sogro [João Palacios] se lembra de Guaíra. No tempo que tinha muito mato eles trabalhavam abrindo estrada. Derrubavam as árvores com machado e não era em caminhão que eles andavam. Eles trabalharam na erva também. Nesse tempo morreu muita gente, muitos parentes nossos...Minha mãe não pode se lembrar disso que ela fica muito triste (...). Ela se lembra que os Brancos corriam bastante atrás dos pais e dos avós dela...Quando eles abriram a estrada, os brancos corriam atrás dos índios e matavam. Os brancos não queriam pagar e então matavam pra não pagar...os brancos passavam com o caminhão em cima deles na estrada...a minha avó quando saiu pra ver já estava morto, o caminhão já tinha passado em cima...a gente só encontrava os corpos já com as moscas em cima...<sup>22</sup>

À medida que as estradas que ligaram Foz do Iguaçu a Guaíra, e estas a Guarapuava e Umuarama, respectivamente, foram abertas e se consolidaram, abriu-se caminho para a chegada das companhias colonizadoras, à partir dos anos 40, que vieram se instalar na região e passaram, elas também, a empregar a mão-de-obra guarani ou a expulsá-los violentamente de suas terras. Assim, em outro trecho de seu depoimento, Pivo Benites conta que

Depois que acabou todas as ervas, as [colonizadoras] começaram a negociar com o governo brasileiro e começou a vender as terras, a vender as terras com um avião. O avião vinha por cima e vendia as terras com os índios ali dentro. E aí os fazendeiros pegavam e contratavam pistoleiro. E daí os índios que não queriam morrer tiveram que vazar pra Ilha Grande e pro Mato Grosso do Sul. E como eu nessa época tinha uma média de uns 20, 25 anos, eu voltei pra Guaíra, pra trabalhar (...). Os Guarani, a maioria foram massacrados, mortos, os que não quiseram morrer tiveram que vazar de lá pra sobreviver...porque o Guarani era como um bicho. Um bicho. Era a mesma coisa como quando passa um quati, um veado, os brancos pegam a espingarda e ó, vão atrás, vão matar. Então, o Guarani era perseguido e considerado um animal. Inclusive até o dia de hoje (...) Então eles eram mortos e pronto. A mesma coisa de matar um cachorro, um bicho. Nem enterrava, só jogava no Paranazão. E pronto. Era desse tipo naquela época.

<sup>22</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado em língua Guarani dia 19 de junho de 2013, na Tekoha Y Hovy, município de Guaíra – PR.

Depoimento reforçado por vários outros que pudemos ouvir. Assim, o *xamoĩ* Assunção Benites, 65 anos, que vive em Guaíra, lembra-se de como os índios eram usados pelas colonizadoras para abrir as picadas e estabelecer os limites dos lotes de terra que elas estavam definindo na região:

Isso foi quando eu nasci, mais ou menos em 1948. E daí pegaram o meu pai, minha mãe e o parente tudo e usavam pra abrir picada, picada aqui picada ali, até outra cidade. Pra fazer entrada por aqui, por essa região. E quando ele faz todas as picadas, vem o fazendeiro de toda parte. Vem com avião. E põe a estaca, a baliza. E daí pegavam os índios com força, polícia federal, e mandava fazer a picada pras fazendas. Fazia a picada onde tinha posto a baliza pra fazer a fazenda. Pra dividir a terra. Vinha a polícia e o fazendeiro. Ia dividindo. E daí quando ele faz tudo isso aí, daí mataram todos os índios. E quando nós tava aqui, o fazendeiro mandava outra turma de pistoleiro e matava tudo também. Pra fazer fazenda. Isso foi em toda parte, toda parte é fazenda. Onde era *tekoha* virou fazenda (...).Naquele tempo não tinha lei, né?! Foi assim que aconteceu nessa região aqui. Mataram tudo! (...).Falam que agora é fazenda, ou que a mata é reserva, mas é aldeia. Fizeram despejo!<sup>23</sup>

E também Nabor Martins:

Nabor Martins: A margem o Paraná era tudo aldeia. Depois chegaram os brancos, foram entrando, entrando e daí acabou (...).os brancos chegavam, mandavam a gente roçar a fazenda pra eles e não pagavam nada...

Ilson Soares: e como os brancos expulsavam os índios das *tekoha*?

Nabor: Os brancos chegavam, mandavam a gente roçar a fazenda pra eles e não pagavam nada...iam tomando, cada vez mais, os espaços das aldeias...e punha a gente pra roçar o mato e derrubar madeira com machado...

Ilson: Mais ou menos em que ano foi isso?

Nabor: Em 1960 mais ou menos (...). A gente tinha que sair, porque tinham comprado a terra... Eles não pagaram nada pra gente, só mandaram a gente sair, dizendo que “essa terra é nossa”. Naquela época não tinha nem a FUNAI. Naquela época não tinha nada.

Vê-se, assim que ocorreu uma verdadeira matança de índios Guarani no oeste do Paraná a partir da década de 40 e poderíamos listar ainda uma série de outros depoimentos semelhantes a esses que transcrevemos acima. Convém notar a forma como Damásio Martinez se refere às incipientes cidades que foram fundadas na região nessa época em função dos núcleos de povoamento e os loteamentos que eram abertos pelas empresas colonizadores: “cidade de jagunços”, diz ele. Isso mostra bem

---

<sup>23</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 1 de julho de 2013, na *Tekoha* Tadjy Poty, município de Guaíra – PR.

qual era o contexto social e político em que se desenvolveu esse processo de colonização que, como apontaremos adiante, era amplamente apoiado pelo governo estadual do Paraná e posteriormente pelo regime militar. Assim, depois da presença dos militares, parece ter sido a presença dos jagunços a que mais marcou a memória dos Guarani desse período, ambas figuras que circulavam por toda a região e que eram o motor da colonização e da forma como o Estado brasileiro e os colonos avançaram sobre as terras dos índios à partir dos anos 40.

A desconfiguração da vida indígena na região, em função do desmatamento aliado à intensa colonização da região, fica muito clara em outro trecho do depoimento de Lídia Antônia Gonçalves, que voltou à região nos anos 80 depois de ter se deslocado a aldeias guarani do litoral, acompanhando seu ex-marido:

Eu era casada. Quando voltei, minha nossa! Era diferente mesmo. Muita gente fala pra mim, não ia ser assim, mas fazer o que né?! Depois daqueles índios que moravam no Piquiry, não tinha mais ninguém quando eu cheguei aqui...depois que o Campagnola mandou limpar, mandou cercar e punha o gado no lugar. Campagnola era.. não sei se era italiano...

Conforme se lê em outro trabalho do historiador Antônio Myskiw (2002), o avanço avassalador das colonizadoras sobre o oeste do Paraná deve-se, em grande medida, ao fato que, após o decreto No. 300 de 1930, ao qual já nos referimos, o Estado perdeu o controle sobre a ocupação da região e assim instalaram-se conflitos intensos, em todo o oeste do Paraná, entre “um número incalculável de grileiros e pequenos posseiros, que foram se misturar a tantos outros que lá estavam” (MYSKIW, 2002: 71). A respeito de um desses conflitos, a “Guerra de Porecatu”, que chegou ao fim somente em 1951, Myskiw nota que muitos dos posseiros e aventureiros envolvidos nele, “receberam lotes de terras em várias localidades da região Norte e Oeste do Paraná”, de forma que alguns anos mais tarde, em 1956, uma “ameaça de um novo Porecatu irrompe em Guaíra” onde uma disputa acirrada e violenta pela terra se instalou. O autor não se aprofunda em seu trabalho sobre esses conflitos em Guaíra, que merecem ser investigados a fundo, na medida em que estão na base dos acontecimentos que provocaram o esbulho das terras dos Guarani na região, como os depoimentos dos índios transcritos acima expressam muito bem a forma violenta como se deu.



Myskiw faz ainda algumas considerações importantes sobre um outro conflito que eclodiu em Medianeira em 1961 — e sobre a natureza da colonização e dos conflitos que assolaram a região nesse período. Segundo ele, “quer seja na década de 1950 ou na década de 1960, as intervenções militares em levantes, revoltas e conflitos agrários, em território paranaense, costumavam ser cercados de muita violência e mortes (...). Na revolta de posseiros de 1961(...), no município de Medianeira, a Polícia Militar, auxiliada por jagunços, dava cobertura à colonizadora Alto Paraná no Sudoeste do Paraná, a Polícia Civil dava cobertura à atuação das empresas colonizadoras Companhia Alto Paraná, pertencente a Lauro Camargo”. “A atuação da Polícia Militar”, acrescenta ele, “pode ser vista como uma das muitas atividades desenvolvidas no sentido de diminuir, mesmo via conflito armado, as tensões que estavam se acumulando no campo” e após o golpe de 1964 “qualquer manifestação, revolta ou levante de posseiros era considerado pelo Regime Militar, como subversão” (MYSKIW, 2009: 73).

Consideramos de fundamental importância o aprofundamento da compreensão da forma como se deu essa relação entre as colonizadoras, militares e forças de repressão nesse período, relação que mostra como interesses privados e públicos interagiram durante o período militar, e antes dele, na realização de objetivos comuns. Conforme indicam os índios, confirmando e complementando o trabalho do historiador, as violências e expropriação que sofreram também contaram com a participação de policiais e do Exército, fato que ganha ainda maior importância se lembrarmos, como nota Egon Heck, que nesse período “havia um processo de aproximação das polícias militares com a questão indígena, tendo sido o penúltimo diretor do SPI o Coronel Moacir Castro, da PM do Paraná (1967)” (HECK, 1996: 51). A atuação do Serviço de Proteção ao índio no oeste do Paraná será objeto da próxima seção. Cabe notar, contudo, mais um trecho do depoimento de Damásio Martinez, que mostra de maneira clara como a Polícia Militar atuou na repressão aos índios e no acobertamento da ação de jagunços que conduziam o processo de apropriação de suas terras pelos posseiros, grileiros e colonos trazidos pelas companhias colonizadoras. Como aponta Damásio, as ações contra os índios incluíram aprisionamento arbitrários, sem julgamento ou qualquer providência jurídica. Note-se também que a



data apontada e o local onde isso ocorreu, são muito próximos do conflito fundiário que ocorreu em Medianeira em 1961<sup>24</sup>:

Damásio: Até 1959 a gente ficou em Sanga-Funda [cf. mapa abaixo], perto de Guabiroba, perto do rio Paraná. E o meu pai foi pra lá também. Lá tinha a aldeia do Martines, que tinha o mesmo sobrenome que a gente. Eles eram um monte, umas 20 famílias...Foi ali que meu pai foi morto.

Paulina: Como seu pai foi morto?

Damásio: A gente estava sentado tomando chimarrão.

Paulina: De onde você tinha vindo?

Damásio: Eu tinha vindo da Nova Roma, eu estava trabalhando lá, pra um fazendeiro. Estava começando a escurecer, a gente estava tomando chimarrão. E tinha uma lâmpada acesa e as mulheres estavam na casa fazendo comida. E daí o cachorro começou a latir. Eu não dei muita importância, era uma pessoa que estava vindo..."quem é que está vindo? Cuidado com o cachorro...". E começou a atirar. Eu sentei e tinha uma criança nos meus braços. Quando deram os tiros eu já vi o meu pai deitado no chão. Três tiros. Foi bem rápido. Então eu derrubei a criança e entrei rápido em casa. Peguei um *yvyra para* [bastão], peguei a lanterna e sai rápido. E a pessoa estava atrás de um pé de pocã. O tiro tinha vindo de lá. Mas eu não vi quem era.

Paulina: Provavelmente eram os brancos, né?

Damásio: Sim, foram os brancos porque eles já tinham vindo pedir pro meu pai as terras e o meu pai não quis dar. Ele era tipo um cacique. Ele era o mais velho. Foram os brancos que mandaram o jagunço. Depois que o meu pai morreu as pessoas começaram a sair. Uns foram pro Mato Grosso, outros pro Paraguai, outros pro centro.

Paulina: E depois que o seu pai foi morto você foi atrás da pessoa ou não?

Damásio: De manhã eu segui e depois eu fui depor, pra contar o que é que aconteceu com meu pai. Quando eu estava perto da Bela Vista eu cruzei com os policiais. Eles vieram e perguntaram "Aonde você está indo?". "Eu estou indo contar o que aconteceu com o meu pai, para contar". E eles falaram, "vamos lá ver".

Paulina: Sozinho?

---

<sup>24</sup> Segundo MYSKIW (2009: 122), « em 1961, participavam da revolta em torno de 200 pessoas (posseiros e colonos) e 150 jagunços e/ou policiais. Em 1964, segundo as fontes 400 pessoas (posseiros e colonos) e cerca de 40 policiais militares estavam envolvidos na trama (...). Onde há conflitos, revoltas e levantes, lá também estão os jagunços, geralmente pessoas contratadas pelo suposto proprietário ou grileiro para amedrontar, afugentar, expulsar e matar colonos, posseiros, meeiros e arrendatários ...» – e sobretudo índios, como o comprova os depoimentos dos Guaraní transcritos acima.

Damásio: Sim. Eles perguntaram quem que matou meu pai. Eu respondi, “não sei. Era de noite, ele estava atrás do pé de pocã”. E me levaram na delegacia. E falaram pra mim que eu é que tinha matado meu pai. Eu disse, “mas eu não tenho. Como vocês dizem que fui eu que matei meu pai?”. E me prenderam. E eu falei que não tinha sido eu, e o policial disse que ouviu falar que tinha sido eu. Eu jamais faria isso com meu pai.

Paulína: E te prenderam? Quantos anos?

Damásio: Eu fiquei 6 meses até me levarem pro corpo de jurados.

Paulína: E você não acompanhou o velório do seu pai? Nem quando foi enterrado?

Damásio: Não, porque eu já estava na cadeia (...) “Aonde está a arma? Eu não tenho”. E tinha um policial chamado Sebrônio. Ele perguntava pra mim e eu sempre contava a mesma história. E ele falou que era mentira, “você está aqui pagando o que você não fez. Você só foi acusado, mas você é inocente”. Ele procurou falar com outras pessoas (...)

Paulína: E aqueles que fizeram nunca foram encontrados?

Damásio: Nunca foram.

Paulína: Os brancos?

Damásio: É, os brancos. Depois de 6 meses eu sai. Quando eu voltei todo mundo já tinha ido embora. E foi aí que Itaipu ia começar a fechar o rio. Ai eu não fui mais pra aldeia. Fiquei na cidade. Ia começar a fechar a de Guabiroba.

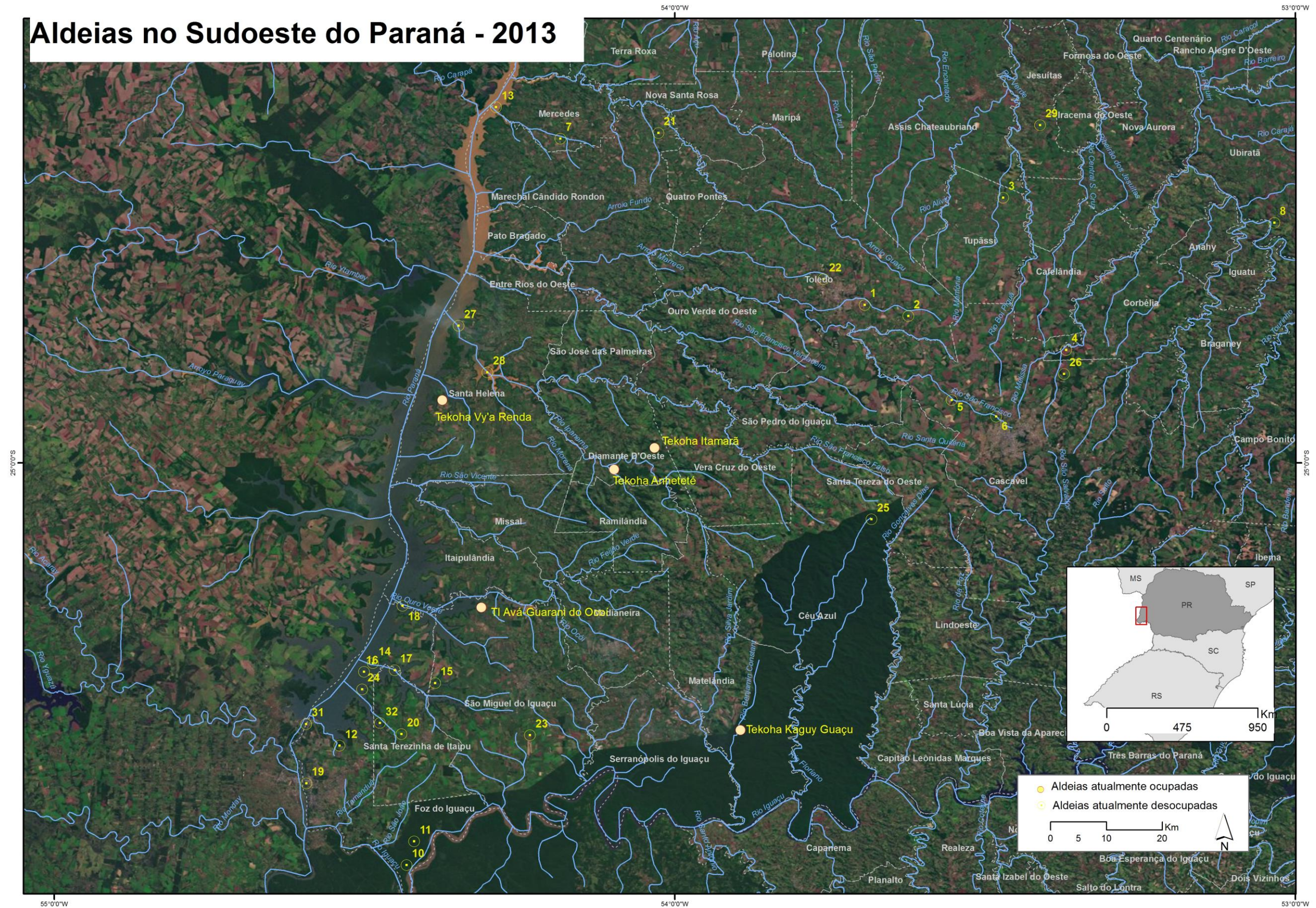
Esse depoimento, somado a todos os transcritos acima e que ainda transcrevermos abaixo, caracterizam de maneira fundamental o processo de esbulho sofrido pelos Guarani em todo o oeste do Paraná à partir dos anos 40 e até os anos 80, quando novos esbulhos são realizados em função da construção da usina de Itaipu e do alagamento do rio Paraná.

No mapa da página seguinte é possível visualizar a localização aproximada de alguns dos *tekoha* que os Guarani possuíam na região antes de terem sido deles expulsos pelos eventos descritos aqui, assim como seus lugares atuais de ocupação <sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Essa é apenas uma versão preliminar, que ainda deve ser complementada. Foi elaborado a partir de dados fornecidos pelos índios Guarani à antropóloga Maria Lúcia Brant de Carvalho (2005), da FUNAI, e ao Centro de Trabalho Indigenista.

## Aldeias no Sudoeste do Paraná - 2013



[illegible]

Figura 4 - Legenda dos *tekohas* esbulhados no Oeste do Paraná

| nº | Tekoha            | Município atual           | nº | Tekoha          | Município atual           |
|----|-------------------|---------------------------|----|-----------------|---------------------------|
| 1  | Campina           | Toledo                    | 31 | Mocoi Tadjy     | Santa Teresinha           |
| 2  | Britador          | Toledo                    | 32 | Arroyo Leon     | Santa Teresinha de Itaipu |
| 3  | Memória           | Corbélia                  | 33 | Kapy’i Vary     | Guaíra                    |
| 4  | M’Boi-Picuaá      | Cascavel                  | 34 | Passo Itá       | Guaíra                    |
| 5  | Lope’i            | Toledo                    | 35 | Apepu           | Guaíra                    |
| 6  | Barro Preto       | Toledo                    | 36 | Tekoha Ague 1   | Guaíra                    |
| 7  | Rio Branco        | Marechal Rondon           | 37 | Cachimbeiro     | Guaíra                    |
| 8  | Yvyrá–Petei       | Campo Mourão              | 38 | Arroyo Guasú    | Guaíra                    |
| 9  | Rio Tapera        | Laranjeiras do Sul        | 39 | Y Ja’o Guasu    | Ilha Grande               |
| 10 | São João Velho    | Foz do Iguaçu             | 40 | Macário         | Terra Roxa                |
| 11 | Guarani           | Foz do Iguaçu             | 41 | Opy Curu        | Terra Roxa                |
| 12 | Colônia Guarani   | Foz do Iguaçu             | 42 | Antolin Varga 1 | Altônia                   |
| 13 | Camba’i           | PortoBritânia             | 43 | Antolin Varga 2 | Altônia                   |
| 14 | Guavirá           | Foz do Iguaçu             | 44 | Tatarendy       | Ilha Grande               |
| 15 | Passo –Kuê        | São Miguel do Iguaçu      | 45 | Yvype           | Terra Roxa                |
| 16 | Takuá Pindaí      | Foz do Iguaçu             | 46 | Y Ja’o Guasu    | Altônia                   |
| 17 | Mborevy           | Santa Teresinha de Itaipu | 47 | Yrary Poty      | Terra Roxa                |
| 18 | Oco’y – Jacutinga | Foz do Iguaçu             | 48 | Yvy Porã        | Altônia                   |
| 19 | M’Boicy           | Foz do Iguaçu             | 49 | Kirino          | Altônia                   |
| 20 | Vitorace          | Santa Teresinha de Itaipu | 50 | Tekoha Ague 2   | Altônia                   |
| 21 | Quatro Pontes     | Marechal Rondon/Toledo    | 51 | Tekoha Ague 3   | Terra Roxa                |
| 22 | Paraje            | Toledo                    | 52 | La Rosa         | Altônia                   |
| 23 | Sanga-Funda       | São Miguel do Iguaçu      | 53 | Y Joyvy         | Terra Roxa                |
| 24 | Ipiranga          | Foz do Iguaçu             | 54 | Tekoha Ague 4   | Altônia                   |
| 25 | Tatu-Jupi         | Céu Azul                  | 55 | Tapera          | Terra Roxa                |
| 26 | Pakova            | Corbélia                  | 56 | Tekoha Ague 5   | Terra Roxa                |
| 27 | Dois Irmãos       | Santa Helena              | 57 | Pacu            | Guaíra                    |
| 28 | Santa Rosa        | Santa Helena              | 58 | Arroio do Bugre | Guaíra                    |
| 29 | Jabuticaba        | Toledo                    | 59 | Capivari        | Terra Roxa                |
| 30 | Yva-Kareta        | Espigão-Alto              |    |                 |                           |

### **O Serviço de Proteção ao Índio no oeste do Paraná**

É preciso voltar a atenção agora para a atuação do Serviço de Proteção ao Índio nesse período no oeste do Paraná.

Note-se, inicialmente que, à diferença do Mato Grosso do Sul, onde à partir de 1914 o SPI criou diversos postos indígenas para confinar a população Guarani e engajar sua mão de obra nos ervais e nas madeiras<sup>26</sup>, no extremo oeste do Paraná nenhuma reserva indígena foi criada, a mais próxima em solo paranaense da região aqui em tela sendo a reserva de Rio das Cobras, criada em 1901 para confinar a população Kaingang<sup>27</sup>. Isso, apesar da demanda dos próprios Guarani, que desde o início do século pediam a regularização de parte de suas terras em Foz do Iguaçu, como observa a historiadora Elaine Pereira da Rocha: “Em 1914, segundo documento microfilmado do acervo do Museu do Índio, a Inspetoria Regional de Curitiba – PR, mandou um memorial descritivo de demarcação das terras Jakutinga e Guarani, infelizmente o documento está incompleto não sendo possível indicar a quem se destinava e nem determinar os limites destes terrenos (...) A demarcação não se efetivou pois em 1929, outro inspetor dessa regional comunicava por relatório que havia prometido aos índios que falaria com o secretário da ‘Agricultura e Obras Públicas do Estado’ para que se cumprisse o processo de medição do terreno Guarani, argumentando que esse processo encontrava-se encalhado naquela secretaria” (ROCHA, 1991).

Assim, parecem ter sido outras as estratégias do SPI para remover os Guarani à medida que se impôs a presença das colonizadoras na região e a necessidade de se liberar terras para a colonização. Segundo testemunham os Guarani, uma dessas estratégias foi remover as famílias guarani de seus lugares de ocupação e levá-los para a reserva de Rio das Cobras quando se estabelecia um confronto com os interesses das colonizadoras e das frentes de expansão. Assim, por exemplo, Gregório Benites, *xamoã* com cerca de 70 anos, lembra-se do que lhe contaram seus parentes a respeito de um grupo que foi removido para Rio das Cobras em 1946:

---

<sup>26</sup> Entre 1915 e 1924, foram criados três reservas no Mato Grosso do Sul: Benjamin Constant (município de Amambai), Francisco Horta (município de Dourados) e José Bonifácio (município de Caarapó). Posteriormente foram criadas as reservas de Sessoró, Porto Lindo e Pirajuy.

<sup>27</sup> Como observa João Pacheco de Oliveira (1993), a política do SPI no início do século era de criar as reservas nas proximidades de centros urbanos, afim de mobilizar a mão-de-obra indígena em prol dos interesses econômicos locais, regionais e nacionais, de modo que é possível compreender que o caráter ainda incipiente das vilas no extremo oeste do Paraná dificultasse tal empreitada.

Em 1946, por aí, tamo em Lope'i, tem família grande ali. Tem tudo minhas avós, meus tios, naquele tempo... eu era piá, não sabia que tinha FUNAI [i.e. SPI] né? Depois apareceu FUNAI [i.e. SPI] e mandaram a firma, que tava em Toledo, mandava...deu queixa...não sei o que fez o índio...mandaram pra Laranjeiras...expulsaram lá de Lope'i e mandaram lá pra Laranjeiras. Isso eu sei. Mas eu não estava mais com meus parentes...estava pro Paraguai né?!

- E o pessoal foi pra Laranjeiras?

É, foi a FUNAI [i.e. SPI] que levou né. Contaram pra FUNAI [i.e. SPI]...em 1946, por aí...E depois nós passamos do Paraguai pra ir trabalhar na firma. Ali que o delegado chegou no Toledo e perguntou pra mim, “da onde vem?”. “Eu venho lá do Paraguai”. “Pra onde tá indo?”, perguntou pra mim. Eu digo “eu vou na firma trabalhar, na erva”. Então disse, “você quer ir pra Laranjeiras? tem carro pra te levar...”. Eu digo, “eu não vou”.<sup>28</sup>

Pedro Alves, seu sobrinho, tem a mesma lembrança, a partir das histórias que ouviu de sua mãe:

Sim, já fui. Só uma vez. Então é assim né a história?! Minha mãe que contava, mas agora ela já tá velha. Nasceu em Toledo e se criou em Toledo, depois que passou pro Paraguai. Então quando passou pra lá soube que tinham levado todos os parentes dela pra Laranjeiras do Sul, pra terra dos Kaingang. Então, pra poder deixar livre pros colonizadores, daí já começou os colonizadores....deram queixa pro SPI e tem que tomar providência né? (...)Pegaram de Toledo, aqui de Santa Helena, do Rio Branco, aí pegaram né?! Pegaram e levaram....e conforme a história que ela contou levaram como gado né?! Porque trouxeram caminhão, pegava assim, colocava dentro e levava....é aonde é uma aldeia Kaingang né? Ali é uma aldeia maior, então era pra juntar tudo....eles pensavam que o índio era igual né?! Mas é diferente! Então levaram tudo, as famílias que viviam na região. Tinha muito parente vivendo ali.

Como em tantas outras regiões do Brasil e com graves consequências para o modo de vida dos índios até hoje, vemos o esforço do SPI no Paraná em interceptar os grupos guarani e em concentrá-los em reservas, não hesitando em fazer uso de força física e de intimidação para isso. Vemos também a extrema imprudência e violência que se cometia ao se juntar dois grupos inimigos num mesmo espaço, de tradições culturais e línguas completamente diferentes, e o impacto que isso inevitavelmente tinha sobre seus modos de vida. O Serviço de Proteção ao Índio atuava, assim, de forma arbitrária, buscando confinar os Guarani em espaço de terra escolhidos sem nenhum critério e não respeitando de maneira alguma a dinâmica de ocupação

<sup>28</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 16 de junho de 2013, na TI Ava-Guarani Ocoí, município de São Miguel do Iguaçu.



territorial própria aos Guarani e o direito deles à terra, como contudo, já era previsto em seu próprio estatuto:

## CAPÍTULO II

### Das Terras ocupadas por índios

Art. 3º. O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e sempre que for necessário, entrará em acordo com os governos dos Estados ou dos municípios;

a) para que se legalizem convenientemente as posses das terras atualmente ocupadas pelos índios (Decreto n. 8072/1910).

Assim como em outros estados <sup>29</sup>, os Guarani do oeste do Paraná nunca aceitaram, contudo, os esforços do SPI para reuni-los em suas reservas. Ao contrário, sempre buscaram escapar à intenção do órgão indigenista de privá-los de suas terras tradicionais, deslocando-se para outros *tekoha*, que ainda estivessem à margem da malha urbana e lhes oferecessem condições ecológicas e territoriais para sua sobrevivência e para a manutenção de certa autonomia frente à sociedade envolvente. A insatisfação dos grupos Guarani com a vida em Rio das Cobras é patente em seus depoimentos, sobre o que daremos mais detalhes adiante.

A estratégia de confinamento posta em prática pelo SPI não se limitou, contudo, à abordagem direta e à remoção dos grupos. De maneira mais insidiosa, o SPI procurou também atrair os índios para suas reservas, por meio de um não-cumprimento de sua missão institucional. Esse quadro pode ser considerado sobretudo para os grupos guarani que se encontravam na região dos atuais municípios de Guaíra e Terra Roxa, onde muitas famílias contam que se viram obrigadas a se dirigir às reservas do SPI no sul do Mato Grosso do Sul — sobretudo para a reserva de Porto Lindo (município de Japorã — MS) e Jaguapiré (Tacurú — MS) para fazer documentação básica, onde, contudo, eram obrigados a permanecer de 5 a 10 anos

---

<sup>29</sup> Em São Paulo, por exemplo, onde a 5ª Inspeção do SPI tentou concentrar e fixar os índios Guarani da região, primeiramente, no posto de Araribá, interior de São Paulo, criado em 1912 com essa finalidade e, posteriormente, no posto de Rio Branco, em Itanhaém, litoral do estado de São Paulo, já na década de 50. In PIMENTEL, Spensy K.; PIERRI, Daniel C.; BELLENZANI, Maria Lúcia R. (2010) *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tenondé Porã*. Brasília: CGID/DPT/FUNAI. Ver também NIMUENDAJU (1987 [1914]).



para obtê-la. Note-se que, à medida que avançava a frente de colonização da região e a presença de migrantes gaúchos e paulistas se tornava massiva, aumentava o preconceito e o estigma sobre a população guarani nativa e um questionamento de sua “indianeidade”, como forma de tolher-lhes o direito à terra. Esta, aliás, foi uma estratégia ampliada e intensificada pelo regime militar, como se indicará adiante. Como conta Inácio Martins, a partir das lembranças de seu pai, Nabor Martins:

Segundo meu pai falava, em 1975, 1980, até 1985 era proibido falar que era índio, proibiam de falar Guarani. Só aceitavam pra trabalhar se ele negasse que era índio, tinha que falar que era paraguaio, qualquer coisa. Mas se falava que era índio, Guarani, eles não aceitavam não...eu conversei bastante com o falecido Degano antes dele morrer. Ele falava “eu tenho vergonha de falar eu sou paraguaio, eu não sou paraguaio, eu sou índio”. A própria autoridade, que na época era....como eles falam?....era tipo um segurança que andava assim de cavalo. Eu não me lembro direito do nome agora...naquela época acho que morreu dois irmãos dele, do Degano, em frente da delegacia, que não aceitaram não, que disseram “eu não sou paraguaio, sou Guarani”, daí mataram eles na frente dele<sup>30</sup>

Como é comum até hoje na região, procurou-se de todas as formas possíveis negar a identidade indígena dos Guarani e taxá-los de “paraguaios” ou “bugres”, como forma de negar-lhes direito e qualquer tipo de proteção pela legislação indigenista vigente à época e assim não prejudicar o avassalador processo de colonização que se instaurava<sup>31</sup>. Assim, aos próprios Guarani se apresentou como uma estratégia possível para combater essa atitude racista e violenta dos colonos e mesmo de organismos públicos perante eles, e de garantir o reconhecimento de seus direitos, buscar o atendimento nos postos do SPI no sul do Mato Grosso do Sul, por onde também se desdobravam suas redes de parentesco. Assim nos conta Eduardo Luís, Horácio Benites e Elma Benites:

<sup>30</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 20 de junho de 2013, na Tekoha Marangatu, município de Guaíra – PR.

<sup>31</sup> Essa proibição aos Guarani de serem índios, como estratégia para subtrair-lhes direitos civis e sociais, além de ter se intensificado durante a Ditadura Militar, continua em prática ainda nos dias hoje, em que continuam a ser taxados de “bugres” e/ou “paraguaios”. Assim, no dia 8 de junho, a Rede Globo, por meio de seu Jornal Nacional, veiculou reportagem em que endossa a visão sustentada por laudo realizado pela EMBRAPA, acusando os Guarani de serem invasores paraguaios. Essa visão, além de falsa, contribui de maneira negativa para a resolução dos atuais conflitos na região, na medida em que apenas alimentada o racismo e a hostilidade da população local e dos produtores rurais contra os Guarani. Cf. a reportagem do Jornal Nacional no link <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/terras-que-funai-queria-demarcar-no-parana-nao-tem-indio-aponta-relatorio.html>.

Eduardo Luís : Antigamente, a Funai não reconhecia o índio nem no Paraná nem no Mato Grosso. Antigamente, onde é que vai conseguir documento? (...) Dai o finado meu pai foi pra Mato Grosso do Sul pra fazer documento. Ficou 6 anos pra lá. Mas pra fazer documento tinha que fazer lá em Amambai. Mas ali é longe. Tinha que falar primeiro com o cacique pro cacique autorizar....Ai o finado meu pai me deixou aqui de novo e foi pro MS pra fazer documento...

Horácio Benites : Eu nasci na região de Guaíra. Meus pais morreram aqui e depois eu sai. Eu andei por toda parte. Naquela época não tinha branco aqui. Agora os brancos viraram matadores. E mataram meu pai pra não pagar pelo serviço dele. E assim meus pais morreram. Os brancos exterminaram todos os índios. Depois disso eu vivi, trabalhei, mas como não tinha como fazer documentação eu fui embora pro Mato Grosso do Sul. Depois voltei de novo porque eu lembrei aonde meus pais viviam. Quando cheguei aqui não tinha mais índio. Eu não me lembrava mais aonde meus pais morreram. Tudo isso é culpa dos brancos. Eu fui pro Mato Grosso do Sul, fiz documentação, porque aqui não fazia, até hoje não faz<sup>32</sup>.

Elma Benites : Eu sai daqui com 3 anos e fui pra Pirajuí. Minha família é daqui do Paraná mesmo. Eu não sei aonde está a sepultura do meu pai e da minha mãe. Eu casei muito nova. Eu já cresci abandonada, não tinha mais ninguém comigo...eu não conheço muito bem minha mãe porque fui levada por outras pessoas e morei mais na casa dos outros...meus filhos são todos daqui mesmo. Não tinha como fazer documento aqui, então fomos pro Mato Grosso do Sul...passamos pra aldeia Porto Lindo, no Mato Grosso. Passamos pra lá porque aqui no Paraná não tinha como fazer documentação. Eu voltei pra cá depois de velha, com meus filhos<sup>33</sup>.

O deslocamento dos Guarani para as reservas no sul do Mato Grosso do Sul, configurou-se, assim, como mais uma estratégia implementada pelo órgão indigenista com vistas a liberar as terras ocupadas pelos Guarani para a colonização.

Cabe agora ressaltar as denúncias que ouvimos dos Guarani da região a respeito das violências, arbitrariedades e maus-tratos de que foram vítimas os Guarani nas reservas indígenas de Mangueirinha e Rio das Cobras, para onde os Guarani foram levados. Conforme conta Honório Benites, em longo trecho de seu depoimento que merece ser transcrito na íntegra:

---

<sup>32</sup> Vale lembrar que somente em 2012 a FUNAI instalou uma Coordenadoria Técnica Local em Guaíra-PR, atendendo a uma antiga demanda dos índios e iniciando o atendimento aos Guarani da região, que tiveram seus direitos civis, sociais e humanos profundamente negligenciados e desrespeitados ao longo de todo o século XX. A FUNAI local e seu corpo técnico trabalham, contudo, num clima de forte tensão instalado pela população local e pelos produtores rurais, hostis aos Guarani e à presença do órgão indigenista. Assim, por exemplo, no dia 2 de Agosto de 2013, uma jovem índia Guarani, que trabalha como estagiária na CTL, foi sequestrada por homens armados que a molestaram e lhe mandaram avisar a FUNAI e os índios “que os fazendeiros não vão permitir que eles fiquem por aqui” e que “nós vamos acabar com a FUNAI e com os índios. Cf. <http://www.portalguaira.com/PG/guaira-jovem-indigena-e-raptada-sofre-ameacas-e-tentativa-de-estupro-por-tres-homens/> ) . Cf. também adiante seção sobre a situação atual dos Guarani no oeste do Paraná.

<sup>33</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 21 de julho de 2012, na Tekoha Poha Renda, município de Terra Roxa – PR.

Em Rio das Cobras era uma aldeia, mas era dos Kaingang. Não era terra indígena de Guarani, era de Kaingang. Então eles mudaram tudo pra lá. E o pessoal que foram daqui pra lá ficaram lá (...) Primeiramente quando nós chegamos lá, trabalhava no posto do índio ali, um chefe do posto ali se chamava Sr. Raul Bueno. Então, aquele trabalhou. Então a gente não era acostumado de tirar licença pra ir trabalhar um dia, dois dias. Então um dia eu fui trabalhar dois dias pra um vizinho meu...faltava, não tinha sal, não tinha banha, então eu fui trabalhar. Então o próprio índio foi me denunciar no posto e eu fui chamado. Mandaram uma cartinha assim, dizendo que amanhã às 6 horas você tem que estar na frente do Posto. Tá, tô bem entendido. Eu falei pro Kaingang que veio trazer aquilo, “você pode ficar tranquilo”. Dai eu saí cedo, peguei ônibus pra Rio das Cobras. Quando era 6 horas eu tava lá na porta do escritório ali. Daí fiquei sentado ali, o Sr. Raul levantou às 9 horas e daí me perguntou “tá por aí já”. O senhor mandou dizer pra mim estar 6 horas aqui então desde 6 horas que estou aqui. Ai eu falei. Dai ele falou. ‘Não, eu falei, mas eu errei um pouquinho nessa parte’. Daí eu falei “por que que você me mandou chamar?”. Dai ele me falou, “não, aqui os índios tem que tirar licença pra trabalhar dois dias, um dia, sem permissão não pode ir trabalhar...”. - “Tá certo, bom, mas eu quero dizer uma coisa, eu vim conhecer essa lei aqui nessa aldeia aqui, porque eu, por causa de serviço, por causa que eu tava fazendo serviço pra alguém nunca fui chamado na delegacia. Em parte nenhuma. Passei em São Paulo, passei em todo lugar trabalhando, mas só por causa de estar trabalhando nunca me chamaram na delegacia. Agora que eu vim saber aqui nessa aldeia. Obedeço essa lei, mas tinha que ter me avisado antes. ‘O negócio é assim, assim’. Daí você não falou nada”. Daí eu falei pra ele, “daqui pra diante então o dia em que eu preciso vir, trabalhar um dia, dois dias, eu venho tirar uma permissão”. Daí ficou assim. Tinha um cacique lá e eu sempre fazia cartinha pra ele pedindo a permissão. Ele sempre me mandava. Depois, depois daquilo, então o Sr. Raul saiu e entrou o tal de Nelson, tenente do Exército entrou lá pra trabalhar no escritório. E novamente era 25 quilômetros pra eu chegar lá no posto, de onde eu morava. E pra trabalhar 2 dias tinha que caminhar 25 quilômetros pra tirar permissão de dois dias. Dai mandaram chamar de novo. O tenente mandou. “Amanhã às 7 você fica na frente do escritório”. - “Tá certo, estou lá”. Eu peguei o ônibus das 6h30, às 7 horas eu estava lá. O seu Nelson eu estou por aqui, você me mandou chamar”. Ai ele disse “O índio não pode trabalhar um dia sem permissão, daí eu falei, poxa, eu não conhecia essa lei. Eu andei por tudo, conheço o Paraná, conheço São Paulo, por causa de serviço nunca me mandaram chamar ninguém. Agora que eu fui saber dessa lei aqui, por qual motivo é?”. Daí eu falei assim: “Seu Nelson, faz um favor, fica me escutando o que eu vou dizer. ‘Em vez de tirar uma portaria, uma permissão pra eu trabalhar dois dias, então daqui por diante eu vou sair e roubar por aí. Você acha que isso é melhor pra você, ao invés da gente ir trabalhar um dia pra gente pegar uma banha, uma carniinha lá do vizinho, tem que vir aqui? Então ao invés de fazer isso eu vou roubar por aí. Será que você vai achar bom?’”. - “Não, dessa parte eu não posso dizer nada, porque sei que o roubo é assim, assim, assim...”. - “Então porque que o senhor me chamou por causa de um dia de serviço que minha família está precisando...eu vou sozinho ter que caminhar 25 quilômetros até aqui, daí tem que pousar aqui, no outro dia tem que voltar pra chegar de tarde e tem que trabalhar no outro dia já...ou se não você me faz um ranchinho aqui na frente do escritório, ali, um ranchinho assim...você me dá uma colher de sal, uma banha, um pouquinho de banha, sal, essas coisas pra eu tratar da minha família...daí eu obedeco tudo o que você fala”. Daí ele me falou: “Não, tem outra lei também. Quem não vier trabalhar no meu serviço ali vai pra cadeia”. - “Tá certo. Mas você tem que avisar. E agora eu tenho 4 alqueires de roças de milho, tenho arroz

pra colher, tenho feijão pra colher, o senhor dá uma permissão pra eu ir vender tudo aquilo que eu tenho ali pra eu cumprir sua lei. Dai você me dá uma permissão que eu deixo de trabalhar, deixo de plantar que eu venho ajudar no seu serviço”. Dai ele me disse: “Não seu Honório, daí o pessoal de lá de cima vão saber e vão vir pra cima de mim, isso eu não posso fazer...Não você vai trabalhar no seu serviço, na roça, na colheita, se sobrar algum dia que dá pra vir, trabalhar meio dia, um dia”. Daí ficou assim. Daí nunca me chamou mais. Era tudo assim, as coisas que aconteciam. Mas antigamente a lei já era assim pros índios, não tinha liberdade. Eu que já tinha aquela liberdade, que eu conheci a liberdade, então já comigo ele não podia fazer isso, porque a gente já tá sabendo como é que é. Então foi assim que aconteceu comigo...

- E lá em Rio das Cobras tinha cadeia?

Tinha. A cadeia era tudo fechado assim, ficava lá fechado assim. Outro dia tirava, dava uma chicaninha de café, e voltava de novo lá pro quarto. Dois dias tinha que estar lá. E quando cumpria dois dias você saía dali, você tinha que trabalhar pra roça dele (...). Quem não foi trabalhar, quem não fazia o serviço ia tudo pra cadeia (...). Tinha uma comidinha assim, mas preso você sabe como é que é né. Dava qualquer coisinha pra comer e ficava ali...

- O senhor foi preso nessa cadeia?

Fui, fiquei dois dias fechado lá, depois eu saí, me tiraram, e eu tinha que trabalhar ainda 3 dias pra ele lá quebrando milho, ou roçando, então era tudo isso que acontecia (...).No posto tinha o tronco. Mas era funcionário índio mesmo, o chefe mesmo não mandava fazer, só mandava que tinha que fazer, que tinha que ser castigado, você tem que ser castigado...Então o próprio índio colocava no tronco. Então depois que saiu o cacique lá da aldeia do Guarani, daí me colocaram eu. Daí eu trabalhei de cacique, daí começaram a fazer aquilo...tinha o tronco. Daí eu dizia: “Chefe, você veio pra cuidar dos índios, você tá ganhando do governo pra ajudar o índio, fazer alguma coisa, conhecer algumas coisas, explicar as coisas como é que é... O tronco é uma coisa terrível. Aquele vez, quando estava o outro cacique ali, morreu dois índios por causa que botava no tronco...Eu não permito isso. Eu posso sair daqui, eu posso ser preso por causa disso, mas eu não vou mandar fazer. Você tem que cortar isso”. Daí terminou. Sempre teve cadeia, mas o tronco mesmo terminou. Cortaram o tronco.

- Você foi pro tronco alguma vez?

Não, eu não fui. Quem foi pro tronco foi meu irmão, e outro sobrinho (...). O tronco era duas madeiras assim [mostra com os dedos]. Dois pedaços. Ele abre aqui e fecha aqui, então você punha 5 minutos e a veia do sangue ficava tudo estufado. Então por isso morreu 2 índios que eu sei. Então tudo isso a gente viu, de perto ...

Vê-se, assim, como na reserva de Rio das Cobras é mais um caso onde imperavam as arbitrariedades cometidas e violências pelo SPI contra os índios, e que são denunciadas pelo *Relatório Figueiredo*. É preciso sublinhar que o *Relatório Figueiredo*, apesar de cobrir um período muito curto, apresenta informações qualitativas de extrema importância, que permitem vislumbrar o que ocorreu nos períodos seguintes, sobre os quais há menos documentos. Vale lembrar que o



documento foi fundamental para a extinção do SPI, mas que com a militarização da FUNAI, intensificada após o Golpe, ele foi engavetado, e as ilegais e violentas práticas contra os índios ali denunciadas permaneceram durante o regime militar.

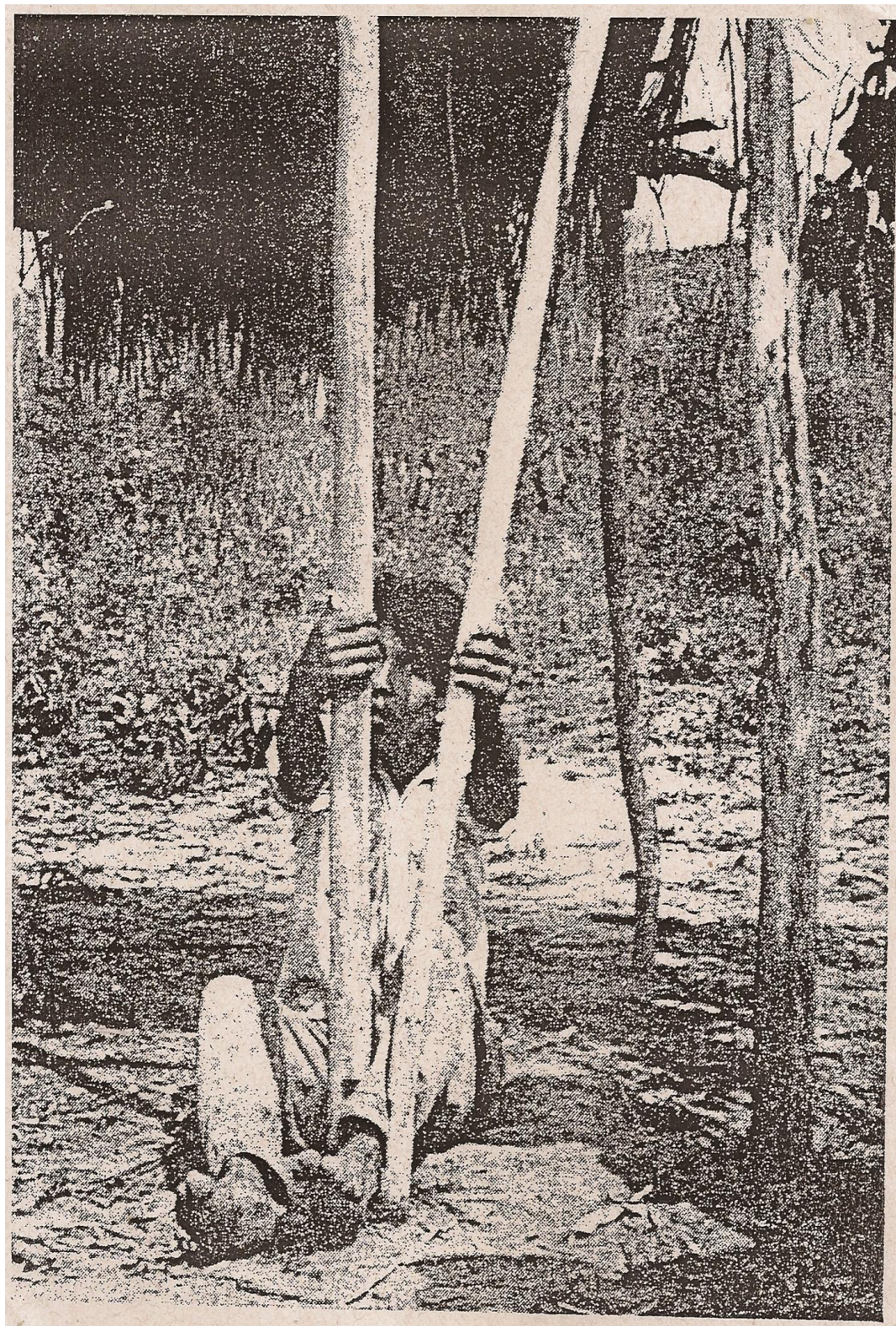
Em seu depoimento, Honório Benites aponta inclusive os nomes dos chefes de posto da reserva, sob o comando dos quais ocorreram as violências e abusos descritos: os tenentes Raul de Souza Bueno e Nelson da Silva. O primeiro deles é fartamente acusado no *Relatório Figueiredo* (cada acusação vem com a indicação entre parênteses das páginas aonde se encontram os processos estabelecidos contra ele). Após as investigações e averiguações de Jader Figueiredo na reserva de Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul – PR, Jader Figueiredo denunciou Raul de Souza Bueno por:

- 1) torturar índios, juntamente com seus irmãos David de Souza Bueno, Lauro de Souza Bueno e Vivaldino de Souza Bueno, mantidos irregularmente, sob suas ordens diretoras;
- 2) troca de índios para trabalho escravo com Vitor Minas Tonolher Carneiro<sup>34</sup> e João Garcia de Lima;
- 3) Suplício de índios no “tronco” havendo alguns aleijados como o índios Sebastião Laurindo;
- 4) Aluguel de índios para trabalho escravo;
- 5) Violências e arruaças;
- 6) Enriquecimento ilícito
- 7) Cárcere privado de índios;
- 8) Esbulho do trabalho indígena” (*Relatório Figueiredo*, página 5043).

---

<sup>34</sup> Vitor Minas Tonolher Carneiro também trabalhou no posto indígena de Itanhaem, em São Paulo, tendo também ali criado uma cadeia e mantido os índios confinados, conforme se pode ler em PIMENTEL, Spensy K.; PIERRI, Daniel C.; BELLENZANI, Maria Lúcia R. (2010) *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tenondé Porã*. Brasília: CGID/DPT/FUNAI.

Figura 5 - Índio Kaingang mostrando como era usado o tronco. Posto Rio das Cobras, Laranjeiras do Sul - PR. Foto de Edison Helm.



Todos os irmãos de Raul de Souza Bueno, assim como os referidos Vitor Minas Tonolher Carneiro e João Garcia Lima, também são denunciados por Jader Figueiredo (páginas 5026, 5043, 5048 e 5051; cf. anexo 2). Vale notar ainda que o nome de um dos irmãos de Raul de Souza Bueno, Vivaldino de Souza Bueno, sobre o qual o Relatório Figueiredo também traz uma série de denúncias, aparece em outro documento do relatório (página 796; cf. anexo 2b) como residente na “vila de Guaíra”, onde, contudo, não havia nenhum posto do SPI. Infelizmente, não há mais informações no relatório a respeito da “vila de Guaíra” e da atuação do SPI junto aos Guarani que viviam ali, mas essa informação é um indício importante de que, apesar da ausência “oficial” do SPI nessa região, seus agentes também circulavam e atuavam por ali, fato que, conforme apontamos anteriormente, merece ser melhor investigado.

O depoimento de Honório oferece, assim, provas claras e contundentes da exploração a que estavam submetidos os Guarani nessas reservas e contra as quais eles se rebelaram, seja contrariando às ordens e a “lei” impostas pelo chefe de posto, seja fugindo da reserva, que de forma alguma reconheciam como parte de seu território e oferecendo as condições necessárias para o desenvolvimento de seu modo de vida. Ao contrário, as reservas de Rio das Cobras (em Laranjeiras do Sul) e de Mangueirinha (em Chopinzinho) foram para os Guarani um local de opressão e sofrimento, e as violências que sofreram ali impactaram de forma marcante suas vidas, sendo uma marca da forma como foram tratados pelo órgão indigenista. Quanto a isso, há importantes informações fornecidas por alguns Guarani que hoje vivem em São Paulo, nas terras indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, e que viveram nas reservas do SPI no Paraná nesse período, quando também já tinham sido expulsos de seus *tekoha* e sido obrigados a residir ali pelo órgão indigenista.

Assim, Nivaldo Martins, que nos anos 70 viveu na aldeia de Palmeirinha, na TI Mangueirinha (município de Chopinzinho), antiga reserva do SPI e se deslocou para aldeia Krukutu (TI Tenondé Porã), em São Paulo, fugindo do regime de exploração e tortura a que sua família estava submetida no Paraná, conta:

Eu nasci no meio do SPI, dentro mesmo. O tempo que o SPI saiu e entrou a FUNAI, que está aí até hoje...Mas o que a FUNAI está fazendo? Não fala de demarcação, não fala de registro de nascimento...Então eu vivia sem documento, nada. Só que quando aparece na cidade, eu estou com o arco e a flecha grande, de caçar, e o cidadão que vê

isso, fala: “Esse aí é índio”, “Esse é Guarani”. Só isso. Não tem documento, como vai saber quem era índio? Que nação que tem? Não aparece. Só que eu me criei na mão da FUNAI. Trabalha na FUNAI, faz a roça pra FUNAI. Só pra aproveitar o Guarani (...) sobre essa história tem muita coisa pra gente contar. E tem mais coisa também. O funcionário do posto, antigamente, judiava o Guarani. A história é muito grande. Quando os índios bebem, não brigam, não se matam. Porque, sabe o que antigamente era a cadeia? É o tronco. Coloca-se dois paus e separam as pernas, pra cobrar isso aí, e amarra em cima [ele mostra com gestos como era feita a tortura no tronco]. Então, é por isso que o Guarani saiu do Paraná. Não queremos ser mais judiados pela mão do branco. Isso aconteceu por aí. Graças a Deus, estou com 65 anos, mas nunca mais vi essa cadeia. Coitado dos velhinhos... A Funai não tem dó (...) Trinta minutos e você não aguenta. Tem que gritar, não tem jeito. Era a cadeia. E vai tratar onde aquela dor? Pra curar? Tem que pagar, sem remédio sem nada, acaba morrendo (...) Depois que a FUNAI estudou ali, acabaram as cadeias de tronco, de pau. Agora [antes] era trabalhar por quinze dias, vinte dias pra te mandar trabalhar, corta um pouquinho aqui, um pouquinho ali, pra não pegar aqui a perna, mas à noite tem que ficar lá. Sentado. Deitado no chão pra dormir e de manhã cedo ir pra roça. Sem ganhar nada. E a comida é só canjica, com carne-seca de tempo, que fica pendurada no fogo. E você tem que comer isso na semana. Porque você está preso. Então por isso nós viemos fugindo pra cá. Eu pelo menos. Eu fugi dali porque o posto estava judiando <sup>35</sup>.

Depoimentos semelhantes a respeito dos maus-tratos, da cadeia, das imposição arbitrária de regras pelos funcionários do SPI ou da FUNAI do período militar sobre o modo de vida e os costumes dos índios, são dados por Pedro Macena, que atualmente vive na TI Jaraguá, em São Paulo, a respeito das condições de vida dos Guarani em Rio das Cobras:

Pedro Macena: Morei na aldeia do Pinhal [aldeia dos Guarani localizada dentro da Reserva de Rio das Cobras], que na época tinha muito mato, era muito diferente na época. Vivi com meus pais lá. Na época era muito complicado de sair uma família de uma aldeia pra ir pra outra aldeia. Pra sair precisávamos de uma autorização feita pelo chefe de posto, com prazo. Eles colocavam prazo de retorno nesse documento que eles faziam. O pessoal que saía mostrava esse documento na aldeia que ia visitar, dizendo que estava ali de passeio e que dali tantos dias iria retornar pra aldeia de origem. E se isso não fosse cumprido eles mandavam um tipo de *xondaro*<sup>36</sup> trazer à força de volta. Daí quando chegava na aldeia ou era preso ou fazia um trabalho forçado. Quando viemos pra São Paulo na década de 70 nos viemos à noite, fugido, porque se nos vissem saindo de lá não deixariam a gente vir. Foi muito difícil então pra nossos parentes. O Nivaldo, por exemplo, que é de uma das primeiras famílias que veio a São Paulo, conta dos maus tratos que sofreu. E eu presenciei isso também. Eles usavam o próprio Guarani para fazer trabalho forçado no posto. O Posto tinha uma espécie de polícia formada pela própria FUNAI que cumpria o que eles mandavam. Eles pegavam os próprios Guarani e misturavam com Kaingang pra fazer

<sup>35</sup> PIMENTEL, Spensy K.; PIERRI, Daniel C.; BELLENZANI, Maria Lúcia R. (2010) *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tenondé Porã*. Brasília: CGID/DPT/FUNAI. P. 67-68

<sup>36</sup> Guerreiro ou guardião guarani, que auxilia tanto as lideranças políticas quanto os xamãs em suas atividades de chefia e cura.

a guarda. Eles tinham cadeia própria no posto, onde os presos ficavam preso, sem alimento, sem água, sem nada... então foi assim que eu vi. Os Guarani morriam muito porque como que a pessoa vai viver presa sem comida, sem água, sem nada....muitos vieram a morrer. Hoje até me lembro de uma história muito triste do passado do povo Guarani, na época dessa Funai que funcionava antigamente [SPI]. A intenção do SPI era de fazer uma aldeia e juntar todos os povos indígenas num lugar só. Mas isso não dava certo porque tinha Guarani, Kaingang. Então muitos Guarani fugiam de lá, vindo pra São Paulo.

- Como eram esses trabalhos forçados do qual você fala?

Pedro Macena : O trabalho forçado era pras pessoas que eram pegas saindo da aldeia sem autorização. Dai eles faziam trabalho forçado, com um guarda vigiando, que não deixava parar. E à noite esse mesmo guarda levava pra cadeia, pra dormir lá. E de manhã o *xondaro* ia pegar o guarani de novo pra ir trabalhar.

- Trabalhavam em quê ?

Pedro Macena : Ou plantação ou outros tipos de serviços. Plantava arroz, milho...mas isso era pro próprio posto e nunca pros Guarani. O guarani não trabalhava pra si mesmo. Depois que produzia tudo, colhia, colhia o trigo e dava grão de trigo pra cada família. Eles tinham aqueles tronco que se prende no pé. Era uma cadeira que prendia o pé e fechava. Dai tinha que ficar sentado lá sem se mexer. E depois aquela cadeia normal de grade, onde prendiam as pessoas. Já vi muitos Guaranis apanhando ali, antes de ser preso. Na época eu era criança, mas já entendia o que estava acontecendo. O que mudou mesmo pra nos foi com a Constituição Federal de 1988, quando as próprias lideranças começaram a se organizar e lutar por seus direitos. Agora temos nosso próprio direito. Na época do SPI era muito complicado <sup>37</sup>.

E também por Pedro Vicente, que atualmente vive na aldeia da Barragem, na TI Tenondé Porã , também em São Paulo:

Pedro Vicente: Pedro começa a contar dizendo que não gosta nem de lembrar sobre isso. Mas inicia contando que trabalhava no posto, obrigado pelo SPI. Diz que carregavam muita plantação, que era os Guarani que roçavam, plantavam, colhiam feijão, milho, arroz, cana, carregavam cestos enormes e pesados e não recebiam absolutamente nada. Diz que desde que se lembra existia o posto dentro da Terra Indígena. Trabalhavam e o posto dava apenas kirera com sal e sem nenhum tempero, sem feijão, sem carne, para os índios comerem. Diz que tanto os Guarani como os Kaingang eram forçados a trabalhar.

Conta que da sua casa até o posto era como a distância entre a Barragem [aldeia onde vive atualmente, localizada na Terra Indígena Tenondé Porã – SP] e a Nova América. Havia uma cadeia no posto e se chegavam atrasados 10 minutos para o serviço eram obrigados a dormir nela. Fala que sofreram demais Questiona o porquê de as pessoas que deveriam apoiar os índios fazerem coisas tão ruins. Que eram piores que cachorro sem dono. Desde que o posto foi instalado, a vida dos Guarani só piorou.

---

<sup>37</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado na TI Jaraguá – SP, no dia 23 de Agosto de 2012.

Quando Antônio, seu filho, estava para nascer, diz que era domingo à noite e que deveria ir para serviço no posto no dia seguinte. Mas que sua mulher estava precisando dele pois o filho ia nascer e a família pediu pra ele ficar. Ele sabia que ia ser preso, mas não se importou pois precisava cuidar da esposa. Ficou com ela e o filho nasceu. No dia seguinte, quando ia em direção ao posto, aparecem quatro policiais do posto, que eram Kaingang, e eles o repreenderam por não ter aparecido e o jogaram à força na cadeia, onde ficou 3 noites. O liberaram apenas durante o dia para trabalhar no posto.

Então, quando certa vez estava sozinho com o chefe do posto, que veio perguntar porque tinha faltado ao serviço, ele o desafiou, falando na cara tudo o que pensava. Disse que foi preso sem ninguém perguntar porque ele não tinha vindo, diz que se ele tivesse deixado a mulher e ela tivesse falecido, teriam colocado ele na cadeia do mesmo jeito, dizendo que ele era o marido e devia ter cuidado dela. Que não sabe porque o chefe do posto não percebe isso pois ele mesmo tem mulher e filhos e sabe que é importante, que ele também não deixaria a mulher se ela precisasse dele. O chefe do posto diz que ele tem razão e lhe dá um cobertor para levar para criança, dizendo para ele voltar logo para a casa. Ele continua dizendo que o chefe do posto devia ajudar eles e que na verdade tudo o que ele fazia era vender madeira e se enriquecer às custas dos índios. Que eles trabalham o dia inteiro na lavoura e só podem comer quirera mal cozida sem feijão, nem qualquer tempero ou carne. Questiona que os chefes ficavam e enriqueciam e depois abandonavam o posto, vindo outro que fazia sempre a mesma coisa. O chefe se irrita e diz pra ele ir embora que não queria mais conversa.

Quando ele estava chegando na aldeia, os policiais do posto, os Kaingang, foram atrás dele e falaram que ele tinha fugido. Ele disse que não tinha fugido, que ele tinha falado com o chefe. Eles disseram que iam levá-lo e ele começou a questioná-los perguntando porque eles estavam ajudando o chefe do posto, se eles estavam ficando muito ricos ou ganhando muita comida, porque eles queriam judiar dos parentes guarani. Eles ainda queriam levá-lo até que desistiram e foram falar com o chefe do posto. Quando eles encontraram o chefe, ficaram bravos com ele dizendo que eles que tinham prendido os Guarani e que ele não podia ter soltado. E o chefe disse que ele tinha que cuidar da mulher e por isso o soltou.

Fala que eles sofriam demais mesmo, que eram pior que cachorro sem dono e que por isso e coisas piores aconteceram no Paraná, por isso ele não pensa em voltar pra lá, que até hoje é parecido, com o posto dentro da aldeia e com a lavoura controlada pelos Kaingang. Até hoje os Guarani trabalham e não ganham quase nada” (PIMENTEL/ PIERRI/ BELLENZANI, 2010: 68)<sup>38</sup>.

Também Manuel dos Santos, *tamoï* com 53 anos, que atualmente vive na aldeia Krukutu, também localizada na TI Tenondé Porã, em São Paulo, conta fatos semelhantes a respeito da atuação do SPI no Paraná, lembrando-se do que lhe contou seu pai, que viveu em aldeia Guarani na reserva de Marrecas nos anos 40 e que, da mesma forma que Honório, Nivaldo, Pedro e tantos outros Guarani, foi submetido a

---

<sup>38</sup> Como informam os autores desse documento os autores, no momento em que Pedro Vicente se dispôs a falar sobre esses acontecimentos, acabou a pilha do gravador, razão pela qual está transcrito em terceira pessoa.



trabalhos escravos e à cadeia pelos funcionários do SPI até que, assim como eles, conseguiu fugir da reserva e se dirigir para outras aldeias Guarani, em outras regiões:

Só que nessa época, quando [seu pai] voltou pro Paraná, tinha aquele Serviço de Proteção ao Índio, em 1940, por aí. E nessa época ele foi preso, havia um posto. Fizeram dele escravo. De dia o soltavam pra trabalhar e pela noite ele ficava no presídio. Não se sabe de mais nada, daí quem sabe uma vez fugiu e veio pro Paraná sentido Ponta Grossa, só que nos caminhos um funcionário do Serviço de Proteção ao Índio conseguiu encontrá-los e levaram de volta pra Marreca. Então, na Marreca, fizeram a mesma coisa, do mesmo jeito que fizeram antes com ele, ficou uns tempos lá, aí certa noite, certo dia, eles combinaram que iam fazer um sumiço à noite. Assim...que ele ia dormir na cadeia, e depois no outro dia trabalhar e à presídio), ele fugiu com a família. Então dessa vez ele conseguiu chegar mais próximo de São Paulo (...)" (PIMENTEL/ PIERRI/ BELLENZANI, 2010: 68)

Como se verá adiante, as reservas do antigo SPI no Paraná continuaram a servir como uma espécie de “depósito” dos índios Guarani removidos de seus territórios mesmo com as denúncias de Jader Figueiredo e criação da FUNAI em 1967 que, nas mãos dos militares, continuou a operar sob a mesma lógica do órgão anterior, subordinando os direitos dos índios aos interesses econômicos públicos e privados sobre suas terras. Por ora, cabe ressaltar que as próprias reservas do SPI estavam sujeitas a esses interesses, tendo tido parte de sua área vendida e cedida para a colonização durante no final dos anos 40 e nos anos 70. Em 1949 Moisés Lupion, duas vezes governador do Paraná (1947-1950/1956-1961) estabeleceu acordo com o Governo Federal e reduziu drasticamente as áreas das reservas de Apuaranã (em Londrina), Rio das Cobras (em Laranjeiras do Sul), Faxinal (em Cândido de Abreu), Mangueirinha (em Chopinzinho), Queimadas (em Ortigueira) e Ivaí (em Manoel Ribas). No total, cerca de 150.000 hectares de terra foram tirados das reservas indígenas e cedidos para colonizadoras, dentre elas a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e madeireiras interessadas em explorar os pinhais abundantes na terra dos índios. A reserva de Rio das Cobras passou de 11 mil hectares para cerca de 5.500, ao passo que a reserva de Mangueirinha passou de cerca de 17 mil hectares para 8.904. Essas terras só foram recuperadas no final dos anos 70 e pela própria determinação dos índios que, organizados em torno de Ângelo Kretã, expulsaram os cerca de 300 colonos que haviam se apossado de suas terras <sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Há dois ótimos filmes que tratam da luta Kaingang e Guarani pela recuperação de suas terras no Paraná: são eles, “Terra dos índios”, de Zelito Vianna, e “Mato eles!”, de Sérgio Bianchi. Vale

### **A Ditadura Militar e a Usina Hidrelétrica de Itaipu**

Em 1969, já em período militar, o General Gaspar Peixoto Costa, então diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná (DGTC – PR), recebeu solicitação da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras do Paraná e de Santa Catarina, para realizar levantamento a respeito da estrutura fundiária do oeste do Paraná onde diversos conflitos eclodiram a partir dos anos 40, quando o Estado brasileiro procurou expandir a fronteira agrícola sobre a região - expansão que, como foi indicado acima, incidiu diretamente sobre as terras de ocupação tradicional dos Guarani e das quais foram sendo expulsos de maneira violenta pela interação entre os interesses das colonizadoras e a força repressiva do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), do Instituto Nacional de Colonização (INCRA), do Exército brasileiro e da Polícia Militar.

Assim, reconhecendo a insuficiência do estudo apresentado, “que está longe de ser completo (...) dada a exiguidade do tempo disponível para se proceder tal trabalho, além da carência de dados técnicos”, e reafirmando a ideologia de que “o sertão, antes ignoto, foi desbravado, colonizado, civilizado até as barrancas do rio Paraná (...) por um afluxo populacional dos estados vizinhos tão intenso”, afirma que “ao governo não se perdoaria a omissão por mais tempo (...) em orientar e disciplinar a posse espontânea da terra, muitas vezes tumultuada pelo jogo natural de interesses” (COSTA, 1966: 3). O General produziu, assim, mapas e um relatório (cf. anexo 4) onde consta a situação jurídica irregular de grande parte dos títulos de terra que haviam sido emitidos pelo Estado brasileiro desde que as terras da região foram consideradas devolutas e o Estado do Paraná passou a conceder títulos de terra para colonos, por meio do decreto N. 300 de 1931, promulgado por Getúlio Vargas, conforme se indicou acima. O relatório apresenta, assim, muitas informações sobre o loteamento do oeste do Paraná e os litígios oriundos da presença simultânea de posseiros sem títulos, grileiros, madeireiras e grandes empresas colonizadoras. Pode-se verificar nele como muitas das terras dos Guarani, onde eles possuíam seus *tekoha*,

---

ressaltar ainda, que o neto de Moisés Lupion, Abelardo Lupion (DEM-PR), é hoje deputado estadual e membro da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, sendo um dos principais articuladores da bancada ruralista contra os direitos territoriais indígenas.



Assim, por exemplo, vemos ali que a área de Lope'i, situada no atual município de Toledo e indicada por Honório Benites e seu irmão, Gregório Benites, como sendo de ocupação guarani, foi passada pelo Estado do Paraná para os ervateiros Nuñez y Gibaja, dos quais já se falou acima e, à partir de 1942, passou para a administração da firma Pinho e Terras Ltda. Isso apesar de “em 1940, o então SPI, ter requerido a demarcação da área de Lope'i como reserva Guarani. Apesar disso, não houve por parte do Estado Brasileiro qualquer iniciativa no sentido de garantir as terras ocupadas por essa população” (WEBER/NACKE, 1988: 52). Acrescente-se que o SPI não só não demarcou a terra, como há fortes indícios de que tenha removido os índios dali com a ajuda da própria “firma”, como Gregório Benites indica em seu depoimento. Da mesma forma, verifica-se nesse documento que as terras na região do município de Santa Helena, foram cedidos à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e, posteriormente, a Meyer, Annes & Cia Ltda e, em seguida, à Companhia Paranaense de Colonização, sua sucessora. A Companhia de Madeiras Alto Paraná (MARIPA), por sua vez, obteve concessões de amplas fatias do território em Toledo, Marechal Cândido Rondon, Cascavel, Palotina e Terra Roxa do Oeste. Em Terra Roxa e em Guaíra, conforme já se indicou acima, as concessões foram feitas à Companhia Mate Laranjeira e as terras às margens do rio Piquiri, primeiramente à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e, posteriormente, à Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), indicada por Damásio Martinez em trecho de seu depoimento que transcrevemos acima como sendo uma companhia que empregava mão-de-obra Guarani na abertura de estradas e picadas, e que não só não remunerava os índios, como mandava jagunços em seu encalço para matá-los.

Também encontramos no relatório produzido pelo General Gaspar Peixoto Costa, menção às áreas de Passo Kuê e Iguaçu, indicadas pelos Guarani como sendo de sua ocupação e uso, mas cujos títulos foram expedidos para Miguel Mate e João Emílio Mate, exploradores de erva-mate na região de Foz do Iguaçu. É, assim, de fundamental importância que se proceda a uma profunda investigação acerca da



forma de atuação dessas colonizadoras<sup>40</sup> e de seus proprietários e de seus vínculos políticos e econômicos com o governo estadual e federal, assim como com órgãos tais como o SPI e o INCRA, afim de se compreender a forma que, como se disse acima, interesses privados e públicos interagiram nesse período e no período militar na consecução de objetivos comuns e contrários aos índios guarani e aos seus direitos sobre a terra.

Vê-se, assim, que, ao mesmo tempo em que o relatório apresentado pelo General oferece um panorama sobre a situação fundiária do Paraná, ele reafirma a ideologia que orientou sua ocupação ao longo do século XX e que irá orientar a atuação do Estado brasileiro na região durante o período militar e ignora completamente a presença dos Guarani na região. O binômio “Segurança e Desenvolvimento”, eixo central da Doutrina de Segurança Nacional tal como reformulada pelo General Golbery Couto e Silva após o Golpe de 64, colocou com força na agenda dos militares a dominação sobre a Bacia Amazônica e a Bacia Platina. Quanto a esta última, impôs-se, assim, aos militares a questão do aproveitamento energético do rio Paraná, que vinha sendo pesquisado desde os anos 50 com a possibilidade de se construir uma usina hidrelétrica nas Sete Quedas, em Guaíra (PR). No entanto, quando em 1962 o Brasil consolidou seu interesse no aproveitamento hidroelétrico das quedas do rio Paraná, irrompeu uma forte discussão política com o Paraguai acerca do traçado da fronteira entre os dois países. Os litígios entre os dois países, que contou com forte intermediação de próprio Golbery Couto e Silva entre o ditador paraguaio Alfredo Stroessner e o ditador brasileiro Humberto Castelo Branco, arrefeceram-se momentaneamente em 1967, com a assinatura da Ata das Cataratas ou Ata do Iguaçu, em que se estabeleceu que a exploração hidroelétrica do rio Paraná se daria conjuntamente entre os dois países.

A descrição da continuidade das negociações entre os dois países que levaram à mudança do local de construção da usina para Foz do Iguaçu e à assinatura, em 1973, do Tratado de Itaipu, que firmou entre o Brasil e o Paraguai a decisão de se

---

<sup>40</sup> E de outras tantas tais como a Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda; Colonizadora Matelândia Ltda.; Colonizadora Criciúma Ltda; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda; etc.



construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu, pode ser lida no livro de Ivone Carletto de Lima, *Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento* (2006). O fato é que o empreendimento tencionou ainda mais a estrutura fundiária da região e gerou uma nova onda de repressão sobre os índios e de pressão sobre as terras que ainda ocupavam. O projeto da usina previu a inundação de uma área de 1350 km<sup>2</sup> (cerca de 135 mil hectares), sendo 770km<sup>2</sup> do lado brasileiro, incidindo sobre os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Guaíra, onde Itaipu abriu escritórios para conduzir o processo de desapropriação e indenização das propriedades e cujo inventário foi feito por uma empresa de Minas Gerais, a Matrix Engenharia. O decreto de Ernesto Geisel, aprovando a delimitação da área necessária para a formação do reservatório foi publicado em 1979 (Decreto Federal No. 83.225). Contudo, como nota Ivone Carletto de Lima, o início das desapropriações e indenizações se iniciou efetivamente já em 1974, sem o referido decreto, pois o INCRA encontrou inúmeras irregularidades nos títulos de terra e procurou regularizá-los. Como aponta a autora,

quando da realização dos levantamentos das propriedades expropriadas, o Relatório de Itaipu registrou inúmeras irregularidades. Havia numerosos ocupantes sem documentação e, da mesma forma, documentação sem a correspondente ocupação. A confusão documental exigiu a presença do órgão governamental competente para dirimir essas questões de anormalidade fundiária. Portanto, o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se fez constante no processo. Essa integração favoreceu e agilizou os trabalhos de regularização da ocupação de praticamente toda a área atingida (LIMA, 2006: 337).

Vê-se assim, como o “evento” Itaipu no oeste do Paraná não apenas implicou em novo processo de expropriação territorial dos Guarani de suas terras (cf. adiante), como serviu para que a “anormalidade fundiária” reinante na região em função do avanço descontrolado colonização — conforme apontado pelo referido *Relatório* do General Gaspar Peixoto Costa e às informações a respeito da cadeia dominial dos títulos fundiários da região — fosse “regularizada” às pressas pelo INCRA e pelo Estado brasileiro, consolidando o esbulho das terras Guarani. Além disso, como aponta Lima e outros autores (GERMANI, 1981), o processo de indenização e a



forma como foi conduzido por Itaipu foi extremamente conturbado, gerando um substantivo movimento dos desapropriados contra a construção da usina – a esta altura já apelidada de “República de Itaipu” - que foi monitorado e reprimido com apoio do Serviço Nacional de Informação (SNI) e o do Exército brasileiro, em íntima colaboração com a UHE Itaipu, conforme indicam os anexos (cf. anexo 5<sup>a</sup> e b).

Tendo isso em vista, cabe fazer alguns apontamentos sobre as mudanças pelas quais passou a política indigenista brasileira com o golpe de 64 e as implicações que tiveram para os Guarani do oeste do Paraná. Como demonstra Heck (1996), durante o período de vigência do AI-5 (1968-1978), ocorreram mudanças no estatuto da FUNAI no sentido de adequá-lo aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional e seu binômio Segurança e Desenvolvimento. O órgão indigenista foi, assim, sendo ocupado por militares egressos dos Serviço Nacional de Informação (SNI) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e, em 1969, foi organizado, dentro da FUNAI, a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), consolidando o “processo de institucionalização da presença dos órgãos de informação e segurança na questão indígena” (HECK, 1997: 63). Esse aparelhamento da FUNAI pelos serviços de informação é significativo, pois o CSN e o SNI ocupavam à época um dos papéis mais importantes na esfera da política governamental e a ele também estava subordinada a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras a que nos referimos acima. Como lembra Heck, esta Comissão “elabora pareceres com base nos quais se decide sobre concessão de terras, abertura de estradas, meios de comunicação, campos de pouso” e realiza “ações de presença nas áreas de fronteira” (HECK, 1997: p. 60), orientando prefeitos e verificando o andamento de obras. Conforme nota Walder de Goés Costa, essa subchefia estará particularmente operante em 1977, realizando estudos sobre toda a legislação existente sobre terras “com vistas à definição de uma política para o setor” (apud HECK, 1997: 60).

Uma das principais implicações dessa militarização da política indigenista foi, conforme argumenta Heck, a consolidação dentro do Estado militar da visão de que a demarcação de terras indígenas na zona de fronteira do país representaria um risco à “soberania e à integridade nacional” (cf. anexo 6). Assim, como se lê na conclusão do Estudo n. 7 da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, *Sobre a questão indígena e os riscos para a soberania e integridade do território nacional*, “para que



não haja prejuízo às gerações futuras de esfacelamento do Território Nacional, há necessidade de uma decisão histórica, que interrompa, especialmente na Faixa de Fronteira, o processo que tem respaldo na Constituição em vigor, de conceder e demarcar os limites de territórios indígenas...”. Essa preocupação foi apenas se intensificando no fim dos anos 70 e começo do 80, “especialmente, no sentido de impedir o reconhecimento de terras indígenas tradicionais aos Yanomami, a povos indígenas no Rio Negro, no Alto Solimões e no Javari. Foram se desenvolvendo, a partir dos órgãos de segurança e informação, estudos para garantir a segurança e a soberania do país, mesmo que isso significasse o não reconhecimento das terras indígenas, conforme o preceito constitucional” (HECK, 1997: 107). Houve assim uma subordinação total da FUNAI a interesses regionais e a grupos econômicos, com a confiança de seu antigo setor de terras, o DGPI, a ex-funcionários do Incra. Conforme expressou o próprio presidente do órgão indigenista entre 1979-1981, Coronel Nobre da Veiga, “toda vez que é eleita uma área indígena, antes de ela ser decretada, de ser oficializada, procuramos encaminhar, como temos feito, aos Governos dos Estados, aos órgãos federais e estaduais que se interessam pela terra, tais como IBDF, CEMA, INCRA, o DNER, o DNPM, todos os institutos de terra do Estado, de maneira que não passamos à eleição da área sem que esses órgãos nos digam quais serão os problemas criados por essa eleição, para evitar os conflitos que hoje existem em quase todas as 250 reservas indígenas...” (Apud HECK, 1996: 99).

Estabeleceu-se, assim, novamente dentro do órgão indigenista a visão de que o procedimento correto para a demarcação de terras indígenas seria a definição de colônias indígenas para onde seriam reduzidas e concentradas a população de uma determinada região ou a distribuição de lotes individuais de 50 ou 100 hectares, ambos procedimentos que descaracterizam inteiramente o direito indígena sobre seu território. Além disso, foi também no bojo desse processo de militarização da FUNAI e de definição de uma política de não-demarcação de terras dentro dos 150km estipulados como faixa de fronteira do Brasil<sup>41</sup>, que o Coronel Ivan Zanoni Hausen apresenta seu projeto de “indicadores ou critérios de indianeidade”, contra o qual

---

<sup>41</sup> Como aponta Heck (1997: 105), “não demarcar terras indígenas em faixa de fronteira (...). Os números confirmam: das 156 áreas indígenas na faixa de fronteira, apenas 5 tem o seu processo integralmente concluído (demarcado e registrado em cartório e no SPU). São mais de 100 mil índios (de aproximadamente 80 povos), que se encontram nessa faixa de 150 quilômetros – dos 15 mil km de fronteiras do Brasil.



muitos juristas, advogados, intelectuais e antropólogos iriam se sublevar nos anos seguinte, acusando seu caráter racista e arbitrário.

Ora, pelo que foi descrito até aqui, vemos que o que se sucedeu no oeste do Paraná com os índios Guarani é mais um caso das violências e violações perpetuadas pelo Estado brasileiro contra os povos indígenas no período militar, apesar de menos conhecido que seus congêneres amazônicos<sup>42</sup> e de até o momento não ter sido reconhecida a legitimidade dos direitos territoriais dos Guarani. Evidentemente tais arbitrariedades vinham ocorrendo desde o período anterior, em função da orientação essencialmente militar da política indigenista brasileira e dos interesses econômicos públicos e privados sobre a região, que levaram ao esbulho e ao massacre dos Guarani. Contudo, o maquinário institucional e a ideologia produzida pelos militares após o golpe para tratar da questão indígena no país exacerbaram essa violência, trazendo ainda mais prejuízos para os Guarani do oeste do Paraná. Como se verá adiante, também no oeste do Paraná a ideologia militar sobre a zona de fronteira impediu o reconhecimento dos direitos dos Guarani sobre seus territórios e se valeu dos procedimentos ilegais apontados acima: subserviência da FUNAI ao INCRA e ao IBDF, remoção forçada e reassentamento dos índios como colonos, desindianização, etc.

### **O caso de Oco'y-Jakutinga e de Colônia Guarani (município de Foz do Iguaçu).**

Em importante estudo, a antropóloga da FUNAI, Maria Lucia Brant de Carvalho (2005; cf. anexo 7), conseguiu restituir a forma como ocorreu o esbulho de duas aldeias guarani na região de Foz do Iguaçu nos anos 70, recorrendo para tanto a depoimentos dos próprios Guarani a respeito desses eventos e a um conjunto de documentos por ela localizados no Setor de Documentação da FUNAI. Estes documentos, reunidos no processo n. 1053/76, iluminam de maneira importante a forma como a FUNAI, o INCRA e o IBDF trataram da presença Guarani no oeste do Paraná durante o regime militar — e ilustram os argumentos que levantamos acima.

Em 1971 a FUNAI foi alertada pelo 1º Batalhão de Fronteiras e pelo chefe do Distrito de Terras do Paraná e de Santa Catarina do Instituto Brasileiro de Reforma

---

<sup>42</sup> Como a Rodovia Transamazônica e as graves consequência que trouxe para inúmeros povos indígenas, dentre eles os Yanomami e os Waimiri-Atroari.



Agrária, sobre a existência de grupos indígenas guarani em Foz do Iguaçu, no bairro conhecido como Três Lagoas, bem como da necessidade de se fazer uma diligência para a regularizar as terras por eles ocupadas<sup>43</sup>. Segundo documento de 1976, enviado pelo delegado regional da FUNAI em Curitiba para o Presidente da FUNAI, General Ismarth de Oliveira Araújo:

as dificuldades na consecução de recursos financeiros e viatura, bem como de servidores habilitados retardaram a composição dessa equipe, até que, em vista do ofício No. INCRA – 4 (09) no. 247/76 de 23.01.76, da Coordenadoria Regional do INCRA, que aludia à expedição de títulos em favor de 55 ocupantes da Colônia Guarani foi necessário recorrer aos préstimos (...) de que resultou o anexo relatório do servidor Nelson Silva (FUNAI): ‘(...) a Colônia Guarani foi demarcada pelo Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina do INCRA, dentro das terras de primitiva área ocupada por grupo tribal Guarani, onde viviam na década de 30 cerca de 40 famílias indígenas, algumas numerosas, chegando até a contar com 17 membros. Informou também, o Coronel Belo, atual Diretor do Parque Nacional do Iguaçu, que há uns 10 anos (1966), quando no Comando do 1º Batalhão de Fronteiras em Foz do Iguaçu, existiam famílias indígenas nessa área, também conhecida por Três Lagoas, com os quais manteve contato por intermédio do Sargento Orcídio A. Dias, o qual pessoalmente confirmou a informação’ (...). A área está toda intrusada (...) estando o INCRA com os títulos de 70 lotes prontos para ser entregues aos ocupantes. Consta que não vive família indígena alguma na área, pois os índios remanescentes devem estar espalhados na região de Foz do Iguaçu e Paraguai, a que depende de mais minuciosa e demorada verificação. Se mediante tais diligências, se apurar a existência de famílias Guarani, talvez fosse possível localizá-los no Parque nacional do Iguaçu/PNI, cujo diretor, todavia, afirmou inexistirem índios no interior do mesmo” (Apud CARVALHO, 2005: 32. CF. anexo 7a).

Atente-se inicialmente para o nome do autor do relatório anexo ao documento, onde se afirma que a área dos Guarani está intrusada e que o INCRA está pronto para expedir os títulos em nome dos colonos: Nelson Silva. Como vimos no depoimento do Guarani Honório Benites acima, o Nelson Silva foi tenente que sucedeu Raul de Souza Bueno na chefia do posto de Manoel Ribas, na reserva de Rio das Cobras (Laranjeiras do Sul – PR), e que continuou a praticar as arbitrariedades e violências que testemunham os índios e que também estão descritas no Relatório Figueiredo. Vemos, assim, que mesmo com todos os delitos cometidos no tempo do SPI, o

<sup>43</sup> A necessidade dessas “diligências” vinha desde o início do século, como apontou Ferreira e nos anos 60 o SPI havia sido novamente notificado, agora não mais da necessidade de se regularizar as terras, mas de desintrusar a área de colonos que a haviam invadido. Segundo Ferreira, “há no Museu do Índio um telegrama datado de 1963 onde a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu pede providências a fim de que os índios daquela localidade que haviam sido, naquele momento, expulsos de suas terras, fossem socorridos pelo SPI” (p. 6). O Centro de Trabalho Indigenista pesquisou parte da documentação do SPI no Paraná em busca da documentação mas até o momento não localizou essa documentação, que poderia ser objeto de investigação de outros pesquisadores também.



referido tenente, ao invés de ter sido afastado do órgão indigenista e punido, manteve-se como servidor da FUNAI no anos 70, lotado, ao que tudo indica, na Delegacia Regional de Curitiba. E novamente age contrariamente aos direitos dos Guarani e à legislação indigenista pela qual deveria zelar enquanto servidor da FUNAI, sugerindo que a melhor alternativa seria remover as famílias guarani para o Parque Nacional do Iguaçu (de onde muitas já haviam sido violentamente expulsas).

Na sequência da documentação analisada por Maria Lúcia Brant de Carvalho, está um ofício enviado pelo INCRA à Diretoria Regional da FUNAI em Curitiba, pressionando o órgão indigenista para que removesse os índios da área para que os títulos pudessem ser definitivamente outorgados aos colonos:

(...) tendo em vista as constantes pressões que vem sofrendo esta CR, para que se proceda à titulação daquela área a seus ocupantes, sendo do inteiro conhecimento público que todo o processo administrativo encontra-se concluído, faltando somente a liberação da área por esse Órgão (FUNAI) para a outorga dos títulos, vimos, nesta oportunidade, reiterar a Vossa Senhoria o valioso empenho no sentido de ser procedida a liberação da gleba para os fins propostos (Curitiba 24/05/1976 ofício/INCRA – 4(09) n. 1733/76 p/ Del. Reg. Curitiba/FUNAI). (Apud CARVALHO, 2005: 33. Cf. anexo 7b)

A que se segue um ofício do Delegado Regional ao Presidente da FUNAI, General Ismarth de Araujo Oliveira, onde ele se refere também à área de Oco'y-Jakutinga, sobre o qual o INCRA também pressiona a FUNAI para que tome providências quanto à remoção das famílias Guarani que vivem ali:

(...) apesar de o IBDF pronunciar-se contrariamente ao assentamento dos índios no PNI [Parque Nacional do Iguaçu], insiste o INCRA na liberação das terras da Colônia Guarani, para fim de titulação das mesmas em favor dos civilizados que as invadiram e as vêm ocupando, razão por que solicito decisão final de V. Exa. (...). De outra parte, informa o INCRA que as terras ocupadas por famílias indígenas na região do Ocoi serão totalmente inundadas por efeito de instalação da hidrelétrica de Itaipu, motivo porque rogaria a V. Exa., entender-se com a administração central do INCRA no sentido de que determine à Coordenadoria Regional a manutenção das citadas famílias nas terras remanescentes do PIC-OCOÍ, em local próximo a represa a ser construída (Curitiba 28/05/76 ofício nº ?/76/Gab/4º DR/FUNAI p/ Pres FUNAI Gen. Ismarth de Araujo Oliveira) (Apud CARVALHO, 2005: 34. Cf. anexo 7c).

E um ofício do Presidente da FUNAI ao Presidente do INCRA, com comentários e recomendações a respeito dos dois “problemas” colocados pelo INCRA. Primeiramente refere-se à área da Colônia Guarani:

Dirijo-me a V. Sa. em face dos problemas existentes na área da Colônia Indígena Guarani situada na localidade de Santa Teresinha ou Três Lagoas, na proximidade da rodovia que leva à Foz do Iguaçu, onde existe grupo tribal. Dos entendimentos realizados junto ao CR/INCRA/PR, ficou patente a necessidade de imediata remoção do grupo para outro local, em face da premência na liberação da área, em favor dos civilizados que a habitam e que terão seus lotes titulados por este Instituto. Procurando solução para o problema... o INCRA encaminhou ao IBDF, expediente consultando aquele órgão sobre a viabilidade de instalar o referido grupo no PNI. O IBDF responde negativamente, apoiando-se no princípio de desalojamento total de famílias nos parques nacionais

Em seguida refere-se aos Guarani do Oco'y-Jacutinga:

Por outro lado os remanescentes Guarani, que residem na barra do rio Ocoi, Rio Paraná, onde o INCRA desenvolve o PIC-OCO I, estão sendo ameaçados de despejo sumário, por parte de elementos desta entidade, sob a alegação que esta região será inundada por força das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Em face de problemas de tão significativa relevância, que vem preocupando sobremodo esta Presidência, solicito de V. SA um pronunciamento sobre a real situação daquelas áreas e das alternativas que poderão ser oferecidas, para equacionamento da situação que se apresenta realmente grave para as comunidades indígenas ali residentes. Tendo em vista que o IBDF não pode permitir a transferência dos índios para o PNI, consulto-lhes sobre a possibilidade do INCRA determinar uma área para a sua localização, onde possam exercer atividades para sobrevivência (caça, pesca e agricultura de subsistência. (Ofício nº ?/ junho/1976/PRES/FUNAI/BSB p/ PRES/INCRA) (Apud CARVALHO, 2005: 35. Cf. anexo 7d).

Conforme aponta Maria Lúcia Brant de Carvalho, nota-se nesses documentos a subserviência da FUNAI ao INCRA, negligenciando seu dever de zelar pelo acesso dos índios à terra e, mais do que isso, deixando ao INCRA a incumbência de solucionar a questão, encontrando terras para onde a população indígena pudesse ser removida. Temos aí uma ilustração clara da *modus operandi* da FUNAI durante o regime militar que apontamos acima, da sua subordinação a interesse econômicos locais e regionais e da sua política de não demarcar terras indígenas na zona de fronteira, sobretudo num lugar que desde os anos 60 era objeto de estudos para a realização de um grande empreendimento econômico e geopolítico, a UHE de Itaipu.

Detenhamo-nos agora no caso específico de Oco'y-Jakutinga, analisado em profundidade por Maria Lúcia de Carvalho Brant (cf. fotos no anexo 8). Conforme os Guarani entrevistados por ela contam, a primeira invasão do território de Oco'y-Jakutinga ocorreu ainda nos anos 40, quando militares do Batalhão de Foz do Iguaçu abriram a estrada de Foz à Guaíra. Segundo Pedro Alves, que viveu boa parte de sua



vida na antiga aldeia de Oco'y-Jakutinga<sup>44</sup>, como compensação à ajuda nos trabalhos de abertura de picada, “os militares falaram: aqui é de vocês, ninguém pode entrar; (...) os militares falavam para não ocupar os primeiros 100 metros do rio Paraná; (...) levava mais de 10 horas a pé para atravessar do córrego Jakutinga ao rio Oco'y”. A estrada cortou longitudinalmente o território dos Guarani que vivem entre os córregos Jakutinga e Oco'y e constitui um impacto substantivo ao seu modo de vida, alterando profundamente a vida dos índios na região, conforme eles mesmo testemunham.

Em 1973, houve uma segunda invasão no território guarani de Oco'y-Jakutinga, dessa vez conduzido pelo INCRA que passou a desenvolver sobre o pedaço de terra ainda ocupado pelos índios, os Projeto Integrado de Colonização Ocoí I e II, aos quais o General e Presidente da FUNAI, Ismarth Araujo de Oliveira, havia se referido no trecho de seu ofício ao INCRA, transcrito acima. Estes projetos de colonização haviam sido estabelecidos em 1971, por meio do Decreto Federal N. 69.412 de 1971, e visavam (PIC-OCOI I) assentar colonos desapropriados pelo Parque Nacional do Iguaçu (1939) e que até então não haviam sido reassentados pelo INCRA, e definir a área que seria destinada para o alagamento da represa (PIC-OCOI II). Assim, necessitando solucionar ainda os problemas fundiários na região decorrentes da criação do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, e dispondo agora de ainda menos terras na região por conta de todo o alagamento que seria causado pela construção da barragem de Itaipu, o INCRA decidiu considerar as terras que os índios ainda ocupavam como terras ainda “livres” e, conseqüentemente, avançar sobre elas para reassentar os colonos, o que de fato ocorreu, em 1973. As famílias Guarani que viviam ali — cerca de 70 segundo os índios — foram assim novamente acudadas dentro de sua própria terra, ocupando um espaço ainda menor e vendo-se prensada entre o rio Paraná e os colonos.

No entanto, conforme aponta Carvalho por meio da documentação analisada, a FUNAI em momento algum buscou zelar pelos direitos dos Guarani sobre aquelas terras. Ao contrário, e assim como tinha agido em relação à Colônia Guarani, toma o assentamento de colonos pelo INCRA em terras Guarani como um fato inquestionável. Preocupa-se, assim, apenas com a situação dos Guarani frente ao alagamento que está por vir: uma vez mais, portanto, preocupa-se apenas em como

---

<sup>44</sup> Hoje morador de Santa Helena.



retirar os índios dali, recorrendo ao INCRA, que já havia expropriado seguidas vezes os Guarani, para encontrar uma “solução”.

Quanto a isso, é de fundamental importância chamar a atenção para o fato de que a situação de Oco’y-Jakutinga e das 70 famílias que viviam ali era consequência dos sucessivos esbulhos que os Guarani sofreram no oeste do Paraná nos anos 50, 60, 70, conforme eles próprios apontam e conforme explicitamos precedentemente. Contrariamente, assim, a uma visão sobre que se firmou nos anos 80 a respeito da situação dos Guarani no oeste do Paraná, e em especial das famílias que vivem na região de Foz do Iguaçu, não se deve tomar as condições encontradas nos anos 70 pelos organismos governamentais (FUNAI, INCRA) e por Itaipu em Oco’y-Jakutinga como parâmetros para se medir o tamanho dos prejuízos e dos impactos provocados pela UHE de Itaipu aos Guarani. Esse ponto é importante pois, como se verá adiante, quando nos anos 80 se buscou reparar os Guarani por esses prejuízos e impactos, se o fez, inicialmente, com base no número de famílias que viviam em Oco’y-Jakutinga no momento em que iam ser removidos pelo INCRA para outra área e no tamanho do pedaço de terra que ocupavam, ignorando, assim, todo o processo de expropriação territorial que os Guarani haviam sofrido nas décadas anteriores e dos quais falam ainda hoje.

Já foram transcritos acima depoimentos sobre alguns dos inúmeros lugares onde os Guarani possuíam *tekoha*; convém, contudo, transcrever mais alguns, que se referem sobretudo aos que existiam na região de Foz do Iguaçu, cujas famílias foram indo para Oco’y-Jakutinga, ou passando a viver nas vilas e fazendas da região, à medida que iam sendo expulsas pelos colonos. Assim, João Centurión, *xamoĩ* com 96 anos e importante liderança guarani, que presenciou todo o processo de expropriação territorial de Oco’y-Jakutinga, indica que

Pra baixo de Jakutinga tem outro que se chama...Takua Pinda’i<sup>45</sup>. Tinha bastante Guarani. Depois saiu tudo, foi não sei pra onde...Saiu por causa dos brancos né?! Destruíam... queimava casa, o rancho. Assustou né?! Um que foi matado lá. Um branco entrou e pegou a menina do homem e levou pro mato assim e depois o pai dele levou pra ver o mundéu. E daí que matou no mato também. Isso que aconteceu. Lembro bem...Muita gente, muito Guarani. Bastante índio<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> Os *tekoha* indicados nesses depoimentos também estão localizados no mapa da página 30.

<sup>46</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 14 de julho, na Tekoha Vy’a Renda, município de Santa Helena – PR.

Também Irma Almeida, conta em outro trecho de seu depoimento que:

Eu conheci aquela aldeia Guarani [que em 1939 se tornou Parque Nacional do Iguaçu] lá perto de Foz do Iguaçu. É ali que eu vivia né?! Ali tinha bastante também, tinha bastante gente, era grande também acho que tinha duas colônias de aldeia, depois os brancos tomaram conta dos índios, deixaram só um pedacinho, acho que 8, 9, 10 alqueires só....eu também fiquei sem mãe, sem pai, muito nova...então eu fiquei sempre no meio dos brancos trabalhando. Com 20 e poucos anos eu conheci aquela aldeia Guarani, em Foz do Iguaçu, tinha muita gente lá. Tinha cemitério. Depois eu sai de lá, fui trabalhar de novo no meio do branco, do brasileiro, lá em Medianeira.

- E como é que o branco tomava a terra?

Porque entra (...) o branco vinha pedir, assim, terra pra ele plantar...dai o cacique deu, 1 hectare, 2 hectare, 50, e assim o branco fizeram roça, quando acaba a roça, colheram todo o produto e já começaram a fazer casa. E depois já entra bastante, o cacique já não podia mais com ele....vai indo assim, vai indo assim, até que termina...sai tudo. Eu conheço também o rio Mboici, mas ali já não é mais aldeia, ali já é da cidade. Em Vitorace vivia também índio, andava por ali.. Passo Kuê já fica ali pra cima...Mocoï Tadjy...

Os Guarani também dão depoimentos contundentes sobre a forma violenta como o INCRA entrou em Oco'y-Jakutinga, para retirar os índios e abrir espaço para os colonos e de como a realidade encontrada ali de forma alguma correspondia à realidade da ocupação e da presença dos Guarani no oeste do Paraná. Assim, Pedro Alves diz que

Eu vivi em Oco'y-Jakutinga, mas naquela época o colonizador já estava tudo em volta. E daí diz que o Incra falou que tinha que sair, queimaram casa, e daí teve que sair. Eu lembro assim em 1969 era um mato ainda, vinha até no São Miguel, e daí eu acho que quando veio essa história de Itaipu, que ia inundar tudo, então arrendou e terra pra plantar hortelã, enquanto a represa fica pronta. E o índio também tinha que sair dali. Então veio o Incra pra demarcar a terra dos índios pra poder arrendar pro colono né?! E daí os índios tiveram que correr e passar pro Paraguai. E aqueles que tem coragem fica né? Num cantinho...fica quieto ali. E por isso que até hoje a gente não perde tudo né?! Tem como lutar ainda (...) Então quando veio Itaipu, em 1971, por aí, quando começou esse projeto, a gente só ficou no cantinho, 4, 5 famílias. Por isso que até hoje Itaipu fala que só encontrou 5 famílias, que são as 5 famílias que têm direito a ter terra. Mas tinha bastante, que correu tudo quando o Incra veio botar fogo nas casas, ficou 4, 5 famílias. Ficou aquele que tem coragem né? Aquele que não correu...

Depoimento que é complementado pelo de Alfredo Centurión, umas das principais lideranças Guarani à época da invasão e do alagamento de Oco'y-Jakutinga nos anos 80:



Uma vez, chegaram no nosso rancho, uma tropa de gente, mandados de certo, e queimaram tudo nosso barraco. O que ficou, ficou, o que pudemos levar na mão levamos...

Oco'y-Jakutinga correspondia assim a um dos últimos *tekoha* Guarani na região, onde os índios encontravam ainda condições dignas de sobrevivência. Com sua invasão e esbulho pelo INCRA, e com a ameaça de novo esbulho, dessa vez por Itaipu e o consequente alagamento do rio Paraná, os índios tiveram que novamente se deslocar para outras aldeias, no interior do Paraná e do Rio Grande do Sul, no litoral de São Paulo e Santa Catarina, no sul do Mato Grosso do Sul e no Paraguai (sobretudo reservas de Acaryimi, Kiritó, Arroyo Guasu e Paso Cadena), fugindo da repressão dos órgãos e funcionários públicos. Conforme destacam os índios, contudo, eles não foram de forma alguma consultados e informados por Itaipu ou pelo INCRA dos planos de alagamento da usina, o que, como vimos, já era conhecido dessas instituições desde 1971, quando o INCRA reservou tal área para a formação do reservatório de Itaipu (PIC-OCOI II). Como contam Pedro Alves e Miguel Rodrigues, que vivem em Santa Helena em pequena fração de um *tekoha* que havia ali antes da inundação e esbulho promovidos por Itaipu, a notícia correu sob a forma de boato e criou uma atmosfera de verdadeiro terror entre eles:

Pedro Alves : A gente sabia quando o vizinho não índio falava né?! Porque a gente não sabe o que vai acontecer...só assim que nós sabemos. Ai falava assim, que o Paraná vai ser fechado e a gente que está na beira do rio Paraná tem que sair tudo...Foi por aí que a gente soube né?! E acho que daí foi indicado pra FUNAI pra vir ver, nós ali os indígenas. Daí que a FUNAI mandou um antropólogo pra ver se nós somos índios mesmo, só que esse antropólogo eu não conheço, eu não vi, porque naquela época eu estava pro Paraguai, no Kiritó. Ali também a gente viu Itaipu trabalhando, cortando, fazendo rumo aonde a água vai pegar, fazendo uma divisa, medindo até a água vai. Foi ali que a gente ouviu falar que a gente tem que sair porque o Paraná vai ser fechado e vai alagar até tal altura. Então nós que estamos na beira do rio Paraná tem que sair, na beira do rio....foi assim que a gente ficou sabendo né?!

Miguel Rodrigues: Ah, quando começou a Itaipu aí que foi distraído...pra tudo, pra nós, pros brancos, pra todo mundo estragou! Porque tirou a terra pra botar água! Quantos mil alqueires não foram tirados do Guarani e do branco e agora em vez de eles devolverem de novo essa terra, aquela que ele tirou, não ele jogou tudo pra cima da FUNAI, mas não foi a FUNAI que fez essa sacanagem, foi Itaipu. Que nem aqui a área, em Jakutinga, Itaipu tirou pra colocar água e ali no Oco'y, não sei o senhor já foi lá...lá deram não sei quantos alqueires, mas a água é no meio, e a terrinha fica mais ou menos a uns 50 metros da água e da estrada. Mas ali tá cheio de água, você vai plantar o que ali? Do outro lado da água, a mesma coisa. É só casa e mato, e a gente não pode derrubar o mato, não pode mexer com o mato...lenha quase não existe



mais, porque a lenha não pode cortar. A lenha que tá no chão, morta, é essa daí que pode pegar, mas a outra não...então como é que a gente vai viver desse jeito?!

Também Damásio Martinez se lembra, em seu depoimento, de quando soube que Itaipu ia barrar o rio Paraná:

Paulínia: Logo quando começou a represa da Itaipu que nossos parentes passaram pro Paraguai?

Damásio: Sim

Paulínia: Os índios passavam de canoa pro Paraguai?

Damásio: Sim

Paulínia: Além dos índios passarem pro lado do Paraguai, os brancos ainda corriam atrás deles?

Damásio: É, eles mandavam embora e se não queria ir eles mandavam na marra mesmo, espancavam...eles nem colocavam caminhão pros índios ir, tinha que ir de pé mesmo...a minha sorte é que eu não estava ali quando começou isso...

Paulínia: Aonde vocês estavam?

Damásio: Estava em Foz do Iguaçu (...), eu trabalhava em fazenda e morava na cidade....eu trabalhava de servente de obra...trabalhava furando poço...

Como relata Carvalho na sequência de seu lado, em 1977 a FUNAI criou, juntamente com o INCRA, um Grupo de Trabalho para averiguar a situação na Colônia Guarani e em Oco'y-Jakutinga. Uma vez mais, como se vê em trechos do documento transcritos abaixo, a FUNAI agiu a reboque do INCRA e de seus interesses em titular a terra dos Guarani para os colonos. O Grupo Técnico não era composto por nenhum antropólogo, mas por Saul Carvalho Lopes (Coordenador de área do Departamento Geral de Operações da FUNAI) e por Wilson Luiz Kaniak (advogado do Projeto Fundiário do Paraná, substituindo o engenheiro agrônomo Wadi Medeiros Oliveira, que estava previsto inicialmente para compor a equipe). Seus “trabalhos” foram realizados em apenas 2 dias de visita às áreas, e, conforme afirmam os índios que à época viviam em Oco'y-Jakutinga, eles não foram ouvidos pelos técnicos da FUNAI. Ao contrário, como demonstra o documento produzido pelo GT (cf. anexo 7e), os técnicos do GT receberam previamente do INCRA o nome dos ocupantes Guarani da área, agora reduzidos a 11 famílias.

Vejamos o seguinte trecho do documento:

No dia 6/4/77, dirigimo-nos ao Município de São Miguel do Iguaçu, onde se encontra a sede do Projeto Integrado de Colonização Ocoí, mais conhecido pela sigla de PIC-OCOÍ.

a) Sinopse Histórica:

Este Projeto, especificamente criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sobre o TERRENO OCOÍ (antiga Gleba 84), situa-se sobre os municípios de Foz do Iguaçu e de São Miguel do Iguaçu. Foi havido, pela Autarquia, através de ato expropriatório Decreto Federal nº 69.412 de 22/10/1971, para o fim exclusivo de assentar famílias de colonos que, então, seriam retirados do Parque Nacional do Iguaçu. O terreno, inicialmente, abrangia uma área de 12.500 hectares que com advento da Usina Hidrelétrica de Itaipu, viria a perder 2/3 (dois terços) de sua superfície originária, em decorrência da inundação do reservatório a se formar.

Consequentemente, a área útil onde iriam se fixar as famílias de colonos procedentes do Parque Nacional do Iguaçu, ficou reduzida em apenas 1/3 (um terço) de seu tamanho inicial, gerando, inclusive, dificuldades para a própria Autarquia, que se viu cerceada em executar, na íntegra, o plano originário de assentamento dos referidos colonos. Essa área que denominamos de útil, e que corresponde a 1/3 do terreno originário, foi denominada de PIC-OCOÍ-I, cujo esquema de colonização de Projetos Integrados do INCRA foi, apesar das novas e reduzidas dimensões devidamente cumprido, cujos lotes medidos e demarcados já foram titulados a seus ocupantes.

Os 2/3 (dois terços) que serão submersos com a formação do reservatório, receberam a denominação de PIC-OCOÍ-II e ficaram, em decorrência deste fato, fora do esquema aplicado ao PIC-OCOÍ-I, pelo INCRA. Dialogando com o Executor, em exercício do PIC-OCOÍ-I, (...) fomos, pelo mesmo, atendidos, com a designação de um servidor, com pleno conhecimento do terreno e da atuação do Projeto, para nos acompanhar no desempenho da 2ª etapa do trabalho. A área que compreende o PIC-OCOÍ-I, já se encontra em fase final de emancipação, isto é, com lotes demarcados e titulados aos colonos, que os cultivam através de processo de mecanização e cuja prosperidade se faz notória. Não há, aí, qualquer resquício de elementos indígenas. Adentrando mais além, pela porção que integra o PIC-OCOÍ-II, especialmente às margens do Rio Paraná, no local assinalado na xerocópia da fotografia aérea 273 0 303 25 (doc de fl 12), constatamos a existência de 11 famílias indígenas já identificadas pela Administração do PIC-OCOÍ-I (rel anexa doc fl 13), em processo de aculturação e cuja subsistência obtêm da pesca, efetuada no Rio Paraná e de produtos agrícolas extraídos das lavouras que cultivam ao redor de suas moradias (...). Tendo em vista que o local onde se encontram as famílias indígenas, anteriormente descrito como PIC-OCOÍ-II, será objeto de inundação, para dar lugar ao reservatório d'água, procuramos dialogar com o pessoal técnico de Itaipu, em busca de esclarecimentos que determinassem uma possível solução, para o caso das aludidas famílias, vez que, o domínio das áreas utilizáveis pela Usina, passará a responsabilidade daquela Empresa Binacional de Itaipu(...). Oferecemos duas sugestões para o assentamento que deverá se processar:

- 1) Localizá-las em uma das ilhas que se formarão a longo do reservatório (...).

- 2) Assentá-las às margens do lago a ser formado pela represa, na zona destinada à faixa de proteção, que abrangerá além da quota máxima estabelecida por Itaipu, uma extensão de 100 metros e excepcionalmente, 500 metros em sentido horizontal, a partir da margem (vide gráfico esboço-doc fl 15), de caráter meramente ilustrativo, pois as plantas definitivas consignando tais faixas se encontram em fase de elaboração (...). (Sub-Grupo de Trabalho XV: 21.12.76. Apud CARVALHO, 2005: 35. Cf. anexo 7

Como se vê, o GT produziu, assim, uma “certidão negativa” sobre a presença de índios ali: na área do PIC-OCOI I, já totalmente intrusado por meio de ato expropriatório do INCRA e da anuência criminosa da FUNAI e “com lotes demarcados e titulados aos colonos”, a FUNAI afirma não haver mais “qualquer resquício de elementos indígenas”, e na área do PIC-OCOI II, afirma existirem apenas 11 famílias, as quais se apressa em qualificar como estando “em processo de aculturação”, já abrindo caminho para nova descaracterização da presença guarani e de seus direitos territoriais que ocorrera nos anos seguintes (cf. adiante). A FUNAI não se preocupou, assim, em realizar estudos qualificados na região, conforme a legislação vigente à época obrigava, não se preocupando em compreender o histórico da presença guarani na região, o processo do esbulho por eles sofrido, nem tampouco identificar a área que ocupavam. Além disso, o GT apresenta como possíveis “soluções” para a questão da presença de famílias Guarani de Oco’y-Jakutinga, dois procedimentos ilegais e criminosos: o assentamento das famílias em área de proteção ambiental de Itaipu — o que virá a se concretizar em 1982 — ou nas ilhas do rio Paraná — proposta que ronda até hoje os índios da região e que eles recusam sistematicamente afirmando que as ilhas não apresentam condições para ocupação permanente e para o desenvolvimento de seu modo de vida<sup>47</sup>.

No que se refere à Colônia Guarani, após à carta branca dada pelo próprio presidente da FUNAI para que se procedesse a favor dos colonos, o GT também limitou-se a produzir uma “certidão negativa” acerca da presença Guarani ali, afirmando “a inexistência de qualquer elemento indígena (...), corroborada pela relação nominal dos ocupantes in loco (...)” (p.2) e recomendando “a liberação da área

---

<sup>47</sup> A forma intransigente e autoritária com que Itaipu e o poder público tratou os Guarani durante a ditadura permanece viva ainda hoje, visto que a remoção para a Ilha Grande, no rio Paraná, continua a ser apresentada insistentemente pelo governo do Estado do Paraná como a “melhor” (sic) alternativa para os Guarani que vivem em Guaíra e Terra Roxa – e isso apesar dos índios já terem recusado essa proposta há quase 30 anos. A “remoção” dos Guarani continua sendo assim a única política pública para os Guarani da região – que continuam, contudo, a lutar pela demarcação de suas terras.



pela FUNAI ao INCRA, a fim de que se concretize a titulação definitiva, ansiosamente aguardada pelos seus ocupantes” (p.5) .

Após a realização desse GT, tiveram início então as tratativas entre a FUNAI e a ITAIPU, buscando uma solução conjunta para o problema da presença dos índios em local que seria diretamente afetado pela UHE Itaipu. Parte dessa documentação também está reunida no processo n. 1053/1976, analisado pela antropóloga Maria Lucia de Carvalho Brant.

Assim, em maio de 1977, funcionário da FUNAI de Curitiba tratou de enviar ofício para o presidente da FUNAI (cf. anexo 7f e g), General Ismarth de Oliveira, informando-lhe sobre os resultados do suposto GT e sobre as providências a serem tomadas para a remoção das 11 famílias Guarani. Esse seguida, o General Ismarth entrou em contato com o Presidente da Itaipu, General José Costa Cavalcanti (anexos 7 c e d), afirmando que “a área total necessária para o reassentamento dessas 11 famílias é de 265 ha, na base de 15 hectares por família”. No mesmo ano, foi formado então novo GT INCRA-FUNAI, cujo objetivo era:

Acompanhar servidores do INCRA/PR, numa vistoria realizada na área daquele Projeto, local habitado por doze famílias indígenas às quais serão destinados individualmente mediante titulação, uma quantidade de área de acordo com levantamento efetuado pelo INCRA.

Mas que como se afirma no relatório, na realidade durante essa visita já se iniciou o processo de titulação das terras em que estavam os Guarani, tendo os técnicos já preenchido:

parte dos processos individuais, visando a expedição de títulos definitivos aos indígenas. A maioria destes doze silvícolas beneficiados não possuem documentação, e cujo problema ofereceu dificuldades parciais ao INCRA na coletânea de dados. Mas estes dados são dispensados por se tratarem de pessoas não emancipadas e sujeitas a tutela. Cabe ao INCRA a destinação e a formalização dos títulos em nome dos indígenas que vivem naquela área, para o que, vem fazendo todo o empenho e, à FUNAI cabe assistir esta titulação como órgão tutor. (Battistelli. Relatório de Viagem: FUNAI, sem data, processo n.º 1053/1976, fls 143/44/45. Apud CARVALHO, 2005. Cf. anexo 7h)

Novamente, como já mostramos que foi constante em todo o caso de Oco'y-Jakutinga e da relação dos órgãos indigenistas com os Guarani no oeste do Paraná, a FUNAI se submete aos desígnios do INCRA, entendendo estar realizando visita em



área do PIC-OCOI II, e não em terra indígena Guarani. Como nota Carvalho, “a questão encaminhava-se, como os documentos acima demonstram, no sentido de titular individualmente através do INCRA”, de maneira que na sequência “elas poderiam ser desapropriadas em favor de Itaipu, conforme acontecia com colonos, em procedimento junto ao INCRA” e assim contornar todos os procedimentos legais previstos na legislação vigor à época quanto à remoção de grupos indígenas de suas terras. Como complementa Carvalho, “iniciou-se dessa forma a formalização da passagem de direitos coletivos da ‘comunidade indígena’ que possuíam interesses comuns, consignados em extensa legislação para a situação de indivíduos isolados, semelhante à situação legal de colonos. Os direitos indígenas às especificidades socioculturais, assim como os direitos às terras que ocupavam, através deste procedimento, desapareceram” (CARVALHO, 2005: 64).

No entanto, as violências contra os Guarani de Oco’y-Jakutinga não acabaram aí. A FUNAI necessitava da chancela de um antropólogo para concluir o processo de titulação, desapropriação e indenização das terras Guarani. Assim, em 1981, a FUNAI convocou ninguém menos que o Célio Horst, filho de criação de Ernesto Geisel e que compunha os quadros técnicos da FUNAI. Assim, Célio Horst, empunhando os “critérios de indianeidade” que, conforme nos referimos acima, haviam sido criados e introduzidos em 1979 pelo Coronel Ivan Zanoni Hausen nos procedimentos técnicos da FUNAI e contra os quais centenas de antropólogos, advogados e intelectuais viriam se manifestar nos anos seguintes, foi a Foz do Iguaçu para realizar visita aos Guarani. Em um dia de visita à área, Horst produziu um laudo (cf. anexo 7i) em que, ao mesmo tempo em que reconhece que os Guarani de Três Lagoas (Colônia Guarani) se retiraram da área em 1950/60 “sobre pressão da sociedade envolvente”, se encontrando “hoje dispersos pelas margens o rio Paraná em fazendas, nas ilhas próximas a Guairá, em alguns Postos Indígenas (...)” (HORST, 1981: 4) e que “no ano de 1976, ocorreram atos de violência na tentativa de desapropriação das terras incluídas pelo INCRA no Projeto de Integração e Colonização (PIC-OCOI)”, ele colabora com mais um violento capítulo da expropriação territorial sofrida pelos Guarani, ou melhor, da consolidação do sucessivo processo de esbulho que sofreram no oeste do Paraná ao longo do século XX. Assim, aplicando os famigerados “critérios”, conclui que das 11, depois 12 famílias Guarani que ainda viviam ali,



somente 5 seriam “de fato” indígenas, as restantes “não-indígenas ou remanescentes indígenas que não se auto-identificam como sendo indígenas” (HORST, 1981: 6).

Com essa nova intervenção da FUNAI, reduziu-se assim ainda mais o número de famílias indígenas, dessa vez não as afugentando ou expulsando de suas terras, mas de sua própria identidade étnica e cultural. Note-se, contudo, que frente a essas 4 famílias “legitimamente” indígenas aos olhos do Estado, o procedimento para sua remoção permaneceu sendo o de expropriá-los, indenizá-los e reassentá-los como “colonos”, de modo que a “indianeidade” que lhes foi outorgada ainda assim de nada valeu para a garantia de seus direitos territoriais enquanto índios; ao contrário, consistia num novo ataque a eles. Como nota Carvalho em seu lado, a intenção desse novo procedimento da FUNAI contrário aos Guarani era reduzir ainda mais o cálculo da área que havia sido “identificada” pelo GT anterior como sendo de posse e uso dos índios, realizando assim uma leitura imbuída de má-fé do artigo 33 do Estatuto do Índio (Lei N. 6001 de 19/12/1973), acerca do usucapião indígena (CARVALHO, 2005: 95). Assim, reduzindo o número de famílias Guarani, o laudo de Horst reduziu o tamanho da terra “identificada” como sendo de posse dos índios e em 1981, o INCRA expediu inicialmente 4 títulos de propriedade, ao pai de cada uma das 4 famílias Guarani que foram reconhecidas como “indígenas” por Horst, totalizando cerca de 22 hectares<sup>48</sup>. Vale lembrar que o laudo de Horst foi contestado à época por outros 6 laudos — um deles de uma outra antropóloga da própria FUNAI, Rosane Cossich Furtado, e outro de antropólogo designado pela Associação Brasileira de Antropologia, Edgard de Assis Carvalho —, mas foram sumariamente ignorados, prevalecendo o de Horst.

Efetuada mais esse procedimento de desindianização do oeste do Paraná, o presidente da FUNAI, agora Octavio Ferreira Lima, enviou ofício ao Presidente de Itaipu, General José Costa Cavalcanti, informando-lhe da conclusão dos “estudos antropológicos de identificação e caracterização dos índios”, e recusa da oferta de área dentro do rio Paraná para assentamento dos índios por um suposto desejo dos Guarani “de serem transferidas para área sob jurisdição desta Fundação, no município de Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná”.

---

<sup>48</sup> Ao longo do processo, o número de famílias passou para 5, pois uma família que havia fugido para o Paraguai quando da invasão do INCRA retornou para a área.

Ao acusar recebimento de Ofício E/DG/0337/81, de 20/08/1981, cumpre-nos informar a V. Sa. que esta Fundação já concluiu os estudos antropológicos de identificação e caracterização dos índios, em número de 05 (cinco) famílias, localizadas na área de interesse da empresa Itaipu Binacional. Consoante entendimentos firmados entre esta Fundação e o INCRA, aos indígenas ali localizados, serão outorgados títulos definitivos de propriedade, relativos aos imóveis por eles ocupados na área de interesse dessa empresa. Regularizadas suas situações na área em apreço, com o consequente pagamento das indenizações por benfeitorias existentes, os mesmos serão remanejados para área sob jurisdição da FUNAI, no município de Laranjeira do Sul, no estado do Paraná. Quanto ao oferecimento da ilha, que se formará no citado Reservatório, como forma de pagamento aos índios atingidos em suas ocupações pela cota da inundação da barragem de Itaipu, esta Fundação não reunia na época, condições para um pronunciamento conclusivo, face sua dependência às conclusões dos estudos antropológicos de identificação e caracterização do grupo indígena. Diante dos exposto, consumados os entendimentos com os índios e com o INCRA, resta manifestar a V. Sa., o desinteresse desta Fundação pelas terras da citada ilha, já que as famílias indígenas identificadas manifestaram o desejo de serem transferidas para área sob jurisdição desta Fundação, no município de Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná. (OFÍCIO Nº 357/PRES BSB 10/09/1981 Do Presidente da FUNAI/MI Octavio Ferreira Lima p/ Diretor Geral de Itaipu Binacional Gen. José Costa Cavalcanti. Apud CARVALHO, 2005. Cf. anexo 7j)

Ora, tendo em vista tudo o que já descrevemos até aqui, não se pode levar a sério a afirmação do presidente da FUNAI acerca do “desejo” dos Guarani de irem para a reserva de Rio das Cobras, sendo antes expressão de mais uma arbitrariedade e violência por parte do órgão indigenista. Com efeito, a remoção para Laranjeiras do Sul foi proposta pelo próprio Horst ao final de seu laudo, apesar dele próprio notar que “segundo o depoimento dos próprios índios residentes na área, em 3 de agosto de 1979, chegou um ônibus para ‘levar todos os bugres para uma reserva’ ” e que “como não houve maiores esclarecimentos” alguns índios fugiram para o outro lado do rio [ou seja, para o Paraguai] com os familiares” — o que já se indicou aqui ter sido uma constante ao longo de todo esse processo.

Já os índios, em resposta a essa possível nova remoção forçada para Laranjeiras do Sul, enviaram ofício (cf. anexo 7k) a FUNAI afirmando que:

se temos de sair de nossas terras, queremos continuar vivendo como comunidade que somos, em área equivalente a que ocupamos hoje, e que procedem de nossos pais e avós, sem sofrermos as restrições que teremos nas áreas da FUNAI que já são habitadas por outros grupos indígenas



Frente à impossibilidade de removê-los para outra aldeia, e à eminência da inundação pela conclusão das obras da barragem, a solução que se apresentou para Itaipu, a FUNAI e o INCRA foi assentar os índios, transformados em colonos pelos procedimentos anteriores, em área que havia sido desapropriada pelo próprio INCRA por constar dentro do PIC OCOI II e que, portanto, estava destinada a constituir Área de Proteção Permanente de Itaipu. Em seu estudo, Maria Lúcia de Carvalho analisa de maneira detalhada a forma como se deu a constituição da TI Oco'y (Cf. anexo 7), e as inúmeras irregularidades jurídicas que novamente foram cometidas pelos organismos envolvidos, baseando-se para tanto em documento produzido, em 1982, pelo advogado especialista em direito indígena, Carlos Marés, *“Sobre a forma de transmissão da propriedade e posse aos índios Ava-Guarani do rio Ocoí na nova área a lhes ser destinada”* (cf. anexo 7l).

O fato é que, como se vê, os critérios que nortearam a demarcação da TI Ava-Guarani de Ocoí são meramente políticos e advém mais do processo de colonização e da necessidade imperativa de Itaipu de remover os índios das áreas onde se encontram do que de critérios técnicos e antropológicos que tivessem levado em conta a tradicionalidade da presença indígena na região, seus modos e costumes, e o direito desses grupos de terem seus territórios reconhecidos. Em maio de 1982, as famílias Guarani de Oco'y-Jakutinga foram levadas para uma estreita faixa de terra no município de São Miguel do Iguaçu, e em outubro do mesmo ano o que havia restado de Oco'y-Jakutinga foi submerso pelo fechamento da barragem de Itaipu e o consequente alagamento de vastas porções de terra da região pelas águas do rio Paraná (cf. fotos da remoção no anexo 7m).

\*\*\*

Fato até agora pouco pesquisado e, no entanto, constantemente apontado pelos Guarani que ainda vivem por todo o oeste do Paraná, os impactos da UHE de Itaipu sobre os territórios e o modo de vida não se limitou à região de Foz do Iguaçu e às famílias Guarani que resistiam em Oco'y-Jakutinga. Como já vimos diversas vezes ao longo deste relatório e como o mapa da página 30 o demonstra claramente, os *tekoha* Guarani distribuía-se ao longo de toda margem do rio Paraná até a barra do rio Piquiry, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa e, apesar do esbulho sofrido nos anos

50, possuíam ainda muitos pontos de ocupação para além daqueles situados em Foz do Iguaçu, que também foram direta ou indiretamente impactadas pela formação do lago da usina hidroelétrica. No entanto, se com os Guarani que viviam há poucos quilômetros da barragem, Itaipu e os demais órgãos agiram da forma como vimos acima, expulsando-os e removendo-os para outros lugares e agindo por meio de procedimentos ilegais para invisibilizar sua presença ali, há que se considerar que coisas muito piores tenham ocorrido com aqueles que se encontravam mais distantes dos holofotes nacionais e internacionais do canteiro de obras da UHE Itaipu.

Lourenço Figueiredo, *xamoĩ* guarani com 77 anos que hoje vive entre os colonos no município de Santa Helena, conta que, até o início dos anos 80 havia no município, um grande *tekoha* guarani à beira do rio Paraná, e onde ele e muitas famílias guarani viviam até serem expulsos por Itaipu. Segundo ele, que era cacique à época, esse *tekoha* era conhecido pelo nome “Dois Irmãos”, ao qual muitos outros Guarani também fazem referência, como já vimos em seus depoimentos.

Aqui mesmo, em Dois Irmãos, tinha 70 famílias indígenas. Olha, eu sou...aqui em Santa Helena Velha eu nasci, criei com os indígenas e tudo. Eu era cacique também. Depois veio Itaipu e mandou tudo embora. Não pagou nada, deixou só.

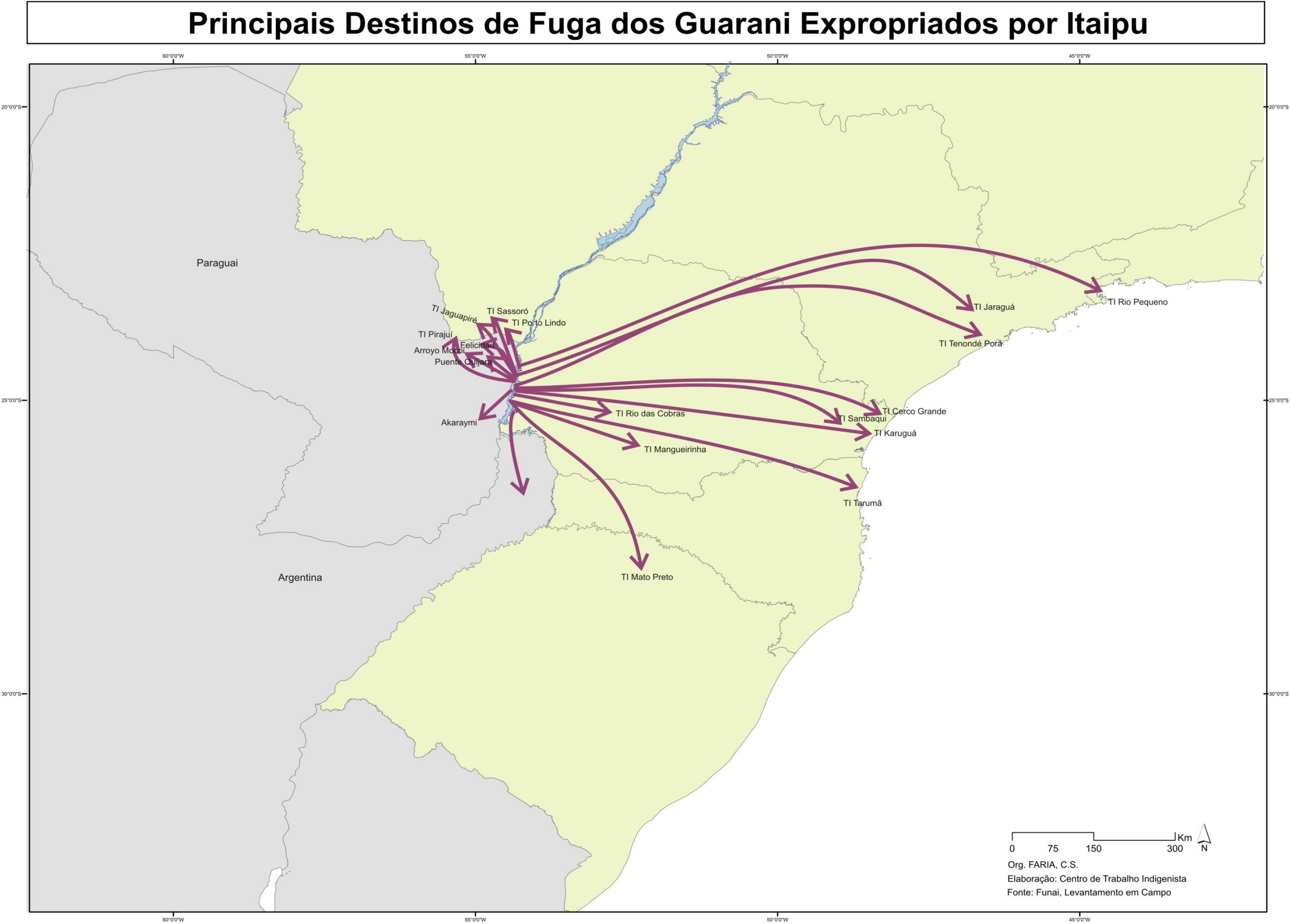
- Como eles mandaram os índios embora?

Mandaram porque veio Itaipu né?! Falou que ia vir a água e que pode se mandar. E o que que nós ia fazer?! Nós ficamos triste (...).

- E daí vocês saíram e foram pra onde?

Tudo pelo Paraná. Pra lá, pro outro lado, pro Paraguai. Cada um foi pra um lado. Só que eu sou o pioneiro de Santa Velha. Eu fiquei aqui! Itaipu falou “vamos embora tudo, a água vem vindo”. O que que nós vai fazer? Itaipu disse “pode sair tudo”. Eu fui, tenho 4 filhos...ai fui em Santa Helena. Sorte que encontrei o Prates, prefeito né?! que me arrumou serviço. Depois mandou tudo embora, não pagou nada nossa terra. Porque tinha 70 famílias lá (...)...o batalhão que manda naquele tempo né?! O batalhão de Santa Helena. Naquele tempo o exército manda. Fazer o que né?! Tinha 70 famílias querido, tudo indígena. Choremo tudo, vai pra Paraguai, vai pra não sei aonde....nós morava na terra (...). Fazer o quê, não adianta reclamar né? (...). Foi em 1983. Lembro, tudo. Eu sou chefe daqui, sou pioneiro de Santa Helena Velha (...). Eu peguei minha mochila, pedi pro tratorista me levar pra cidade e fui embora (...). Não, nada. Falou que não tem direito. Mas fazer o que. Naquele tempo manda o Exército né?! (...) Naquele tempo não existia lei nada. Agora que tem muita lei (...) Fiquemos assim né? Nós devia ter pedido pra Itaipu comprar pra nós essa terra né?! Quando veio Itaipu de capacete, “pode ir embora tudo”. Naquele tempo não existia de ...lei, nada (...).Eu fiquei sozinho. Minha companheirada da aldeia foi pro Paraguai. Eu fiquei trabalhando.

Figura 7 - Principais destinos de fuga dos Guarani Expropriados por Itaipu





É fundamental notar nesse depoimento a referência ao Exército e à participação de efetivo militar na expulsão dos índios de suas terras à beira do rio Paraná. Como já dissemos acima, e como alguns documentos encontrados por Aluizio Palmar, do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu, comprovam-no, Itaipu e o Serviço Nacional de Informação colaboraram intensamente nesse período na repressão ao movimento de agricultores expropriados pela UHE, sobretudo no município de Santa Helena, onde eles realizavam suas assembleias. Dentro desse quadro, e do ambiente profundamente hostil à presença guarani que caracteriza a região até os dias de hoje, não é de se estranhar que Itaipu tenha agido com truculência contra as famílias guarani que encontrou pelo caminho por todo o rio Paraná, fazendo uso do contexto de exceção e de força militar para evitar o mesmo tipo de dificuldade que vinha encontrando com os índios em Oco'y-Jakutinga.

Alfredo Centurión também se lembra da “antiga aldeia de Santa Helena Velha” e confirma sua inundação pela formação do lago:

Em Santa Helena velha, antes do Paraná subir nós tava lá também...a gente ia a pé até Santa Helena, pela estrada (...). Tinha trilha, tinha bicho, tinha onça. A gente sempre andava com arco e flecha. Agora nós não temos mais bem flecha (...)muita gente vivia lá. Os Lopes...

- E o que aconteceu com a aldeia de Santa Helena velha?

Também né?! A água pegou. O índio morava bem no barranco e água subiu. Tinha cemitério...

- Mas quem tirou os índios lá de Santa Helena velha?

Acho que um pouco veio junto com nós, um pouco acho que foi pro Mato Grosso do Sul, um pouco pro Paraguai, um pouco tá em São Miguel do Iguaçu....são nossos parentes, do grupo de Jakutinga. Um pouco vai pra lá, um pouco pra cá, mas é tudo o mesmo grupo.

E também Honório Benites, em trecho já transcrito acima, em que fala também da inundação das Sete Quedas, no município de Guaíra:

Quando a Itaipu fechou, em 1980, então a aldeia Jakutinga ficou tudo embaixo, embaixo da água. Aqui em Santa Helena, onde eles estão agora, então pegou um pedaço ali na Dois Irmãos. A aldeia Guarani também ficou...a aldeia Guarani era lá em Foz. Depois a antiga São João, a usina lá, também pegou tudo... E naquela volta, nas Sete Quedas, aquela volta ficou embaixo d'água (...) cobriu aquele pedaço ali, metade pegou água e metade ficou pra fora. Depois os índios saíram tudo, uns foram pro Mato Grosso, outros não sei pra onde, se extraviaram. O pessoal de lá de Jakutinga, um foi pro Paraguai, um foi pro centro, tem alguns que foi pra São Paulo...



As famílias guarani que vivem em Guaíra e Terra Roxa dão depoimentos semelhantes a estes sobre o que ocorreu na região à época da formação do lago da hidroelétrica, e permitem uma compreensão mais exata da forma como Itaipu e o Exército atuaram perante os Guarani da região nas décadas de 70 e 80. Assim, o casal Nabor e Marta Martins contam que :

Nabor Martins: Foi depois da Mate Laranjeira que veio a Itaipu, que fez a água crescer (...) quando a Itaipu chegou nós fomos todos embora pro Mato Grosso. Naquela época não tinha estrada não tinha nada....passamos de barco. A gente fazia barco pra passar.

Marta Martins : Eles diziam que o rio Paraná ia aumentar e você podem morrer todos, por isso vão embora pra outro lugar. Tem muita gente que foi embora, se espalharam todos por medo. Eles falavam que “a Itaipu vai fechar o rio e isso pode matar vocês”. Ai os índios foram embora pra outros lugares, mas sempre lembravam desse lugar. Foi isso o que os brancos fizeram, amedrontaram os índios, por isso eles se espalharam! Mas não esqueceram do *tekoha* e voltaram de novo aqui mesmo porque nós somos daqui mesmo!

Depoimentos que se replicam nos em outros de muitos Guarani que vivem na região, como contam Assunção Benites, Pivo Benites e Lúdia Gonçalves:

- E você sabe alguma história de quando fizeram Itaipu lá em Foz, e fecharam o rio Paraná?

Assunção Benites: Isso daí eu sei também. Isso daí aconteceu também. Itaipu fechou esse rio e tomou muito da aldeia também. Porque da beira do rio até Foz do Iguaçu ficou muita terra em baixo d’água. Da beira do rio, pegaram muita terra.

- E como chegou essa notícia pros índios? Como vocês souberam que o rio ia subir?

Assunção Benites: Não falaram nada. Porque mataram, foi expulsado. Fecharam água lá e águas subiu assim, quem morava na beira do rio eles expulsavam. Expulsavam! Se a gente não deixava a aldeia, matavam né?! Em Guaíra, Terra Roxa, era cheio de aldeia. Conheço tudo! Quantas pessoas morreram. Quando isso aconteceu eu estava em Guaíra mesmo. Mataram tudo meus parentes.

Lúdia Antônia Gonçalves: Ai ela [sua tia] dizia assim pra mim, “o que está acontecendo lá em Guaíra?”. Eu falava assim, “levou tudo, até os saltos, levou tudo”. Dai ele me dizia, “onde é que já se viu uma coisa dessas?”. Vai lá pra você ver. Era tudo água. Dai eu pensava “meu deus do céu, como é que nós vamos fazer? Já tão fazendo do jeito que eles queriam”. Naquela curva ali, tinha bastante pezinho de guabiroba do campo. Ah nós descia lá e agora? Nós vivia na água igual sapo né? (...) naquele tempo aqui era bom. Não pegou tudo a água né?!

Pivo Benites: Tem muitos *tekoha* que estavam perto do rio e o Guarani sempre e habitou na margem do rio. Então esses *tekoha* eles pegaram...veio a Itaipu e disse que



ia alagar, que ia trancar lá embaixo como fizeram. Alagaram lá. E daí essas terras dos Guarani ficaram tudo debaixo d'água. E os Guarani tiveram que se espalhar, ir mais pro alto e mais pro alto quando chegava dava de topa com os fazendeiros, com os pistoleiros, que matavam os Guarani, enterravam e ficava por isso mesmo (...).

Pivo Benites realça ainda os impactos ambientais que a formação do lago trouxe para os Guarani:

Antigamente, antes dele fecharem lá embaixo a barragem, a Itaipu, eu ia com pedaço de linha, com 3 metros de linha, com um anzolzinho, ia lá, colocava fruta, essas guabirobas, pitanga, jogava lá e com 20, 30 minutos que eu estava lá pescando, eu tirava uma média de 5, 10 quilos de peixe. Pra comer só no dia. Hoje eu vou ali, fico de cedo até a noite e não pego 1 quilo. Às vezes eu pego 4 chorãozinho. Não dá nem pra mim comer, alimentar, encher barriga.

Também Pedro Paulo Gonçalves e Ângelo Oliveira se lembram do que seus pais lhe contaram a respeito do episódio da subida das águas do rio e da fuga dos Guarani para outros lugares, no Mato Grosso do Sul, no interior do estado do Paraná ou no Paraguai, conforme suas redes de parentesco lhes possibilitavam:

Ângelo Oliveira: Falaram pra gente sair. “Vocês estão em perigo. A água vai crescer. Tem que sair daqui. Tem que tirar sua família daqui...Disseram que a gente tinha que sair. Alguns disseram que iam morrer ali, mas que não iam sair. Dai os brancos mataram eles lá. Eles faziam isso mesmo. A gente não queria morrer, por isso que a gente saiu de lá...os índios morriam na estrada, com fome...tem algumas pessoas que passaram rio, alguns não passaram. Muitas pessoas também morreram na beira do rio<sup>49</sup>.

Pedro Paulo: Meus avós e meus pais cruzaram o rio [para o Paraguai]. Levaram todas as crianças pra não deixar morrer aqui (...). Eles desceram em Santa Helena para cruzar o rio. Antigamente “aldeia” se chamava de *tapy'i* (...). [Meus avós sempre diziam que] na hora que o rio subiu pra fazer a represa, pegaram aldeia né?! Aí teve que sair a gente...a Itaipu que mandava sair né?! Tem que mudar porque vai mudar o rio, e se ficar vai morrer mesmo<sup>50</sup>.

Como se depreende desses depoimentos, os Guarani que viviam nos municípios acima de Foz do Iguaçu (sobretudo Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Terra Roxa), não foram sequer avisados sobre a realização do empreendimento e sobre as consequências que a hidroelétrica teria para eles. Ao contrário, a notícia parece ter chegado a eles por meio de boatos e dos colonos, e

<sup>49</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado em língua Guarani dia 22 de junho de 2013, na Tekoha Y Hovy, município de Guaíra – PR. Tradução de Géssica Takua Martinez.

<sup>50</sup> Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Depoimento coletado dia 22 de julho de 2012, na Tekoha Y Hovy, município de Guaíra – PR.



quando da boca de funcionários da Itaipu, sob a forma de ameaças e de injunções para que deixassem suas terras imediatamente. Além disso, como indicam os Guarani, funcionários da Itaipu estavam amparados por força repressiva militar no momento em que iam “avisar” os índios dos riscos que corriam. Como se vê, Itaipu não realizou nenhum procedimento quanto a essas famílias Guarani; ao invés disso, perpetuou a prática do esbulho e as violências contra os índios que era costume na região.

É urgente, assim, que se compreenda a real amplidão das consequências que a construção da UHE Itaipu teve para os Guarani no oeste do Paraná e das implicações que ela têm ainda hoje. Recentemente, o engenheiro florestal, Antônio Carlos Muller, que foi quem conduziu, com apenas 5 anos de formado, o programa ambiental de Itaipu desde 1975, reconheceu a precariedade dos estudos conduzidos pela usina para avaliar os impactos ambientais que seriam decorrentes da formação do lago e que estariam na base das políticas compensatórias da hidroelétrica. Segundo ele,

era um trabalho para inglês ver, como se diz, em função da pressão externa provocada pela Conferência de Estocolmo (1972) e a participação dos financiadores internacionais. Naquele tempo nem se falava em meio ambiente no Brasil, não havia preocupação. Falar em proteger o verde era uma espécie de poesia para os militares. Nosso presidente da época (general Ernesto Geisel) não era simpático à questão, então a preocupação maior era com o reservatório em si e com o processo de desapropriação.

Ainda segundo ele,

na medida em que o reservatório foi enchendo, fomos resgatando o máximo que conseguimos entre Sete Quedas de Guaíra e Itaipu. Tínhamos cinco bases, com cinco a sete barcos cada uma, e recolhíamos o que estava ao alcance (...) <sup>51</sup>.

Esse profundo descaso de Itaipu com seus impactos ambientais, somados às irregularidades cometidas por Itaipu com os Ava-Guarani que se encontravam sob seus holofotes em Foz do Iguaçu, são indícios claros de quanto são ainda desconhecidos os impactos de Itaipu em todo o oeste do Paraná no que diz respeito

---

<sup>51</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,falar-em-preservacao-era-poesia,966214,0.htm>



aos municípios mais distantes de seu canteiro de obras e das famílias Guarani que se encontravam “fora” de seus programas de assistência. Como indicam os Guarani que vivem em Guaíra, o mesmo procedimento que Itaipu adotou em relação às espécies animais e vegetais, que foram sendo resgatados “na medida em que o reservatório foi enchendo”, parece ter sido em relação aos Guarani, que foram sendo expulsos e/ou ameaçados de expulsão em operações que contaram com participação de força militar e que merecem ser investigadas a fundo. Cabe notar também, que atualmente em Guaíra há um movimento crescente por parte dos pescadores em denunciar os danos ambientais causados por Itaipu, que já não encontram na região peixes outrora abundantes <sup>52</sup>.

Nesse sentido, é interessante observar alguns dos documentos produzidos pela UHE a respeito dos Guarani e dos procedimentos adotados pela usina em relação a eles. Em um memorando interno de 10 de abril de 1987 (cf. anexo 9), Clóvis Ferro Costa, então Diretor Jurídico de Itaipu, dirigindo-se a Luiz Eduardo Veiga Lopes, Diretor de Coordenação, afirma que:

Durante a sua ausência, no dia 27 de março, promovi contato com representantes da comunidade Ava-Guarani a fim de encaminhar uma solução possível para a pendência que instaurara contra nós. Temos conversado sobre o assunto e evolui da antiga posição de contestação pura e simples para um exame mais aprofundado do tema. A minha convicção pessoal, hoje, é de que o pleito dos índios não é desarrazoado, de um lado; de outro, é evidente que o relatório sobre o qual se baseou Itaipu não é veraz.

Digo isso em caráter confidencial, para evitar explorações judiciais e políticas.

Com efeito, os Ava-Guarani foram apresentados como tendo anteriormente apenas área em torno de 34 ha. E como Itaipu transferiu-lhes cerca de 250, a nossa postura teria sido generosa. Ocorre que o dado inicial é manifestamente incorreto, já pelos antecedentes de ocupação da área, já pelas informações coligidas. O próprio alegado nomadismo dos índios, contraposto com elementos em seu desfavor, induz à evidência de que não se reuniram eles numa área tão pequena.

Dessa maneira, ao invés de Itaipu ter sido generosa, provavelmente terá subtraído muita área aos indígenas.

É claro que não digo isso publicamente, mas, em correspondência reservada, não tenho dúvidas em suscitar o problema (...)

Vemos assim nesse memorando o reconhecimento de que esta teria “subtraído muita área aos indígenas”, pois “o relatório sobre o qual se baseou Itaipu não é

<sup>52</sup>

<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/09/pescadores-protestam-contradanos-ambientais-no-reservatorio-de-itaipu.html>

veraz”, já que o “dado inicial é manifestamente incorreto, já pelos antecedentes de ocupação da área, já pelas informações coligidas”. Afirmções fortes e precisas, cuja consequência lógica deveria ser a mudança de conduta de Itaipu em seu relacionamento com os Guarani, sobretudo por vir de um funcionário de alto escalão, que estava diretamente implicado nas tratativas com os índios. Ainda que sustentando-se sobre um argumento impreciso (o “alegado nomadismo” dos Guarani), conforme já se apontou acima, o diretor jurídico de Itaipu reconhece que os Guarani “não se reuniram numa área tão pequena” quanto de maneira ilegal e fraudulenta o INCRA, a FUNAI e a própria Itaipu estabeleceram.

Contudo, esse reconhecimento tardio foi novamente subordinado ao posicionalmente oficial de Itaipu, permanecendo um reconhecimento “em caráter confidencial, para evitar explorações judiciais e políticas”. Com efeito, em documento oficial publicado no ano seguinte, 1988, Itaipu novamente se comporta como se sua postura “[tivesse] sido generosa”. O documento se intitula *Síntese dos procedimentos da Itaipu Binacional na questão dos índios Ava-Guarani. Período de 1975 à 1988* (cf. anexo 10) e consiste, como o próprio nome diz, num resumo oficial de Itaipu a respeito de sua conduta perante a presença guarani no oeste do Paraná. É significativo que tal *Síntese* tenha sido feita em 1988, ano em que a ditadura militar (durante a qual a UHE de Itaipu havia sido implantada) chegava ao fim e em que os índios e o movimento indígena conquistavam direitos fundamentais, resultados de uma intensa luta durante todo o período militar e devidamente garantidos pela nova Constituição Federal (artigos 231 e 232) que então se promulgava – direitos que, contudo, até hoje não foram efetivados.

Nesse documento lê-se que:

## 2- Área ocupada pelo grupo de índios Ava-Guarani

2.1 – (...) Não há registros ou documentos de índios que façam menção a uma aldeia indígena à margem do rio Paraná (próximo ao rio Jacutinga). Há sim, referências de algumas famílias nômades, ocupando a referida área, descendentes da tribo Ava-Guarani que outrora ocupava a região em ambos os lados do rio Paraná, com sede e origem no Paraguai.

As aerofotos dos vôos de 1953, 1962, 194 e 1979 mostram que:

- a) a área ocupada por indígenas se manteve aproximadamente constante desde 1953;



- b) ocorreu um vertiginoso processo de colonização, que acabou por envolver a área indígena.

Desde o início do documento vemos, portanto, que o intuito de Itaipu é esconder uma vez mais as ilegalidades e as fraudes que havia cometido em parceria com outros órgãos federais e estaduais ao longo dos anos anteriores, reforçando uma narrativa sobre a presença dos Guarani que ela própria — confidencialmente — reconhecia como sendo falsa e que merecia ser revista. Itaipu volta, assim, a classificar os Guarani ao mesmo tempo como “nômades” e como originários do Paraguai; reafirma que não há documentos sobre a presença dos Guarani no rio Paraná e baseia-se em “fotos aéreas” para identificar o que seria a área dos Guarani de Oco’y-Jakutinga, argumentos todos voltados para usurpar, uma vez mais, o direito dos Guarani a terra e em flagrante contradição com a legislação indigenista vigente, conforme Maria Lucia Brant de Carvalho demonstra claramente em seu estudo. Mais à frente no mesmo documento, Itaipu se refere aos Guarani como “semiculturados”, trata área que ocupam como “Terreno Ocohy” e identifica o pedaço a que “legitimamente” teriam direito, segundo as medições do INCRA, como tendo extensão de 29 hectares. Itaipu corrobora, assim, uma vez mais, os procedimentos adotados pelo INCRA e pela FUNAI, e continua a enquadrar os Guarani remanescentes de Oco’y-Jakutinga como “colonos” que foram “desapropriados”. Quanto a esses procedimentos, Itaipu afirma — publicamente — que tiveram “como princípio básico conhecer as reivindicações e expectativas dos expropriados para posterior adoção de critérios legais, justos e coerentes”, que “foram feitas várias reuniões com índios e consultadas as entidades envolvidas, antes da definição dos critérios que vieram a ser adotados” e que, por fim, “a área da reserva foi escolhida pelos índios”, afirmações completamente descabidas e que, à luz do que foi exposto acima, tem como propósito falsear a realidade.

Esse reforço oficial de Itaipu das irregularidades cometidas — os quais, contudo, eram internamente reconhecidos por ela — é bem expresso adiante na *Síntese* quando Itaipu apresenta um “Quadro comparativo da situação dos índios em 1975/82 e 1988”. Como se vê, depois de ter expulsado os Guarani de suas terras com ajuda do INCRA e da FUNAI — num processo que fez com que muitas famílias Guarani fugissem para outras aldeias, inclusive no Paraguai, como se apontou acima



— e de tê-los tratado, ilegalmente, como colonos, Itaipu entende ter sido “generosa” com os Guarani por ter cedido a eles cerca de 200 hectares a mais de terra do que os 29 hectares que ela, de maneira fraudulenta, havia identificado anteriormente como sendo “legitimamente” guarani. Também no quadro acima mencionado, Itaipu apresenta a situação inicial dos Guarani em Oco’y-Jakutinga como uma “convivência mesclada de colonos, mestiços e índios”, ao passo que agora (em 1982), na reserva de Oco’y, haveria somente o grupo “Ava-Guarani”. Ora, como descrevemos acima, essa “pureza” da nova aldeia da qual fala Itaipu foi feita às custas dos procedimentos racistas de definição de quem é e de quem não é índio que descrevemos acima, que serviram à Itaipu como meio de burlar a legislação e usurpar os direitos das famílias Guarani sobre a terra.

Da mesma forma, Itaipu vê-se como “generosa” em relação aos Guarani por tê-los provido com “acesso por asfalto” à aldeia, “terras de classe I de aptidão agrícola” com “topografia suavemente ondulada”, critérios de ocupação e uso do espaço alheios ao modo de vida guarani e que, como vimos acima, obedeciam antes aos interesses e à conveniência da própria UHE Itaipu do que aos interesses e aos direitos dos Guarani. As péssimas condições de vida encontradas pelos Guarani na área de Oco’y para onde foram removidos são minuciosamente detalhados e denunciados por Maria Lúcia Brant de Carvalho em seu estudo e devem ser analisados com profundidade, como prova dos crimes cometidos por Itaipu contra os Guarani e dos enormes prejuízos que lhes trouxe. Estes problemas vão desde surtos de malária e intoxicação pelos agrotóxicos usados pelos colonos que cercam a área, até desnutrição infantil e ausência de espaço para abrir roças, tendo levado à morte de inúmeros Guarani. Há que se ressaltar ainda a ingerência de Itaipu sobre a vida dos Guarani na reserva de Ocoí, que chegou ao ponto de querer controlar seus casamentos e os deslocamentos das famílias Guarani para evitar o aumento populacional da aldeia<sup>53</sup>.

Este último dado merece ser retido por sintetizar a forma autoritária como Itaipu tratou os Guarani e pretendeu controlar seu modo de vida e sua autonomia,

---

<sup>53</sup> O cineasta Paschoal Samorra, no segundo episódio “A paisagem e o sagrado” de sua série de documentários intitulada “Ao sul da paisagem” (SAMORRA, 2000), mostra em viagem de barco com o cacique guarani os locais das aldeias submersas e a forma como sua vida foi brutalmente impactada pela construção da UHE de Itaipu.



dando continuidade às práticas do SPI agora no contexto do Ditadura Militar e da política de fronteiras do regime — e sendo uma realidade ainda hoje. Mais adiante na mesma *Síntese...*, Itaipu apresenta o aumento populacional da reserva de Ocoí como sendo decorrência da “imigração de índios provenientes de Rio das Cobras e Paraguai”, “com o auxílio de entidades religiosas e assistenciais”. Mais adiante na mesma *Síntese*, afirma que “a matéria foge da alçada da Itaipu, mas merece atenção especial, visto ser consequência de posições políticas de órgãos como o CIMI, CPT, ANAI, etc” e “entende que não se justifica a transferência de índios do Paraguai para junto dos índios de OCOI, havendo perigo de inviabilizar qualquer trabalho na área da Reserva”. Itaipu reforça, assim, a perspectiva de que os Guarani estão “migrando” ou “se transferindo” para Ocoí, ao passo que, na realidade, passado o susto da invasão de Oco’y-Jakutinga e o *sarambi* por ele provocado, e com a recomposição de suas redes de parentesco, estavam retornando ao seu território e organizando-se para reagir ao esbulho sofrido e lutar por seus direitos, processo que se desenrolou nos anos 80 e que continua atual, como veremos adiante. Itaipu consolidou de tal forma sua “versão” dos fatos, afirmando que os Guarani são paraguaios ou recém-chegados do Mato Grosso do Sul, que ainda hoje é essa a perspectiva da sociedade nacional e do poder público sobre os Guarani que vivem no oeste do Paraná e é praticamente sob os mesmos argumentos acerca de sua “indianeidade” que seus direitos civis, sociais e humanos lhes são usurpados.

**Figura 8 - Lideranças Guarani protestam contra construção da UHE Itaipu, em 1981**



Quando Itaipu, ainda na mesma *Síntese*, aborda a reivindicação territorial dos Guarani, ela deturpa novamente os fatos. Primeiramente, apresenta-a como sendo “uma exigência posterior ao acerto da transferência para a atual reserva”. Representação falaciosa, pois já em 1981, os Guarani haviam “formalmente” expresso à Itaipu, por meio da carta que mencionamos acima, que “se temos de sair de nossas terras, queremos continuar vivendo como comunidade que somos, em área equivalente a que ocupamos hoje, e que procedem de nossos pais e avós”. Depois disso, Itaipu afirma que “para ampliar a reserva seria necessária a desapropriação de 70 propriedades rurais dos colonos reassentados pelo INCRA em 1974, criando sério problema social” e que a ampliação “fatalmente provocaria migração maciça de índios do Paraguai para o Brasil com consequências imprevisíveis”. Como se vê, Itaipu subordina o gravíssimo problema social que configura a situação dos índios Guarani no oeste do Paraná à situação de “normalidade” fundiária que ela própria, de maneira fraudulenta, ajudou a consolidar.



Mais à frente, em seção chamada “Das atuais intenções de Itaipu”, no subitem 7.2, Itaipu afirma que “através do Sr. Diretor jurídico, Dr. Clóvis Ferro Costa”<sup>54</sup>, “tem procurado uma solução simpática, que venha ao encontro às aspirações dos índios, quanto ao aumento da área”, mas que sua proposta “consiste em ceder duas ilhas, que juntas somam uma área de 225 hectares”. Que o reconhecimento e o cumprimento dos direitos dos Guarani sejam vistos por Itaipu como “aspirações” e que a “solução simpática” por ela (re)apresentada seja uma proposta que, à época, havia sido recusada de maneira enfática pelos Guarani há pelos menos 10 anos, indica claramente a visão deturpada que Itaipu tem sobre os índios e a intransigência que marca sua relação com eles.

Em 1996, quase 10 anos depois da publicação desse documento, e depois de quase 20 anos de luta, Itaipu comprou cerca de 1.700 hectares de terra no município de Diamante D'Oeste, constituindo a atual Tekoha Anhetete. Contudo, também ali, e ainda hoje, Itaipu exerce forte ingerência sobre a vida dos Guarani, interferindo na organização social dos índios e tolhendo sua autonomia dentro de sua própria terra. No mesmo estudo mencionado anteriormente, Carvalho (2005: 160) traz o depoimento de um Guarani, coletado em 2005, a respeito do controle exercido por Itaipu sobre os relacionamentos e os deslocamentos dos Guarani:

A FUNAI não dá documento pro Guarani que vieram do Paraguai, eles são tudo filho daquele que era do Brasil e foi pra lá. Itaipu não deixa entrar aqui. Itaipu só deixa entrar 5 famílias Guarani por ano aqui.

- E se sua filha quiser casar com Guarani nascido no Oco'y?

A Itaipu deixa, mas só dentro das 5 famílias por ano.

- E se sua filha quiser casar com Guarani lá do Paraguai?

Ah! A Itaipu não deixa...

\*\*\*

---

<sup>54</sup> O mesmo que internamente reconhecia que “ao invés de Itaipu ter sido generosa, provavelmente terá subtraído muita área aos indígenas” e que “o relatório sobre o qual se baseou Itaipu não é veraz”.



Antes de concluir essa seção, cabe considerar – ainda que de maneira breve – as consequências da construção da Usina Hidroelétrica para os Ava-Guarani que viviam do outro lado do rio Paraná, no Paraguai, e a forma como Itaipu lidou com essa população do outro lado da fronteira - fronteira que ela própria ajudou a consolidar. Como já se indicou inúmeras vezes nas páginas acima, o território tradicional guarani se estende por ambos os lados do rio Paraná, por cujas margens se distribuíam, até um passado recente, seus *tekoha*, articulados por relações de parentesco bastante intrincadas e que vigoram e são significativas pros Guarani ainda hoje.

Ao que tudo indica, a UHE executou procedimentos em relação aos Ava-Guarani que viviam do lado paraguaio muito semelhantes aos que realizou do lado brasileiro, também eles marcados pela ilegalidade e pelo descumprimento da legislação vigente – e que foram descritos acima. Assim, por exemplo, como indica a antropóloga Mariblanca Barón (2006), que trabalha desde os anos 80 com os Ava-Guarani, os estudos e levantamentos efetuados por Itaipu desconsideraram inúmeras aldeias e pontos de ocupação dos Guarani por toda a margem direita do rio Paraná. Assim, enquanto Itaipu, em informe de 1975, informava que haviam cerca de 7 “comunidades” dentro de sua zona de impacto, totalizando 234 famílias Guarani, o levantamento realizado por Barón ao longo dos últimos 30 anos, indica a existência de 36 locais de ocupação permanente dos Guarani, totalizando cerca de 543 famílias. Como pode ser visualizado no croqui elaborado pela autora (cf. anexo 11), as famílias Guarani que viviam à beira do rio Paraná foram removidas para pequenas reservas que já existiam por funcionários da Itaipu, por meio do “Proyecto de Reasentamiento de los Avá-Chiripá”. Segundo Barón “este proyecto no contemplaba ni siquiera a todas las familias afectadas por la empresa, según los datos de la Itaipu; es decir, las 234 familias; de acuerdo a investigaciones realizadas en las décadas de los años 1990 y 2000; desde luego que dichas cifras no corresponden, estaban muy lejos de los datos reales proporcionados por los mismos afectados, es decir, los indígenas Paranaenses, según ellos eran 534 familias” (BARÓN, 2006)

E os depoimentos coletados por Barón sobre como se deu essa remoção são muito parecidos com o que se transcreveu acima. Assim, por exemplo Alvarez, liderança da comunidade Guarani de Puerto Adela, e Lorenzo Cardoso contam que:

*Alvarez: Antes vivíamos felices a orillas del Paraná, luego vinieron los de Itaipu y nos informaron que nuestro Rekoha quedaría bajo agua. Ellos nos dieron un poco de dinero; yo fui llevado a Hernandarias para recibir la plata (...); durante el viaje (reasentamiento) se murieron muchos animales... y lo peor en el camino se me murió una hija, la tuve que enterrar por el camino. Así que Itaipu nos debe muchísimo, jamás podrá devolvernos lo perdido, como ser nuestra tierra, parte de nuestra cultura y por sobre todo la vida, cuántas personas murieron durante y después del viaje, especialmente en Jukyry... no se hallaban, se enfermaban y morían; muchos de nuestros parientes murieron allí.*

*Lorenzo Cardozo : Nos esparcimos todos los miembros de nuestra familia, algunos fueron a Jukyry llevados por el Proyecto Guaraní, y nosotros resolvimos no irnos, y nos quedamos en este sector hasta ahora*<sup>55</sup> (BARÓN, 2006).

Assim como no Brasil, portanto, os procedimentos de Itaipu em relação aos Guaraní no Paraguai consistiram em remoções forçadas das famílias guarani para reservas localizadas mais adentro no interior do território paraguaio. Além disso – e como se viu acima – também o destino de muitas famílias guarani que viviam do lado brasileiro foram essas reservas no Paraguai, para os quais foram obrigadas a se dirigir na medida em que iam sendo esbulhadas de suas terras na região compreendida entre Foz do Iguaçu e Guaíra. Dessa forma, a atuação de Itaipu do lado paraguaio também merece ser investigada mais a fundo, visto que esse processo é complementar ao que ocorreu no Brasil e deve trazer elementos importantes para se compreender a função geopolítica de Itaipu para os regimes militares que vigoraram simultaneamente nos dois países quando a hidroelétrica foi implementada.

---

<sup>55</sup> Mais informações e depoimentos sobre os impactos de Itaipu sobre os Ava-Guarani que vivem no Paraguai podem ser obtidas nos documentários Henda'yva e Yvy Perômê: <http://www.youtube.com/watch?v=UwndY8ryDUo>.

## **Conclusão e panorama da situação atual dos Ava-Guarani no oeste do Paraná**

Conforme se pretendeu demonstrar ao longo de todo esse relatório, ocorreram inúmeras violações aos direitos humanos e territoriais dos Ava-Guarani no oeste do Paraná, violações que se perpetuam ainda hoje e que são a causa direta da situação de extrema miséria em que se encontra essa população atualmente. Os depoimentos e documentos reunidos aqui, ainda que mereçam ser complementados por outros ainda inacessíveis, fornecem um retrato da natureza e da constância dessas violações, além da forma profundamente violenta com que foram feitas. Essas violações ocorreram precisamente no período investigado pela Comissão Nacional da Verdade (1946-1988) e merecem ser investigados por corresponderem à missão do Grupo de Trabalho “Camponeses e indígenas”, instituído no dia 05 de novembro de 2012 por meio da resolução N. 5, onde se afirma serem seus objetivos :

- I – esclarecer fatos, circunstância e autorias de casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres, relacionados aos grupos que trata o caput [povos indígenas];
- II – identificar e tornar públicos estruturas, locais, instituições e circunstâncias de violações de direitos humanos cometidas contra os grupos de que trata o caput [povos indígenas];
- III – examinar acervos referentes à temática;
- IV – fornecer subsídios ao relatório circunstanciado mencionado no art. 11 da Lei n. 12.528, de 2011 [relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações].

Os eventos que ocorreram no oeste do Paraná a partir dos anos 40 são expressões diretas da forma como empresas e proprietários de terra interagiram com organismos e agentes públicos durante a Ditadura Militar e no período pré-Golpe na consecução de seus interesses privados, assim como do (não) lugar dos povos indígenas dentro da geopolítica e dos empreendimentos “faraônicos” realizados pelo regime militar – no caso em tela, a UHE de Itaipu – que atropelaram seus direitos e cujas consequências se fazem sentir de maneira dramática ainda hoje. Como se indicou, o processo de expropriação territorial dos Guarani do oeste do Paraná foi conduzido sob a égide de um sistemático descumprimento da legislação indigenista e

de um genocídio silencioso que se efetuou por meio da expulsões, trabalho escravo, assassinatos, prisões arbitrárias e ocultamento de cadáveres, que foi acobertado pelo regime de exceção vigente no país e pela militarização das estruturas dos órgãos indigenistas e demais órgãos em contato com os povos indígenas. A compreensão desses eventos são, assim, de suma importância para o reconhecimento por parte do Estado e da sociedade brasileira das violências e violações cometidas contra os índios Guarani, dos enormes prejuízos que causou a essa população e, sobretudo, para que elas sejam finalmente interrompidas e os Guarani tenham seus direitos reconhecidos.

Da mesma forma, os fatos e depoimentos arrolados acima demonstram que os Guarani resistiram a essas violências, desenvolvendo estratégias políticas próprias de organização e luta com o intuito de defenderem suas terras e garantirem seu acesso a elas. Contrariamente a uma visão bastante usual – e também equivocada –, a violência do regime militar contra os povos indígenas não foi “indireta”, nem tampouco esses agiram apenas de maneira “passiva”; ao contrário, os índios reagiram de maneira ativa, suas lutas devendo ser compreendidas como componente fundamental do processo de redemocratização do Brasil que se desenvolveu por todo o país nesse período. O movimento iniciado nos anos 80 pelas comunidades guarani no oeste do Paraná é exemplo disso, e ele continua ainda nos dias de hoje, na medida em que seus direitos ainda não se efetivaram, que continuam sendo vítimas de inúmeras arbitrariedades e violência e que seguem determinados em recuperar parte de seus territórios perdidos nas décadas passadas.

Abaixo, segue-se uma recapitulação dos principais eventos descritos ao longo deste relatório em na sequência, um panorama da situação atual enfrentada pelos Ava-Guarani no oeste do Paraná, sobretudo nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Por fim, indica-se algumas “Recomendações”.

***Fim do século XIX e primeiras décadas do século XX: Fundação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu (1889) e concessão de terras à Cia. Mate Laranjeira em Guaíra (1882): ambos empreendimentos marcam o início da invasão do território Guarani e fizeram amplo uso de mão-de-obra Guarani, em condições de escravidão. Primeiras diligências do SPI para demarcar a área de Oco'y-Jakutinga e de Colônia Guarani,***



demarcações que, no entanto, não se efetivaram. Movimentação da Coluna Prestes pelo oeste do Paraná, incorporando os índios Guarani ao seu contingente.

**Anos 40:** Criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939), que incide sobre território Guarani e implica na expulsão violenta das famílias Guarani que vivem dentro de seus limites. Anulação dos títulos da Cia. Mate Laranjeira por Getúlio Vargas e início do processo de colonização da região, efetuado por organismos públicos e privados. Remoção de famílias Guarani pelo SPI e pelas companhias colonizadoras para as reservas de Rio das Cobras e Mangueirinha e esbulho dos tekoha guarani. Cessão de parte das terras dessas reservas pelo governo de Moisés Lupion para a colonização e para a exploração de madeira. Índios Guarani são usados como mão-de-obra pelas companhias colonizadoras na abertura de estradas e na delimitação dos lotes de terra que incidem sobre suas terras, muitos tendo sido mortos por essas mesmas companhias.

**Anos 50 e 60:** invasão da Colônia Guarani, em Foz do Iguaçu, por colonos, provocando a fuga dos índios para outros tekoha. Eclodem inúmeros conflitos pela posse da terra em diversos municípios no oeste do Paraná (dentre eles, Guaíra), provocando novo esbulho das terras dos Guarani, que são expulsos de suas terras, presos pela Polícia Militar e mortos por jagunços e fazendeiros, dando início a um movimento de fuga da região por parte das famílias guarani, com direção ao Mato Grosso do Sul, ao Paraguai e ao litoral de São Paulo e Santa Catarina, em busca de melhores condições de vida. Início dos estudos para aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná. Golpes militares no Paraguai (1954) e no Brasil (1964).

**Anos 70:** assinatura do Tratado de Itaipu e início da construção da UHE de Itaipu. ITAIPU, INCRA e FUNAI “regularizam” a estrutura fundiária da região, seguindo orientação da Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional de não-reconhecer terras indígenas dentro da zona de fronteira e consolidando títulos que incidem sobre terras indígenas guarani. Novo movimento de fuga dos Guarani para o Mato Grosso do Sul, para o Paraguai e para o interior do país. “Desindianização” das famílias Guarani que resistem por meio de fraudes produzidas por agentes



*públicos e da pressão da sociedade envolvente pela expropriação dos Guarani de suas terras. Emprego de mão-de-obra Guarani em fazendas.*

***Anos 80:** conclusão das obras de Itaipu e formação da represa. Esbulho e inundação dos tekoha Guarani nos municípios de Guaíra, Santa Helena, Marechal Rondon, Guaíra e Terra Roxa e remoção das famílias de Oco'y-Jakutinga para a reserva de Ocoí. Consolidação da visão, por parte do poder público e da sociedade envolvente, de que os Guarani são “paraguaios”, “migrantes”, etc. Retorno de famílias Guarani para suas terras e início da luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais.*

\*\*\*

A situação enfrentada atualmente pelos Ava-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa merece atenção especial nesse relatório, tendo em vista a perpetuação ali de muitas das práticas que se descreveu acima, revestidas de novas formas. Nesses dois municípios, vivem atualmente por volta de 400 famílias guarani, totalizando uma população de cerca de 1800 que se distribui por 13 aldeias (OLIVEIRA, 2013). Essas famílias Guarani são remanescentes das famílias que, como se demonstrou acima, habitaram a região durante todo o século XX (e desde antes) e que sobreviveram ao violento processo de esbulho territorial que se iniciou ali por volta dos anos 40. Parte delas jamais abandonou a região, apesar das fortes pressões que sofreram nesse sentido; ao contrário, mantiveram a ocupação de quinhões dos *tekoha* dos quais foram expulsos e/ou continuaram a empregar sua mão-de-obra nas fazendas e lavouras que se estabeleceram sobre elas, muitas vezes em situações degradantes de trabalho. Outra parte, retornou à região na última década depois de um período de exílio em que, fugindo das violências e perseguições que sofreram ali, se deslocaram para aldeias no Paraguai, no interior do Paraná ou no Mato Grosso do Sul. Quanto ao deslocamento das famílias guarani para o Mato Grosso do Sul, como sublinhamos acima, ele foi motivado, em grande medida, pela ausência de atendimento dos órgãos indigenistas a elas nos anos 50 (SPI) e 70 (FUNAI) na região, o que motivou a busca por documentação e direitos básicos de saúde, alimentação e ensino em reservas no Mato Grosso do Sul, onde haviam reservas guarani desde o início do século XX.



Desse modo, de forma alguma a presença Guarani nesses municípios pode ser considerada recente e seu vínculo com as áreas que ocupam como sendo “aleatórios” e “ilegítimos”; ao contrário, são os lugares de ocupação tradicional onde viviam antes do esbulho e que foram retomados com a esperança de terem seus direitos territoriais reconhecidos e efetivados, o que vêm reivindicando com muita ênfase nos últimos anos por meio de suas assembleias e associações (cf. anexo 14a e b). Quanto a isso, cabe ressaltar novamente que parte do território Guarani de Guaíra e Terra Roxa foi definitivamente perdido pelos índios com a inundação provocada por Itaipu. Como se indicou acima, os impactos da inundação do rio Paraná para os Guarani, longe de terem se limitado ao município de Foz do Iguaçu, estenderam-se por toda a margem do rio Paraná até o município de Guaíra e Terra Roxa, fato que ainda deve ser investigado com maior profundidade.

É de fundamental importância realçar esse fato pois atualmente os Guarani de Guaíra e Terra Roxa são vítimas de um vigoroso movimento de difamação, encampado tanto por produtores rurais, quanto por organismos e agentes públicos, que visam — uma vez mais — removê-los de suas terras. Abaixo, pode-se ver alguns dos principais acontecimentos ocorridos nos últimos anos que atualizam, em pleno Estado de Direito, as mesmas estratégias e os mesmos discursos criados e implantados durante o regime militar e nas décadas que o precederam para subtrair aos Guarani seus direitos humanos e territoriais e para torna-los “invisíveis” aos olhos da sociedade e do poder público:

- Em 2004, algumas famílias Guarani retomaram área próxima ao quartel de Guaíra, identificada por eles como pertencente a um *tekoha* do qual foram expulsos com a instalação do próprio quartel nos anos 40 e que teve parte de sua área inundada pela UHE Itaipu e parte incorporada à sua Área de Proteção Ambiental. Itaipu entrou então com mandado de reintegração de posse. Esse foi negado, em dezembro de 2007, pelo Juiz Federal em Umuarama - PR, Luiz Carlos Canalli, que julgou improcedente o pedido de reintegração de posse de Itaipu, pois “as áreas ocupadas são terras indígenas tradicionalmente ocupadas, não podendo ser objeto de domínio ou posse, senão pelos próprios índios conforme disposição constitucional,

independente de prévia demarcação”. Segundo ele, “o grupo indígena do lote Tekoha Marangatu — liderado pelo cacique Inácio Martins — nada mais fez senão ocupar uma aldeia pré-existente, que era local de moradia de ancestrais, antecessores da geração presente”<sup>56</sup>.

- Em setembro de 2005, 55 índios Guarani retomaram parte de seu *tekoha* dentro do Parque Nacional do Iguaçu (município de São Miguel do Iguaçu –PR), reagindo à expropriação territorial sofrida e às péssimas condições de vida a que estavam submetidos na TI Ava-Guarani do Ocoí. Após alguns meses, contudo, receberam mandado de reintegração de posse e foram violentamente retirados do PNI, muitos índios tendo sido machucados e sofrido graves ferimentos. Apesar desse episódio, os Guarani seguem reivindicando a recuperação de parte de suas terras que foram incorporadas ao PNI, um dos últimos remanescentes florestais da região e onde encontram ainda condições ambientais adequadas ao seu modo de vida e forma de ocupação do espaço.
- Em 2007, a Itaipu obteve novo mandado de reintegração de posse, dessa vez contra famílias Guarani que ocupavam área de antiga *tekoha* à beira do rio Apepu, denominada por eles de Tekoha Apepu, em Guaíra - PR de onde também haviam sido expulsos durante o processo de esbulho que se iniciou na região à partir dos anos 40<sup>57</sup>. Em 2007, as famílias Guarani ali residentes foram então removidas para a reserva de Marrecas, localizada a mais de 300 quilômetros dali, no município de Chopinzinho. Insatisfeitos com as condições de vida nessa reserva, retornaram para Guaíra alguns meses depois.

---

<sup>56</sup> O processo pode ser consultado em [http://www.trf4.gov.br/trf4/processos/visualizar\\_documento\\_gedpro.php?local=jfpr&documento=2255445&DocComposto=&Sequencia=&hash=bb3e85a9a79750c2dd4077dda29164e7](http://www.trf4.gov.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfpr&documento=2255445&DocComposto=&Sequencia=&hash=bb3e85a9a79750c2dd4077dda29164e7):. A Itaipu está recorrendo dessa decisão, que está em trâmite no Superior Tribunal de Justiça desde 2007.

<sup>57</sup> Com a construção da UHE de Itaipu, parte da área da *tekoha* foi inundada pelo represamento do rio Paraná e parte incorporada à Área de Proteção Permanente de Itaipu.

- Em 2009, a FUNAI instituiu Grupo Técnico (Portarias N. 136 de 06/02/2009 e N. 11 de 17/06/2010) para dar início a estudos de identificação e delimitação de três desses 13 *tekoha*: Tekoha Porã e Tekoha Marangatu, em Guaíra, e Tekoha Araguaçu, em Terra Roxa. Esses estudos foram conduzidos pela antropóloga Valéria Soares de Assis, que apresentou um relatório preliminar comprovando a tradicionalidade da ocupação Guarani nessas áreas. O GT não foi concluído, contudo, e as áreas permanecem sem qualquer providência no sentido de sua regularização.
- Em 2012, iniciou-se na região forte campanha orquestrada pelos produtores rurais e com respaldo do atual prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo. Essa campanha produziu uma atmosfera ainda mais contrária à presença dos Guarani e tem levado a uma violação rotineira e sistemática de seus direitos civis e sociais. Os Guarani têm frequentemente acesso negado ao sistema público de saúde e de educação onde enfrentam a hostilidade de médicos e professores e são vítimas de um boicote dos comerciantes e fazendeiros locais, que se recusam a oferecer-lhes emprego, como forma de limitar ainda mais suas condições de sobrevivência. No anexo 12, encontram-se dois folhetos que foram editados por um suposto “Comitê em defesa da verdade”, e distribuídos pelas ruas e estabelecimentos de Guaíra pelos produtores rurais. Neles, procura-se não somente buscar apoio da população local às atuais políticas anti-indígenas da bancada ruralista no Congresso Nacional (PEC 215, PEC 71, Portaria 303, etc), como difundir informações falsas e difamatórias sobre a FUNAI e sobre a realidade indígena no país.

Também em 2012, começaram a ser registrados diversos casos de suicídio entre os Guarani da região, sobretudo aqueles entre 15 e 30 anos<sup>58</sup>. Tal fato deve ser entendido à luz das difíceis condições de vida enfrentadas pelos Guarani e da atmosfera hostil à sua presença que têm se difundido na

<sup>58</sup> <http://www.portalguaia.com/PG/guaia-jovem-indigena-de-16-anos-comete-suicidio-em-aldeia-na-vila-eletrosul/>

região, num quadro semelhante, sob muitos aspectos, à situação dos Kaiowa no Mato Grosso do Sul, onde também verifica-se um alto grau de suicídio entre os Guarani nas últimas décadas.

- Em maio de 2013, a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman, atendendo às pressões do movimento anti-indígena de Guaíra e Terra Roxa, anunciou a suspensão de qualquer estudo e procedimento de regularização fundiária na região. A postura da Ministra da Casa Civil se insere no contexto atual de ataque aos direitos indígenas, tais como definidos e garantidos na Constituição Federal de 1988. Vale notar que a Ministra, ao mesmo tempo em que suspendeu qualquer atuação da FUNAI, baseou sua intervenção em laudo produzido pela EMBRAPA (cf. anexo 13), órgão subordinado ao Ministério da Agricultura e que não tem qualquer competência para lidar com populações indígenas, conforme a própria direção do órgão se apressou em se pronunciar publicamente<sup>59</sup>. Além de sua incompetência institucional e técnica para intervir nesse tipo de questões, o laudo da EMBRAPA replica a visão dos produtores sobre a suposta não “indianeidade” dos Guarani e o caráter supostamente recente e, assim, ilegítimo de sua presença na região — visão da realidade bastante deturpada, como se mostrou nas páginas acima. A campanha contra os direitos territoriais dos Guarani do oeste do Paraná assumiu, assim, contornos nacionais, sendo inclusive apoiado pela grande mídia, como em matéria do Jornal Nacional, que foi ao ar logo após a medida de Gleisi Hoffman e que pode ser vista no link indicado abaixo<sup>60</sup>.
- Também em maio de 2013, o Ministério Público Federal realizou vistoria nos 13 *tekoha* de Guaíra e Terra Roxa e instalou 45 processos administrativos e 1 criminal, tendo em vista a situação de calamidade social e penúria existencial em que vivem os Guarani nessas áreas, sem acesso a água encanada, saneamento básico, energia elétrica e serviços

<sup>59</sup> <http://www.embrapa.br/imprensa/posicionamento-oficial/posicao-da-embrapa-terras-indigenas>

<sup>60</sup> <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/terras-que-funai-queria-demarcas-no-parana-nao-tem-indio-aponta-relatorio.html>



públicos de saúde e educação, além de enfrentar diariamente a forte hostilidade da população não-indígenas local.

- Em julho de 2013, uma jovem Guarani de cerca de 20 anos sofreu um sequestro-relâmpago em Guaíra por homens armados que a molestaram e pediram-lhe que avisasse a FUNAI e as lideranças indígenas da região “que os fazendeiros não vão permitir que eles fiquem por aqui” e que “nós vamos acabar com a FUNAI e com os índios”<sup>61</sup>.

Assim, do trabalho forçado nos ervais da Mate Laranjeira à recusa de trabalho por aqueles que se apropriaram de suas terras, das “cidades de jagunços” que se formaram no oeste do Paraná às ameaças de jagunços de fazendeiros às lideranças indígenas e ao próprio órgão indigenista, e da ausência desse na região até recentemente à produção de um laudo que pretende — mais uma vez — invisibilizar os Guarani que vivem no oeste do Paraná, o que se vê atualmente é a persistência das práticas violentas contra os índios e da violação sistemática de seus direitos que ocorreram ao longo de todo o século XX.

---

<sup>61</sup> <http://www.portalgoaira.com/PG/guaira-jovem-indigena-e-raptada-sofre-ameacas-e-tentativa-de-estupro-por-tres-homens/>.



### **Recomendações**

- Aprofundamento da investigação acerca da forma como as empresas colonizadoras públicas e privadas interagiram com o poder público (SPI, INCRA, Forças Armadas, etc), notadamente durante os governos de Moisés Lupion (1947-1950/1956-1961) e Bento Munhoz (1950-1955) no governo do Paraná e durante a Ditadura Militar (1964-1988), para obter controle sobre as terras da região e “regrar” os conflitos oriundos desse processo;
- Reconhecimento por parte do Estado brasileiro das violências e crimes cometidos contra o povo guarani durante a Ditadura Militar (1964-1988) e no período pré-Golpe (1946-1964), com pedido público de desculpas, estudo de indenizações e reparações pelos danos morais e pelos prejuízos materiais causados aos Guarani;
- Reconhecimento por parte do Estado brasileiro do caráter transfronteiriço do território guarani e implementação de políticas públicas que garantam sua cidadania, os direitos humanos e o cumprimento de seus direitos civis e sociais;
- Reavaliação dos impactos territoriais e socioambientais provocados pela criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939), pela construção da UHE de Itaipu e pela formação do reservatório da usina no rio Paraná (1975-1982), e execução de medidas compensatórias, em todos os âmbitos cabíveis, aos índios guarani em razão das mortes (perdas humanas) e dos danos territoriais, ambientais, morais e materiais sofridos por essa população indígena;
- Reconhecimento dos direitos territoriais do povo Guarani no oeste do Paraná, dos esbulhos provocados no período 1946-1988 e suporte à realização dos procedimentos de regularização das terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani de modo a contemplar as áreas necessárias para sua reprodução física e cultural, conforme assegurado nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.



## **Anexos**

**Anexo 1:** Caderno de depoimentos dos Ava-Guarani. Arquivo CTI/Oeste do Paraná.

**Anexo 2:** Páginas selecionadas do Relatório Figueiredo.

**Anexo 3a:** Ofício enviado pelo CTI para a Comissão Nacional da Verdade. Arquivo CTI/Oeste do Paraná. Setembro de 2013.

**3b:** Ofício enviado pela Comissão Nacional da Verdade à UHE de Itaipu, solicitando documentação referente aos índios Ava-Guarani. Outubro de 2013.

**Anexo 4:** *Relatório Apresentado à Comissão Especial do Estudo da Faixa de Fronteiras do Paraná e Santa Catarina, pelo General Gaspar Peixoto Costa, diretor do D.G.T.C., na qualidade de representante do Estado do Paraná, junto ao I.B.R.A. Curitiba, 1966.*

**Anexo 5a:** Documento sobre espionagem pela Polícia Militar do Estado do Paraná da reunião do movimento de expropriados pela UHE Itaipu, em Santa Helena – PR. 08/10/1980. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/ativistas-de-foz-do-iguacu-visados-pelo-centro-de-informacoes-do-exercito/>

**5b:** Documentos confidenciais de Itaipu sobre cessão de servidor para o Serviço Nacional de Informação. 10/09/1984. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/ativistas-de-foz-do-iguacu-visados-pelo-centro-de-informacoes-do-exercito/>

**Anexo 6:** Mapa da faixa de fronteiras do Brasil. Apud HECK, Egon *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares (1964-1985)*. Campinas, UNICAMP, 1996.

**Anexo 7:** Laudo de Maria Lúcia Brant de Carvalho. *Laudo Antropológico Vol. I, 2ª parte: O processo de desterramento da população indígena Ava-Guarani da imemorial terra de ocupação tradicional denominada Oco'y-Jakutinga e o reassentamento na atual Terra Indígena Avá-Guarani de Oco'y/São Miguel do Iguaçu – PR: aspectos antropológicos e jurídicos*. Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, São Paulo, 2005.

**7a:** Ofício FUNAI. 20/02/1976.

**7b:** Ofício INCRA. 24/05/1976.

**7c:** Memorando FUNAI. 28/05/1976.

**7d:** Ofício FUNAI (dirigido ao Presidente do INCRA). 06/1976.

**7e:** Primeiro GT FUNAI/INCRA em 19/04/1977.

**7f:** Documento interno do Diretor do Departamento Geral de Operações para o Presidente da FUNAI. 19/05/1977.

**7g:** Ofício do Presidente da FUNAI ao Presidente de ITAIPU. 01/06/1977

**7h:** Segundo GT da FUNAI. Relatório de Viagem de Edívio Battistelli.

**7i:** Laudo Antropológico de Celio Horst. 03/06/1981.



**7j:** Ofício do Presidente da FUNAI, Octavio Ferreira Lima para Diretor Geral de Itaipu Binacional, Gal. José Acosta Cavalcanti, de 10/09/1981

**7k:** Carta enviada pelos Guarani para o Presidente da FUNAI Paulo Moreira Leal, no dia 02/12/1981.

**7l:** Parece Jurídico do Procurador do Estado do Paraná, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, “Sobre a forma de transmissão da propriedade e posse aos índios Ava-Guarani do Rio Ocoí da nova área a lhes ser destinada”. 10/05/1982.

**7m:** Fotos da remoção dos Ava-Guarani de Oco’y-Jakutinga.

**7n:** Mapa da área de Oco’y destinada aos Guarani de Jakutinga.

**Anexo 8:** fotos de Oco’y-Jakutinga

**Anexo 9:** Memorando Confidencial de Clovis Ferro Costa, Diretor Jurídico de Itaipu, para Luiz Eduardo Veiga Lopes, Diretor de Coordenação. 10/04/1987.

**Anexo 10:** *Síntese dos procedimentos da Itaipu Binacional na questão dos índios Ava-Guarani. Período de 1975 a 1988.*

**Anexo 11:** Croqui com *tekoha* Guarani localizados no lado paraguaio e que desapareceram com a inundação do rio Paraná provocada pela UGE Itaipu.

**Anexo 12:** Folhetos anti-indígenas distribuídos nos municípios de Guaíra e Terra Roxa.

**Anexo 13:** Laudo “Terras indígenas: contribuições da Embrapa para o Estabelecimento de um sistema integrado para prevenção e gestão de conflitos/ Síntese da Situação na região de Guaíra/PR”. Embrapa, 2013.

**Anexo 14a:** Documento produzido pelos Ava-Guarani do oeste do Paraná, reunidos em Assembleia Geral em junho de 2013 na TI Itamarã (município de Diamante D’Oeste – PR), onde cobram providências do Estado brasileiro no que se refere à regularização de suas terras e garantia de seus direitos civis e sociais.

**14b:** Documento produzido pelos Ava-Guarani do oeste do Paraná, reunidos em assembleia junto com a Comissão Guarani Yvyrupa em junho de 2012 no *tekoha* Marangatu (Município de Guaíra – SP) em junho de 2012, onde cobram providências do Estado brasileiro no que se refere à regularização de suas terras e garantia de seus direitos civis e sociais.



## **Bibliografia**

ALMEIDA, Rubem Thomas de. *Estudo Antropológico sobre situação dos Ava-Guarani e Guarani-Mbya relacionados ao Oco'y-Jakutinga e dos Nandeva de Guaíra: extremos oeste do Paraná*. 2006.

ASSIS, Carvalho. *Ava-Guarani do Ocoi-Jakutinga*. CIMI/ Comissão de Justiça e Paz/ ANAI-PR, 1981.

BARÓN, Mariblanca I. *Impactos de la Itaipu sobre la etnia Avá Guaraní Paranaense*. Tesis de Maestría. Nueva Esperanza, 2006.

CARVALHO, Maria Lúcia Brant. *Laudo Antropológico Vol. I, 2ª parte: O processo de desterramento da população indígena Ava-Guarani da imemorial terra de ocupação tradicional denominada Oco'y-Jakutinga e o reassentamento na atual Terra Indígena Ava-Guarani de Oco'y/São Miguel do Iguaçu – PR: aspectos antropológicos e jurídicos*. Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, São Paulo, 2005

CONRADI, Carla Cristina Nacke. *As ações do Estado Nacional e a trajetória política dos Guarani Nandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)*. 2007. 200 f. Dissertação.

COSTA, Gaspar Peixoto *Relatório apresentado à Comissão Especial do Estudo da Faixa de Fronteiras do Paraná e Santa Catarina, pelo General GASPAR PEIXOTO COSTA, diretor do D.G.T.C., na qualidade de Representante do Estado do Paraná, junto ao IBRA*. Curitiba, dezembro de 1966.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

DEPRA, Giseli. *O lago de Itaipu e a luta dos Ava-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados: UFGD, 2006.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores da Companhia Matte Laranjeira (1902 – 1952)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Grande Dourados, 2007.

FIGUEIREDO, José de Lima. *Oeste Paranaense*. 1937. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/oeste-paranaense>.

HECK, Egon *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares (1964-1985)*. Campinas, UNICAMP, 1996.

HORST, Célio. *Perícia antropológica e gráfico demonstrativo da identificação étnica dos habitantes do PIC OCOI – PR*. Foz do Iguaçu, 1981.



LADEIRA, Maria Inês. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. São Paulo, EDUSP, 2008.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. *Itaipu: as faces de um mega-projeto de desenvolvimento*. Marechal Rondon, Editora Germânica, 2006.

MELIÁ, Bartolomé. *El Guarani conquistado y reducido*. CEADUC, Assunción, 1988.

MONTEIRO, John. *Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Guia de Fontes para a História Indígena*. 1994.

MOTTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.

MYSKIW, Antônio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/1966)*. Niterói, UFF, 2002

NACKE, Anelise & WEBER, Cátia. *A hidrelétrica de Itaipu e os Guarani de Ocoí-Jakutinga*. In: *A implantação de Usinas Hidrelétricas e os indígenas no sul do Brasil*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 1998

\_\_\_\_\_. *A fronteira como destino de viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Niterói, UFF, 2009.

NIMUENDAJU, Curt U. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo Como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Edusp e Hucitec, 1987[1914]).

OLIVEIRA, Diogo “Você vai entender porque o Guarani tá vivo ainda hoje nessa fronteira”: apontamentos sobre os Ava-Guarani contemporâneos. Apresentação na X RAM, 2013a.

\_\_\_\_\_. “Os Avá-Guarani no Oeste Do Paraná: História e Resistência de um Povo Indígena”. Artigo Inédito. 2013b.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Três modelos de intervenção do Estado no reconhecimento das terras indígenas: democratização, militarização e reflexos da UNCED*. In *Resenha & Debate*, Rio de Janeiro, PETI/Textos, 2 – Maio/1993.

PIMENTEL, Spensy K.; PIERRI, Daniel C.; BELLENZANI, Maria Lúcia R. (2010) *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tenondé Porã*. Brasília: CGID/DPT/FUNAI.



RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no oeste do Paraná*. Porto Alegre, PUC-RS, 2002.

\_\_\_\_\_. “Fronteira e espacialidade: o caso dos Guarani no oeste do Paraná. In *Revista Varia Scientia*. Volume 6, n. 12, p. 171-192. 2007.

ROCHA, Elaine Pereira da. *Ava-Guarani presente!*. Relatório do CIMI-SUL, 1991.

SAMORA, Paschoal. *Ao Sul da Paisagem: A paisagem e o Sagrado*. São Paulo: Grifa Cinematográfica, 2000.